

**ANA CAROLINA LEMOS PEREIRA**

**OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: TRAJETÓRIAS E  
TRAVESSIAS**

**ASSIS**

**2010**

**ANA CAROLINA LEMOS PEREIRA**

**OS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: TRAJETÓRIAS E  
TRAVESSIAS**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para obtenção do título de Mestre em Psicologia. (Área do Conhecimento: Psicologia e Sociedade).

Orientadora: Dra. Maria Luiza Gava Schmidt.

**ASSIS  
2010**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

Pereira, Ana Carolina Lemos

P436c Os catadores de materiais recicláveis: trajetórias e traves-  
sias / Ana Carolina Lemos Pereira. Assis, 2010

135 f. : il.

*Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências  
e Letras de Assis – Universidade Estadual  
Paulista.*

Orientador: Maria Luiza Gava Schmidt

*1. Catadores de materiais recicláveis. 2. Trabalho.  
3. Iden- tidade. 4. Saúde do trabalhador. 5.  
Economia solidária. I. Título.*

CDD

363.7

658.38

Dedico este trabalho, aos homens e mulheres, catadores de materiais recicláveis, que com a firmeza de seus braços e olhares de esperança, sobrevivem nas cidades transformando o que é resto, em arroz, feijão, vida e dignidade.

## AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi composta com as mãos, olhares, gestos, cuidado de muita gente. Mãos de calos dos catadores, mãos apuradas em achar significados como da minha queridíssima orientadora Maria Luiza, entre muitas outras.

No entanto, devo começar agradecendo a Deus, que foi luz, caminho e verdade em todo este estudo.

Agradeço a cada catador que despejou sua vida em nossos encontros, na intenção de contribuir para desvendarmos a realidade desses trabalhadores aqui no município de Sumaré.

Agradeço aos catadores da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS), por terem me apresentado a história de luta e resistência desse povo, e por terem sido inspiração, fonte de questionamentos, angústias entre muitos outros sentimentos que me levaram a realizar esta pesquisa.

Agradeço ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) pela luta travada em defesa dos catadores e por todos os ensinamentos nessa caminhada.

Agradeço à Dra. Maria Luiza Gava Schmidt, minha “super” orientadora, que em nenhum momento hesitou em me acolher e debruçar sobre esta realidade que para ela, também era desconhecida. Agradeço por sua ética, sua competência e sua responsabilidade para com o ensino na Universidade Pública. Agradeço por tudo que foi dito, escrito, e o que foi apontado com os olhos, e bastava olhar para compreender que as palavras tinham que tomar outras cores, e não somente “falar”.

Agradeço aos meus sempre companheiros e Mestres Dr. Carlos Rodrigues Ladeia e Dra. Ana Maria Rodrigues de Carvalho, que me ensinaram a ter respeito e compromisso com estes trabalhadores antes de qualquer outra coisa, e que não basta desvendar a realidade, como dizia o velho Marx, é preciso transformá-la. Essas pessoas são prova disso pelo trabalho que realizam junto à COOCASSIS.

Agradeço ao Prof. Dr. Francisco Hashimoto, que acompanhou toda minha trajetória e foi fundamental para que eu me sentisse segura para ingressar na carreira acadêmica.

Agradeço aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, me incentivando, me dando força e que são os responsáveis pelo gosto que tenho pela leitura e pela escrita, por terem me educado com liberdade, limite e amor.

Agradeço aos meus queridos irmãos, Mateus que ainda de longe está bem perto de mim e Mariana que presenciou o momento decisivo de conclusão desse estudo e teve que aguentar todos os choros, angústias e momentos nervosos pelos quais passei quando me exauria no trabalho e tinha que me recompor para conseguir escrever tudo que extravasa por dentro.

Agradeço à minha irmã por consideração Letícia, minha companheira de lutas, o tempo todo me incentivando, me animando, ouvindo minhas dúvidas, relendo os textos, escutando eu tagarelar até altas horas da madrugada minhas angústias e reflexões com

relação a este trabalho e ao trabalho profissional realizado na Gestão Pública de Saúde de Sumaré. Agradeço por toda a parceria travada desde os tempos da COOCASSIS.

Agradeço aos meus amigos de Sumaré, Dra. Cristiane Lourenço e Ivone, que sempre me incentivaram, ouviram, deram força e também Roberta, Cirilo, Mirian e Ricardo pelos desabafos no bar e Fátima, minha mãe por adoção que quando a lei de Murphy funcionou comigo, e o gravador quebrou, ela logo deu um jeitinho e pude transcrever as entrevistas.

Agradeço à família Vensel, por minha acolhida nesta cidade tão desconhecida, que agora é minha cidade também.

Agradeço aos Companheiros Roberto, Pedro e Camila, que mesmo sem saber, foram fundamentais para que eu continuasse na caminhada nesta terra e acreditasse na utopia que lutamos para realizar.

Agradeço a Rodrigo Souza Granja por ter chegado em minha vida em um dos momentos decisivos da defesa deste trabalho, e ter contribuído com toda a assessoria técnica, além do cuidado, proteção e amor nesta etapa tão importante. Seus ensinamentos são imensuráveis e permanecerão sempre comigo.

Agradeço à amiga conterrânea de Estado Simone, que me acolheu em Assis durante o estágio de docência e contribuiu muito nas reflexões a respeito do trabalho com os catadores

Agradeço a CAPES pela oportunidade dada de me dedicar exclusivamente à pesquisa e ao estudo no momento que mais precisei.

Agradeço ainda ao Dr. Sérgio de Lucca, Dr. Alonso Bezerra e Dr. Antônio Folquito Verona, que contribuíram imensamente no meu exame de qualificação e me sinalizaram o caminho da luz para que conseguisse trilhar com tranquilidade por este mundo fascinante da pesquisa acadêmica.

A todos que contribuíram nesta pesquisa, os meus sinceros agradecimentos.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos. **“Os catadores de materiais recicláveis: trajetórias e travessias”**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2010.

## RESUMO

Com o advento da globalização, o mundo do trabalho passou por uma série de transformações, marcadas principalmente pelo incentivo à competitividade, pela busca por menores custos de produção bem como o intenso avanço tecnológico. Dentre as conseqüências desse processo observou-se o aumento do desemprego e da inempregabilidade, caracterizando a precarização do trabalho e o crescimento da informalidade. A catação de materiais recicláveis tornou-se uma das alternativas procuradas pelos trabalhadores que não conseguem inserção do mercado de trabalho. Mediante esse cenário, o objetivo geral dessa pesquisa foi conhecer as histórias de vida e de trabalho de catadores de materiais recicláveis que atuam no município de Sumaré, localizado na região metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo. Os objetivos específicos foram: Resgatar as trajetórias e travessias da vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis; Compreender a realidade do cotidiano de trabalho dos catadores por meio de seus discursos; Identificar as condições de trabalho e vida no contexto da catação de materiais recicláveis; Contribuir para as discussões sobre as questões relativas à precarização do trabalho e os impactos à saúde dos trabalhadores nessa realidade. Os dados foram coletados com base na metodologia da Pesquisa Participante tendo como instrumentos a entrevista individual semi-estruturada, o diário de campo e o registro fotográfico. A análise dos dados foi fundamentada na abordagem qualitativa sob o referencial da Psicodinâmica do Trabalho na proposta de Christophe Dejours. Esse autor utiliza a Psicanálise para compreender a relação homem-trabalho e o processo de saúde-doença nas atividades laborais. Foram sujeitos desse estudo nove trabalhadores sendo cinco não cooperativados e quatro inseridos numa cooperativa de catadores de materiais recicláveis. Mediante os discursos dos entrevistados foi possível apreendermos aspectos relativos às condições e à organização do trabalho que retrata essa realidade laboral.

Palavras chaves: Catadores de Materiais Recicláveis, Trabalho, Identidade, Saúde do Trabalhador, Economia Solidária.

PEREIRA, Ana Carolina Lemos. **“Os catadores de materiais recicláveis: trajetórias e travessias”**. 2010. 135 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis, 2010.

### ABSTRACT

With the globalization arrival, the world of labor passed for a succession of transformations that was marked by the stimulating competition looking for the minor prices of produce, as well as the intense technological progress. Among the consequences of this process, it's possible to observe the growth of the unemployment and of the impossibility of be employed again, what characterize the precariousness of the work and the growing of the informality. The collect of the recyclable materials was turned into one of the most searched alternatives for the workers that can't be inserted in the labor market. By means of this context, the goal of this research was to know the life and work history of the collectors of the recyclable materials from Sumaré localized at the metropolitan region of Campinas, São Paulo. The specifics objectives were the following: to rescue the courses and crossings of personal, professional, and health life of the recyclable material collectors; To understand the daily reality of these collectors work through their speech; identify the life and work conditions in the recyclable materials collection context; to contribute with the discussion about the precariousness of the work and the impacts on workers health in this reality. The data were collected based on the Participant Research methodology that uses as instruments the individual interview semi-structured, the field diary and the photography register. The data analysis was well-founded on the qualitative approach on the Psychodynamics of Work reference in the proposed of Christophe Dejours. This author uses the Psychoanalysis to understand the man-work relation and the health-illness process on the work activities. Nine workers were subjects of this study. Five of them don't work in cooperatives, and four working. By the discourses of the interviewees, it was possible to apprehend aspects related to the conditions and the organization of the labor that reflect this working reality.

Keywords: Collectors of Recyclable Materials, Work, Identity, Workers' Health, Solidarity Economy.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - “bags” (sacos para armazenar a reciclagem) dispostos no quintal da casa de Joana.....	p.69
<b>Figura 2</b> - o cachorro de Joana, repousando sobre o material coletado por ela.....	p.70
<b>Figura 3</b> - Demonstrativo do Carrinho de Trabalho de Joana.....	p.71
<b>Figura 4</b> - Demonstrativo da Imagem Frontal do Carrinho de Lata de Geladeira de Seu José.....	p.78
<b>Figura 5</b> - Demonstrativo da imagem lateral do Carrinho de Lata de Geladeira de Seu José.....	p.79
<b>Figura 6</b> - Demonstrativo do Veículo Utilizado na Catação de Materiais por Seu José.....	p.79
<b>Figura 7</b> - Bancada” para triagem de recicláveis no quintal da casa da família Silva – parte coberta por telha.....	p.83
<b>Figura 8</b> - “Bancada” para triagem de recicláveis no quintal da casa da família Silva – parte sem cobertura.....	p.84
<b>Figura 9</b> - A casa de Pedro.....	p.86
<b>Figura 10</b> - os recicláveis alocados na porta da cozinha de Pedro.....	p.87
<b>Figura 11</b> - o “resultado” do trabalho de Pedro – os materiais recicláveis coletados por ele.....	p.87
<b>Figura 12</b> - Carrinho utilizado por Pedro para coletar recicláveis.....	p.92
<b>Figura 13</b> - Carrinho utilizado por Pedro para coletar recicláveis ao lado da janela de sua casa .....	p.93
<b>Figura 14</b> - barracão da cooperativa de catadores de materiais recicláveis – Sumaré – SP.....	p.97
<b>Figura 15</b> - o escritório da Cooperativa.....	p.99
<b>Figura 16</b> - Balança para pesagem do material e fardos para comercialização.....	p.100
<b>Figura 17</b> - caminhão carregado com bags da coleta seletiva.....	p.101
<b>Figura 18</b> - borracha doada por indústrias .....	p.104

<b>Figura 19</b> – mesa para triagem de materiais.....	p.107
<b>Figura 20</b> - bags com material triado.....	p.108

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	p.12
<b>CAPÍTULO I - Construindo a Questão da Pesquisa: Justificativa e Objetivos</b> .....	p.19
<b>CAPÍTULO II – Materiais e Métodos</b> .....	p.54
2.1 Método.....	p.55
2.2 Sujeitos.....	p.61
2.3 Local da Coleta de Dados.....	p.62
2.4 Procedimentos para a Coleta de Dados.....	p.63
2.5 Aspectos Éticos.....	p.65
<b>CAPÍTULO III – Resultados e Discussão</b> .....	p.66
A) ENTREVISTAS COM OS CATADORES NÃO COOPERATIVADOS.....	p.67
3.1 As trajetórias e travessias de Joana.....	p.67
3.2 As trajetórias e travessias de José.....	p.73
3.3 As trajetórias e travessias de Marta.....	p.79
3.4 As trajetórias e travessias de Dona Maria.....	p.84
3.5 As trajetórias e travessias de Pedro.....	p.85
B) ENTREVISTAS COM OS CATADORES COOPERATIVADOS.....	p.95
3.6 As trajetórias e travessias de Mateus.....	p.96
3.7 As trajetórias e travessias de Ester.....	p.104
3.8 As trajetórias e travessias de Rute.....	p.109
3.9 As trajetórias e travessias de Madalena.....	p.109
<b>CAPÍTULO IV- CONSIDERAÇÕES GERAIS</b> .....	p.112
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	p.118
<b>ANEXOS</b> .....	p.127
ANEXO 1.....	p.128

ANEXO 2.....	p.129
ANEXO 3.....	p.131
ANEXO 4.....	p.134

## APRESENTAÇÃO

Quem sabe andar nessa rua vai em frente  
Pois atrás é que vem gente diz o dito popular  
E quem caminha na linha da esperança  
Arrasta o pé, balança a trança  
Na dança de se chegar  
Há quem diga olê olê, olê olá  
Catador de norte a sul, e de acolá  
Nessa marcha sem parar  
Caminhar é resistir  
E se unir é reciclar

(Xote da Marcha do Povo)

Nosso primeiro contato com os catadores de materiais recicláveis ocorreu em 2006 por meio de um estágio curricular do Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP. Este estágio consistia na assessoria, acompanhamento do cotidiano de trabalho e formação de um “Círculo de Cultura”, que é um espaço para a educação popular na COOCASSIS (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Assis).

A COOCASSIS é uma cooperativa de catadores que existe há oito anos em Assis, uma cidade localizada no Oeste do Estado de São Paulo. Conta com cerca de cento e trinta cooperados. Hoje é um modelo a ser seguido para as associações de catadores da região e tem participação ativa no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR). Atua nos princípios da Economia Solidária e do Cooperativismo Popular. Representa a resistência e luta dos catadores de materiais recicláveis do Oeste Paulista, região tomada pela cana-de-açúcar e conseqüentemente, usinas açucareiras.

O primeiro contato com estes trabalhadores foi muito prazeroso e intenso. Quando realizamos este estágio, a cooperativa contava com cerca de trinta e dois cooperados e vivenciava um período de re-organização da estrutura administrativa e diretoria, apresentando muitas dívidas. Foi um momento em que o rendimento dos cooperados era inferior ao salário mínimo na época que equivalia a trezentos e cinquenta reais, o que caracterizava uma angústia daqueles trabalhadores, que se sentiam esgotados pelo trabalho árduo e escasso retorno financeiro, convivendo com catadores não organizados que relatavam ter melhores rendimentos na rua.

Dentre as dificuldades encontradas para o exercício da Economia Solidária, deparávamos com a pouca participação dos cooperados nos espaços de gestão democrática da cooperativa. Isso se apresentava como reflexo de uma realidade marcada pela “não-fala” desses trabalhadores. Freire (2005) coloca que:

Em regime de dominação de consciências, em que os que mais trabalham menos podem dizer a sua palavra e em que multidões imensas nem sequer tem condições para trabalhar, os dominadores mantêm o monopólio da palavra, com que mistificam, massificam e dominam. Nessa situação, os dominados para dizerem a sua palavra, têm que lutar para tomá-la (FREIRE, 2005, p.22).

Observávamos também naquele grupo de trabalhadores, um baixo grau de escolarização e um alto índice de analfabetismo. Aqueles trabalhadores traziam no bojo de suas vidas, histórias tristes de uma escolarização massificadora, acrítica e que os marcou com muitos estigmas. Pereira, Carvalho & Ladeia (2008) apontam

Ao falarmos da reprodução da educação formal, nos referimos especialmente ao modelo escolar de aprisionamento em programas pré-estabelecidos que não contemplam a história social dos sujeitos e aspectos da sua vida cotidiana, uma vez que é empregada de forma massificadora, não reconhecendo os sujeitos em suas singularidades e pluralidades, além de fixá-los em quadriculamentos que permitam o pleno exercício da disciplina e vigilância pelos professores. (PEREIRA, CARVALHO & LADEIA, 2008, p. 143).

A grande maioria daqueles catadores, tinha que trabalhar quando criança, então alegavam que a “cabeça não era boa para estudar” e que depois de velho, já era tarde para aprender. Eram considerados “os que não sabiam”, “não aprendiam”, e traziam vários relatos de como era difícil estudar com o corpo tão cansado da “lida na roça”.

A alternativa pensada para melhorar a participação nos espaços democráticos foi a criação de um espaço de educação popular na cooperativa. Wanderley (1980, p.63) nos diz “vamos entender legitimamente por educação popular aquela que é produzida pelas classes populares ou para as classes populares, em função de seu interesse de classe”. Este espaço já vinha sendo desenvolvido desde 2004 com o nome de EJAC (Educação de Jovens e Adultos na Cooperativa) e em 2006, consolidou-se como um Círculo de Cultura. Com o Círculo de Cultura tivemos oportunidade de conhecer as histórias de vida dos catadores da COOCASSIS e compreender por meio de suas “leituras de mundo” a realidade em que estavam inseridos.

Freire (1980, p. 141) define que “os Círculos de Cultura são precisamente isto: centros em que o Povo discute os seus problemas, mas também se organizam e planificam ações concretas, de interesse coletivo”.

No entanto, a participação dos cooperados neste espaço também era pequena, contávamos com cerca de quatro a cinco trabalhadores apenas. Em maio de 2006, o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis trouxe para suas bases, as cooperativas e associações, a proposta de implantação do Projeto MOVA Brasil, um projeto de alfabetização pela educação popular desenvolvido pelo Instituto Paulo Freire (IPF), financiado pela Federação Única dos Petroleiros (FUP) e Petrobrás.

Esta proposta foi acatada pela COOCASSIS, e a Diretoria deliberou que seria fundamental a participação de todos os cooperados neste espaço do MOVA Brasil. No primeiro dia, todos cooperados compareceram, e nos outros dias da semana, a evasão foi inevitável. Questionavam a necessidade de estudar e que perdiam “dinheiro” estudando, porque deixavam de trabalhar. De fato, parar uma hora para estudar diminuía a produção. E na cooperativa, os trabalhadores obtêm seu rendimento pela produção.

Era impossível naquele momento para os cooperados, compreenderem que a apropriação da leitura crítica, melhoraria as condições de trabalho e organização da cooperativa, que atenuaria a desconfiança que uns tinham para com os outros pois seria possível a apropriação de conhecimentos como ler uma nota fiscal, pensar o planejamento das prensas, além de desenvolver a autonomia, e consciência de categoria, de luta, etc.

Pereira & Carvalho (2008) relatam:

A concepção de escola que os cooperados traziam para os encontros, era uma concepção de escola “bancária”, elitizada, onde só os mais “ricos” poderiam estudar, ter acesso. Por isso a indagação: “pra que estudar?”. O ensino, convertido em mercadoria apresentava um alto custo para os cooperados. Deixar de trabalhar para estudar, acarretaria em diminuição do rendimento já muito baixo. (PEREIRA & CARVALHO, 2008, p. 14).

Em meio a esse contexto, passamos dias inteiros no cotidiano de trabalho da cooperativa, e ficamos na esteira de triagem trabalhando junto com os catadores, com o objetivo de compreender a fala daqueles trabalhadores, suas necessidades, e a dificuldade de consolidar um espaço para a reflexão coletiva. Desta experiência, nossa reflexão alicerçou a elaboração de uma crônica que denominamos “Crônica dos Dedos Falantes”, conforme o texto subsequente:

Outro dia eu tava ali, em pé como sempre foi todos os dias de tardezinha, ponhando as mãos nas coisa que ia passano bem depressa e bem embaixo do meu nariz. Qualy, Leite Moça, Presidente, Triffil, Pomarola, meia bola, marmelada foi o que ninguém viu. Passou o doce grudando nas luvas gastas e cansadas dos exercícios em silêncio que meus dedo iam fazeno durante aquelas 10 hora que todo mundo podia me chamá de catador.

Sim, 10 hora porque depois, quando eu vô pra minha casa, eu sô o Sô Zé, todo mundo me chama assim. Na rua, me chamam de lixero, como se fosse xingamento limpá as casa do povo. Mas num ligo não...o povo acha que nós semo tudo burro, mas mais ignorante é aqueles que nem com estudo tiveru a simplicidade de percebê que a gente não cata lixo, cata material, e se catasse lixo também, que pobrema há de havê em querê trabaiá e ajudá o meio ambiente num é?

Então...mas marmelada...voltando a marmelada...era marmelada nenhum! Era fralda suja de criança mesma. Coitadinha dessa criança que nem siqué sabe que pegaru os cocô dela e ao invés de fazê isso adubá a terra, colocaru num plástico e sujou as mão do catador.

Tirei as mão do material todo, e enquanto a estera ia rodando, fui só ficando de ôio na fralda que ia passando um por um, catador por catador, até desimbestar no buraco que terminava todo nosso trabaio, o rejeito.

Fiquei olhanu aquela fralda, foi quando senti uma bituca no dedo. As mão arribada em cima do ferro da estera, e de repente ele falou assim: pega colorido, põe no cesto, pega branco, põe na boca à direita, cuidado,esse vidro tá muito grosso. Oiei bem pros meus dedo e parecia até que eles tava era falanu comigo. Tentei tirar a mão da borda e nada. Aí pensei: Ai meu Deus, eu devo ta é ficano loco. Nunca vi meu dedo



falá. Aliás, dedo não fala, dedo faiz. Ingraçado né, porque a maioria do povo só reclama de quem fala e nunca faiz, meus dedo sempre fizeram e nunca falaru. E agora embestaram de querê conversá também meu Jesuzinho. Olhei pos cumpade do lado e as cumade, e tava todo mundo trabaiano. E meus dedim, nada de querê funcioná. E começaram a tagarelá tagarelá tagarelá.

-Pega o plástico, joga a pet, desvia a lata. Ei, que que ce ta fazeno aí parado? Vamo trabaia!

-Mas ocêis num que vortá uai, que que eu hei de fazê?

-Mas tu é burro hein fio! Presta atenção! Olha o que tá embaixo do seu nariz.

-Uai, embaixo do meu nariz tá minhas mão.

-Que mais?

-E meus dedo tagarela.

-E que mais?

-Sapato, plástico, Tarantela, Mid, rolo de papel higiênico...

-Continue!

-Embalagem de macarrão...

-Hum...

-Pote de sorvete...

-Prossiga!

-Pacote de arroz...

-O que?

-Arroz sem sal.

-Como assim?

-Feito na água suja e óleo gasto.

-Naum entendi.

-Fome!

-Fala direito catador!

-Monte de criança na bera do fogão...

-Explica isso!

-Esperano o arroz sem sal, agora encheno as barriguinta cheia de verme

-Ce tá louco catador?

-Peraí que vi mais uma coisa.

-O que?

-Leite Moça.

-Onde?

-Fazendo doce numa cozinha branquinha.

-Com ou sem sal?

-Cêis é burro? Claro que é sem sal, é doce num falei?

-Hum...

-Quem tá fazeno ta de roupa azul com rendinha branca.

-Quem será que é?

-Uai, pela cara pelada, deve de sê a empregada.

-Cara pelada?

-Ah, ce sabe que muié que fica limpando casa dos outro não pode pô pintura na cara.

-Ah sei...

-Sabe meus dedo, tem alguma coisa muito da diferente que eu tô aqui matutano...cada objeto, uma pessoa, que abriu, desembrulhou, comeu, degustô, calô a fome ou despertô a gula e eu tô aqui, peganu o que ela descartô e vô separá, prensá, enfardá, vendê e aí tudo vai começá de novo.

Olhei pros meus dedos e eles ficaram em silêncio. Olhei pra estera e parecia que tudo parô. Do lado, a dona Maria olhava com os olhos fundo pra uma pet que tinha

sobrado um poquinho de guaraná. Do outro, o Alcebíades pegava o cesto e ponia outro no lugar...parecia até cena de filme. E meus dedos ficaram caladinhos.

Lembrei do dia em que a professora tinha falado que um dia Vinícius e outro chamado Marx falavam que o operário faz a coisa e a coisa faz o operário. Num instante, eu não sabia mais separar o papel vermelho da blusa cor de rosa da Dona Lúcia, nem o vidro amarelo das luvas verde do Seu Tonim.

Meus dedos começaram então a se mexer de novo quando de repente pensei que talvez eles nem tinham parado nada. E que eu estava realmente ficando louco. Mais parecia tão real! Olhei para as coisas que trabalhei a vida inteira e vi outras cores, vi as histórias. Foi aí então que descobri que tá ali naquele lugar, num era tá que nem cavalo, sem pensar. Eu pude trabalhar e perceber que tudo aquilo é um processo, e que eu faço parte de todo aquele material que separei porque aquele material de certa forma, já tinha e muito separado coisa em mim.

Olhei nos meus dedos, e o que muita gente fala que é doidura, foi a maior descoberta da minha vida: que meus dedos falam e o melhor de tudo, eu penso!

Esta crônica foi um dispositivo importante, uma vez colocada em uma reunião geral da Cooperativa, disparou discussões a respeito do trabalho realizado, dos sentimentos que a atividade da catação despertava e da importância do “pensar” sobre o cotidiano, de buscar novas estratégias de enfrentamento da realidade marcada por exploração e precarização do trabalho. Os cooperados se identificaram com a história do trabalhador da crônica, e fizeram então um acordo coletivo que tentariam de fato construir o espaço da educação popular, o espaço que legitimaria o “pensar” e o “agir” deles.

O projeto teve início em agosto de 2006, e três meses depois iniciamos a Formação de Educadoras da Cooperativa. O resultado desta formação foi que duas cooperadas se tornaram educadoras, e quando o MOVA-Brasil foi encerrado (o projeto tinha duração de 11 meses), aquelas trabalhadoras continuaram fomentando o espaço de educação popular, desta vez de catador para catador.

As condições de trabalho na cooperativa melhoraram significativamente até o momento presente. A COOCASSIS obteve muitas conquistas, e vem atuando em parceria com o Poder Público Municipal, Cáritas Diocesana e Unesp. Teve parceiros como a Fundação Banco do Brasil que impulsionou muito o desenvolvimento da cooperativa, e dentro dos próximos meses deve inaugurar o Centro Regional de Preparação, Comercialização e Processamento em Rede de Materiais Recicláveis de Assis, que foi construído a partir de um convênio firmado com o BNDES que contemplou a cooperativa com um recurso no valor de R\$ 1.132.657,00 (um milhão, cento e trinta e dois mil e seiscentos e cinquenta e sete reais).

Esta experiência de estágio na COOCASSIS foi o que nos inquietou de forma a vir a elaborar o projeto de pesquisa para o mestrado, e ir em busca de outras realidades vivenciadas pelos catadores de materiais recicláveis, desta vez no município de Sumaré, na Região Metropolitana de Campinas, SP.

## CAPÍTULO I

### **Construindo a Questão da Pesquisa: Referencial Teórico, Justificativa e Objetivos**

Na tristeza do crepúsculo uma criança mistura-se ao lixeiro onde o supermercado jogou o que apodrecera. E a sombra pequenina agarra faminta algo para seu estômago vazio. Morde sem apreciar o gosto já que está acostumada com o cheiro...Miséria criança-velha! Para ela é espada de dois gumes: ou come ou morre ou morre porque comeu. Não. Não morre. Continua semiviva vive semimorta. Os vermes não a matam pois têm nela seu lixeiro vivo...! (Sem Fronteiras, nº 228, 04/1995 in Legaspe, p.3)

A globalização é um processo que tem sido diariamente mencionado nos jornais e do qual se derivam termos como globalizado ou mundializado. Ainda encontramos autores, como Chesnais (1996) que referem-se a este processo como “mundialização do capital”. Scherer (2002) coloca que

O termo globalização tem sido utilizado em alusão a uma multiplicidade de fenômenos que, sobretudo, a partir da década de 70, estariam configurando uma redefinição das relações internacionais em diferentes áreas da vida social, como a economia, as finanças, a tecnologia, as comunicações, a cultura, a religião, etc. (SCHERER, 2002, p. 147).

A globalização remete à idéia de um mundo global, um único mundo, “sem fronteiras” (OHMAE, 1990). Os avanços tecnológicos na comunicação e no transporte reduziram as distâncias, e as empresas, multi e transnacionais panfletam diariamente na mídia seu caráter “sem nacionalidade”, quando na verdade existem condições bem definidas para a permanência das mesmas nos diversos países que montam suas filiais. Geralmente estas condições estão atreladas a acordos fiscais e mão de obra barata, e suas matrizes ficam com uma quantidade expressiva dos recursos produzidos nos países subdesenvolvidos, onde estrategicamente, abrem suas filiais. Oman (1992) aponta a globalização como o movimento acelerado de bens econômicos através das barreiras nacionais e regionais.

Este mundo “sem fronteiras” na realidade somente o é, para o mercado e para quem se beneficia diretamente dele, o livre mercado e as pessoas “livres”. Para os pobres, o lugar neste “mundo sem fronteira” está bem definido e trataremos disso adiante neste texto. Bauman (1999) aponta:

O que para alguns parece globalização, para outros significa localização: o que para alguns é sinalização de liberdade, para muitos outros é um destino indesejado e cruel. A mobilidade galga ao mais alto nível entre os valores cobiçados – e a liberdade de movimentos, uma mercadoria sempre escassa e distribuída de forma desigual, logo se torna o principal fator estratificador de nossos tardios tempos modernos ou pós modernos. (BAUMAN, 1999, p.8).

No discurso homogêneo da modernidade (ou pós-modernidade), o inglês é a língua oficial, “língua do mundo”, e o Dólar a moeda oficial. Com estes recursos, um brasileiro viveria tranquilamente nas ruas de qualquer país do mundo. Com Dólar (dinheiro) e a comunicação, as pessoas também são passíveis de se tornarem “transnacionais”. É então onde colocamos em cheque o discurso da Globalização. E os que não possuem o dinheiro, e a comunicação? Bauman (1999, p. 8) coloca que “a globalização tanto divide como une: divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo”.

A globalização, traz consigo o intenso avanço tecnológico, a maquinização das indústrias e do campo, incluindo novas tecnologias como a robótica e microeletrônica, a freqüente “onda” de privatizações e o conseqüente desmantelamento

do Estado de Bem Estar Social. Portanto, nela também se embute como política estratégica de Estado, o chamado neoliberalismo.

Antunes (2007) faz uma leitura a respeito das transformações ocorridas na década de 80, que marcou profundamente a economia mundial com o anúncio de uma economia globalizada e aponta: “em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (ANTUNES, 2007, p. 23).

Para Alves (2005), a globalização carrega em seu bojo a mundialização do capital, forçando a reestruturação produtiva que tem impactos estruturais no mundo do trabalho. Gomez & Thedim-Costa (1999) compreendem que a globalização se caracteriza pela mobilidade das massas capitais e também crescimento das corporações transnacionais.

Freitas & Neves (2008) falam que a base dessa nova ordem global, é a competitividade, que força a reestruturação produtiva introduzindo novos métodos gerenciais e tecnologias, com base na racionalização dos custos e flexibilização do processo produtivo e organização do trabalho. A lei do livre mercado, defende as formas de flexibilização para obtenção de mais lucro para que as empresas se tornem mais competitivas, e as absolve das responsabilidades não assumidas para com seus trabalhadores, sua dignidade de vida e o meio ambiente. Bauman (1999) coloca que

A mobilidade adquirida por “pessoas que investem” – aquelas com capital, com o dinheiro necessário para investir – significa uma nova desconexão do poder face a obrigações, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução da condições gerais de vida: em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade. (BAUMAN, 1999, p. 16).

Nesse sentido, observamos a onda crescente de terceirizações, que precarizam cada dia mais um trabalho que já era precário.

Os trabalhadores das empresas terceirizadas, têm como condição *sine qua non* em seu ingresso neste ramo, a perda de boa parte de seus direitos trabalhistas, e de parte significativa de sua remuneração. Observamos por exemplo as cooperativas patronais, onde os trabalhadores não têm direito a férias, décimo terceiro, fundo de garantia entre outros direitos, pois são considerados autônomos que ganham por produção, uma produção que os transforma em produtos baratos no mercado de trabalho. Antunes (2007) coloca que

O trabalho estável torna-se, então, (quase) virtual. (...) O exemplo das cooperativas talvez seja ainda mais eloqüente, uma vez que, em sua origem elas nasceram como instrumentos de luta operária contra o desemprego e o despotismo do trabalho. Hoje, contrariamente, os capitais vêm criando falsas cooperativas como forma de precarizar ainda mais os direitos do trabalho. As “cooperativas” patronais têm, então sentido contrário ao projeto original das cooperativas de trabalhadores, uma vez que elas são verdadeiros empreendimentos para destruir direitos e aumentar ainda mais as condições de precarização da classe trabalhadora (ANTUNES, 2007, p.17).

Observamos que no município onde realizamos a presente pesquisa, uma cooperativa neste formato presta serviço terceirizado ao Poder Público Municipal, o que endossa o movimento do “enxugamento do Estado” e disseminação da terceirização enquanto forma de reduzir custos para as empresas contratantes, neste caso, um órgão público.

Druck & Franco (2007) falam sobre a transferência da gestão a empresas terceirizadas:

(...) essa transferência desresponsabiliza a empresa contratante quanto aos direitos dos trabalhadores em todos os níveis, ao mesmo tempo que fragmenta os coletivos de trabalho e joga-os em condições precárias de trabalho, de saúde e de emprego, instituindo estatutos diferentes e, em geral, criando um manto de invisibilidade sobre esses trabalhadores. (DRUCK & FRANCO, 2007, p. 7).

Observamos nesse sentido um enfraquecimento do poder sindical, uma vez que estes trabalhadores permanecem fragmentados, flexibilizados. Qualquer tentativa de organização, os coloca frente a uma série de pressões e ameaça constante do desemprego, uma vez que possuem vínculos pouco regulamentados com as empresas contratantes.

Essa frequente onda de terceirizações, flexibilização de contratos ou ainda acumulação flexível, caracteriza o que autores como Alves (2005), Antunes (2006) e Druck & Franco (2007) definem como Toyotismo. Alves (2005) aponta que

(...) o toyotismo é o “momento predominante” do novo complexo de reestruturação produtiva que surge sob a mundialização do capital. Ele tende a instaurar, pelo obscurecimento da perspectiva de classe, uma nova captura da subjetividade operária pela lógica do capital. É o desenvolvimento capitalista em sua etapa de mundialização do capital que determina, em última instância, a nova lógica produtiva do capital, o toyotismo, ou ainda, a “produção enxuta” (a lean production) e seus desdobramentos em relação à luta de classes (ALVES, 2005, p.11).

Para Antunes (2006), o Toyotismo, que reflete o mundo do trabalho no contexto da globalização, traz dispositivos de pressão aos trabalhadores e precarização do trabalho, como os sistemas de produção just-in-time (melhor aproveitamento

possível do tempo de produção) e kanban (placas e senhas para reposição de estoque), além dos Círculos de Controle de Qualidade (grupos em que os trabalhadores das empresas são instigados a discutir seu trabalho e desempenho).

No contexto da globalização, também é frequente o uso do termo “reestruturação produtiva” ou ainda nova Divisão Internacional do Trabalho, que prima pela concentração de investimentos em pesquisa e tecnologia nos países desenvolvidos e a execução do processo de produção nos países periféricos. Carneiro & Corrêa (2008) apontam:

Com efeito, a grande maioria das indústrias localizadas na semiperiferia desempenha funções meramente executoras, intensivas em mão de obra barata e no dispêndio de energia e condições naturais, permanecendo as atividades “cerebrais”, que agregam alto valor aos produtos, a cargo das empresas situadas nos países do “núcleo orgânico” da economia-mundo (CARNEIRO & CORREA, 2008, p. 141)

Para Pochmann (2001), estes acontecimentos aumentaram a concorrência pelos menores custos de trabalho possíveis nestes países não desenvolvidos e suas políticas sociais e trabalhistas foram reformuladas, como forma de ajuste fiscal (contenção de gastos dos recursos públicos) flexibilizando os contratos, reduzindo o poder sindical, retirando os direitos trabalhistas e também, promovendo o corte de salários, o que levou a um aumento expressivo do excedente de mão de obra e, conseqüentemente o elevado índice de desemprego no contexto mundial.

Harvey (2004) caracteriza estes fenômenos como acumulação flexível. Silva (2008) aponta:

Tal padrão de acumulação produziu efeitos devastadores para a classe trabalhadora. O aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado; a queda da renda média real; a elevação da produtividade das empresas pelo uso intensivo da capacidade intelectual dos trabalhadores, em favor do capital; a crescente cooptação do movimento sindical; a redução dos laços de solidariedade no âmbito do trabalho; a maior heterogeneidade da classe trabalhadora são alguns desses efeitos, dos quais, boa parte se exterioriza na feição de uma gigantesca superpopulação relativa ou exército industrial de reserva (SILVA, 2008 p. 204).

Os trabalhadores demitidos (novos integrantes do exército industrial de reserva) por vezes não são reinseridos no mercado formal de trabalho, no mesmo ou em outro ramo de atividade. Ao contrário, aglomeram-se no setor informal que tende a ser cada vez mais precarizado na medida em que cresce constantemente.

Para Antunes (2007):



(...) um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, temporários, ou já vivenciam a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2007, p. 13).

A catação de materiais recicláveis é uma das alternativas para muitos trabalhadores que perderam seus postos no mercado formal de trabalho. Medeiros & Macedo (2006), apontam que existem no Brasil cerca de 500.000 (quinhentos mil) catadores de materiais recicláveis, sendo que 2/3 deles se encontram no Estado de São Paulo. Magera (2003) relata

Estima-se que os catadores sejam responsáveis por mais de 60% do papel e papelão reciclado no Brasil, bem como 90% do material que alimenta as indústrias da reciclagem, fazendo do país um dos maiores recicladores de alumínio do mundo. (...) Este “agente ecológico” está presente em mais de 37% das capitais brasileiras e em 68% das cidades com mais de 50 mil habitantes, caminhando sempre atento aos lixões ou ruas, onde quer que esteja seu objeto de desejo: “o lixo”, o qual muitas vezes, acaba tendo duplo valor: valor de troca (venda propriamente ao sucateiro) e valor de uso, quando ele faz do lixo sua alimentação básica do dia (MAGERA, 2003, p. 33)

Segundo Oliveira (2007, p.27), “pela pesquisa efetuada pelo Fórum Nacional Lixo e Cidadania e UNICEF (2000) (...) há pessoas trabalhando como catadoras, fazendo coleta seletiva de papel, plástico, vidro, papelão, vidro, alumínio e metais”.

A catação de materiais recicláveis está classificada como ocupação na CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) desde 2002 sob o número 5192-05 ([www.mtecbo.gov.br](http://www.mtecbo.gov.br)), mas segundo dados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) já existe há cerca de cinquenta anos no Brasil ([www.mnrcr.org.br](http://www.mnrcr.org.br)). A inserção da categoria de trabalho na CBO trouxe visibilidade pública para estes trabalhadores, que hoje estão presentes em base de dados governamentais como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar) e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre outras. Crivellari, Dias & Pena (2008, p. 302) colocam que “esse reconhecimento, interno e externo, é uma conquista dos movimentos sociais e promove um avanço relativo no processo de formalização dessa ocupação, até então, totalmente marginalizada, como atestam vários estudos”.

E ainda:

A CBO resulta de convênio entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas (ONU), por intermédio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), tendo como base a Classificação Internacional Uniforme de Ocupações (CIUO) de 1968. A CBO é ferramenta fundamental para as estatísticas de emprego-desemprego, para o estudo das taxas de natalidade e mortalidade das ocupações, para o planejamento das reconversões e

requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos, no planejamento da educação profissional e no rastreamento de vagas, entre outros (CRIVELLARI, DIAS & PENA, 2008, p. 301).

Borges & Kemp (2008) no entanto, ponderam:

Apesar da importância dessa primeira conquista, esses trabalhadores ainda continuam vivenciando processos de exclusão em suas trajetórias de vida, trabalho e saúde, permeadas pela vulnerabilidade que conjugam a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes sociais (BORGES & KEMP, 2008, p. 156).

Na CBO, os Catadores de Materiais Recicláveis são descritos como aqueles que “Catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis.” ([www.mtecbo.gov.br](http://www.mtecbo.gov.br)). Também encontramos dados referentes às condições precárias de trabalho dos catadores “o trabalho é exercido a céu aberto, em horários variados. O trabalhador é exposto à variações climáticas, a riscos de acidente na manipulação do material, a acidentes de trânsito, e muitas vezes, à violência urbana.” ([www.mtecbo.gov.br](http://www.mtecbo.gov.br)). Para realizar a catação de materiais recicláveis, não é exigido nenhum tipo de formação anterior, como escolaridade ou ainda formação profissional, cursos de capacitação, etc.

Pelas ruas das cidades brasileiras, encontramos os catadores em busca dos materiais recicláveis. Alguns com carrinhos, outros com carroças, outros, apenas com um saco, ou sacola. Misturam-se à cena urbana conturbada de veículos, pessoas, concreto e fumaça e vão seguindo pelas ruas na tentativa de sobreviver com a venda dos recicláveis. São chamados carrinheiros, carroceiros e até “homens do saco” ou “mulheres do saco”.

Santos (2002) descreve os catadores, apontando:

A estas pessoas é atribuído o status mais baixo entre os pobres urbanos e economicamente são os mais pobres entre os pobres. Muitos destes coletores de lixo são mulheres e crianças. Eles vagam pelas ruas a pé, procurando lixo, que colocam dentro de sacos que transportam. Deixam suas casas ao amanhecer, andando vários quilômetros todos os dias, completando ao fim da tarde. Seus instrumentos de trabalho são um saco para a coleta e uma vara para espetar e remexer o lixo. No trabalho, correm vários riscos: ficam com cortes e ferimentos produzidos por objetos cortantes e pedaços de vidro ou contraem, no lixo, alergias de pele causadas por lixo químico. (SANTOS, 2002, p. 375).

A catação de materiais recicláveis figura entre um dos tipos de trabalho informal mais procurados por pessoas que se encontram desempregadas ou que

precisam complementar a renda fazendo “bicos”. Os pobres não podem ficar parados. Ficam desempregados, mas não desocupados. Caso contrário, correm o risco de morrer de fome (SINGER, 1999).

Depois de recolher os materiais pelas ruas, fazem a separação segundo a qualidade para depois entregar nos Ferros Velhos (local onde se comercializa sucatas e materiais recicláveis) geralmente a preços irrisórios. Santos (2002, p. 375) relata: “Depois de terminada a coleta do dia, os coletores separam os materiais, vendidos aos comerciantes. O que recebem como pagamento pela coleta é muito pouco, vivendo estas pessoas no limite da pobreza”

Para Singer (2002)

Recolher material reciclável entre os dejetos é o meio de vida que resta aos que a exclusão social degradou ao máximo. Eles não têm outras alternativas a não ser talvez, atividades criminosas e mendicância. Uma grande parte dos que moram na rua ou em lixões se dedica a catar material reciclável. Sendo extremamente pobres, são explorados pelos sucateiros, que lhes adiantam dinheiro para poderem subsistir em troca da entrega do material coletado a preços vis (SINGER, 2002, p.89).

A relação dos catadores de materiais recicláveis com os donos de Ferro Velho, ou de depósitos, os atravessadores, é marcada pela exploração dos primeiros pelos segundos. Alguns catadores trabalham com carrinhos cedidos pelos atravessadores, não podendo vender seus materiais a outro depósito e tendo que se sujeitar ao preço que for estipulado para quem “lhes deu” condições de trabalhar. Muitos atravessadores consideram que fazem um certo tipo de “favor” aos catadores (DIAS, 2002).

Esta relação perversa de assujeitamento do catador ao dono de depósito é uma marca visível da precarização do trabalho dos mesmos.

Medeiros & Macedo (2006, p. 65), relatam que, “esses intermediários, os sucateiros, recebem o material coletado pelos catadores, pesam e estabelecem o preço a ser pago aos catadores” e ainda que “um dia de trabalho rende aos catadores de 2 a 5 reais dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem”.

Na opinião de Magera (2003), os sucateiros “num gesto de paternalismo trocam os resíduos coletados do dia por bebida alcoólica ou pagam-lhe um valor simbólico insuficiente para sua própria reprodução como catador de lixo” (MAGERA, 2003, p.34).

Para o MNCR (2009), os catadores de materiais recicláveis:

(...) vendem materiais recicláveis para ferros velhos pequenos e médios, e até para redes de comércio de sucata. Além do trabalho em condições precárias, há casos de trabalhos análogos à escravidão, servidão por dívida, aluguel de carroças e trabalho infantil. São situações que violam os direitos humanos dos catadores, um dilema moral do setor da reciclagem que, no Brasil, apesar de ser considerado um dos maiores do mundo, ainda é mantido pela exploração destes trabalhadores. A indústria da reciclagem no Brasil é abastecida por bolsões de miséria espalhados por todo o país. Segundo estimativa do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), 90% de tudo que é reciclado vem das mãos dos cerca de 800 mil catadores e catadoras em atividade nas ruas das metrópoles, que atuam diretamente dentro de lixões a céu aberto ou organizados em cooperativas e associações (MNCR, 2009, p. 55)

O ciclo da reciclagem, conhecido também como cadeia produtiva dos materiais recicláveis, mantém o catador numa posição marginal, considerado como o que mais trabalha e que o menos ganha. Os catadores chegam a trabalhar numa jornada superior a 10 horas diárias carregando em média 200 quilos de materiais recicláveis (SCARPINATTI, 2008).

Magera (2003) aponta:

Tais catadores submetem-se a uma rotina diária de trabalho que, muitas vezes, ultrapassa doze horas ininterruptas; um trabalho exaustivo, visto as condições a que estes indivíduos se submetem com seus carrinhos puxados pela tração humana, carregando por dia mais de 200 kg de lixo (cerca de 4 toneladas por mês) e percorrendo mais de vinte quilômetros por dia, sendo no final, muitas vezes explorados pelos donos de depósito de lixo (sucateiros). (MAGERA, 2003, p. 34)

O ciclo da reciclagem acontece da seguinte forma: o catador cata os materiais nas ruas e os separa conforme o tipo de resíduo, como por exemplo: papel, plástico, vidro, metal, etc. Em seguida, vende aos depósitos onde será realizado o prensamento e enfardamento do material. Os depósitos vendem este material aos aparistas, que por sua vez também podem reenfardar o material ou transformá-lo em matéria prima para a indústria. Geralmente este processo é realizado em duas etapas, e em aparas diferentes, sendo o primeiro chamado de pequeno aparista e o segundo apenas de aparista. Depois de transformado em matéria prima, este material é vendido às fábricas num valor muito superior ao que foi pago ao catador.

Para Dias (2002),

(...) o catador de papel, quem realiza efetivamente o trabalho da coleta, é ignorado pelo ciclo da reciclagem, que o mantém à margem através da informalidade da atividade e de sua inserção em uma economia não registrada na qual a precariedade das condições de trabalho está sempre presente. Esse fato, por si, impõe condições extremas de insalubridade, miséria e exploração de milhares de trabalhadores (DIAS, 2002, p.15).

Muitos catadores não têm conhecimento a respeito do ciclo da reciclagem e isso de certa forma impede que obtenham um rendimento maior. A indústria é de fato quem fica com grande parte do valor agregado ao material reciclável (MAGERA, 2003). Para que esta condição marginal neste ciclo seja superada, é necessário que estes trabalhadores se apropriem das informações e lutem por políticas públicas para que consigam avançar na cadeia produtiva dos materiais.

Em algumas cooperativas, isto já é uma realidade como é o caso da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS) que hoje possui um Centro Regional de Preparação, Comercialização e Processamento em Rede de Materiais Recicláveis, construído com um recurso não reembolsável do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e em parceria com a Cáritas Diocesana de Assis (PEREIRA & CARVALHO, 2008).

Observamos também, o exemplo da ASMARE (Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável) em Belo Horizonte – MG. Ananias (2008, p. 7) concebe os trabalhadores desta cooperativa como “pessoas que emergiram e ganharam consciência política, social e ambiental, superando por meio da conquista da cidadania, as enormes adversidades que enfrentavam”.

A organização dos catadores de materiais recicláveis em cooperativas e associações tem possibilitado gradativamente o avanço na cadeia produtiva dos materiais recicláveis. No entanto, é importante resgatar a história do cooperativismo no Brasil e no mundo para compreendermos a organização desses empreendimentos populares que atuam nos princípios da economia solidária e conseguir fazer uma breve distinção das cooperativas denominadas “coopergatos”.

As cooperativas de trabalho surgiram na Inglaterra por volta do século XIX, como instrumento de luta das classes operárias. Era uma forma dos trabalhadores se organizarem e resistirem às dificuldades econômicas provocadas pela máquina à vapor (MAGERA, 2003).

Inicialmente, constituíram cooperativas de consumo, e posteriormente, as cooperativas de trabalho e produção industrial. Em 1895, formou-se a Aliança Cooperativa Internacional, que contava com os seguintes critérios: adesão livre e voluntária dos membros, gestão democrática, participação econômica dos membros na criação e controle do capital, educação dos associados e intercooperação entre as cooperativas (LIMA, 2007).

Segundo Magera (2003), o primeiro registro da adoção do cooperativismo no Brasil, ocorreu na Colônia Teresa Cristina, Estado do Paraná, por volta de 1847. Porém, “o cooperativismo só tomou força à partir de 1932, com a edição do Decreto Federal nº22.239.” (MAGERA, 2003, p. 40). Ainda segundo esse autor, “hoje temos cerca de 6.094 cooperativas, 5 milhões de associados e 169 mil empregos diretos” (MAGERA, 2003, p. 40).

Para Lima (2007), as cooperativas foram surgindo e se desenvolvendo no contexto de uma recessão econômica e sobreviviam com contratos de prestação de serviços. Hoje, o “novo cooperativismo”, segundo o autor:

(...) vai responder as novas demandas das sociedades capitalistas em transformação: o crescimento do desemprego e a necessidade de se encontrarem formas alternativas de ocupação e geração de renda, responde ainda, de forma complementar, a propostas alternativas de organização social decorrente das mudanças culturais e políticas desse período e a interpretações do social (LIMA, 2007, p. 72).

Entre os diversos tipos de cooperativas organizadas no Brasil, encontramos as cooperativas de trabalho (que surgiram a partir do movimento de recuperação das fábricas falidas, cooperativas de profissionais liberais e de desempregados de empresas públicas privatizadas), cooperativas de terceirização empresarial (LIMA, 2007), as cooperativas voltadas para a produção rural, como cooperativas agropecuárias, e as cooperativas populares, que atuam nos princípios da Economia Solidária.

É desta última que vamos tratar, uma vez que são essas cooperativas, populares, que organizam os catadores de materiais recicláveis na América Latina.

Singer (2002) define a Economia Solidária como:

[...] outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda.” (SINGER, 2002, p. 10).

A Economia Solidária está presente nas cooperativas populares não só de catadores de materiais recicláveis, como também cooperativas de artesãos, de trabalhadores da construção civil, cooperativas de agricultores nos moldes da agricultura familiar, entre outros empreendimentos

Para Lima (2007, p. 72), a Economia Solidária “seria uma alternativa dos trabalhadores, organizada pelos próprios trabalhadores, de se inserirem numa sociedade capitalista numa perspectiva de superação da mesma”. Singer (2003, p13) completa “a economia solidária surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho”

No entanto, existem muitas discussões a respeito dessa possível “superação” do capitalismo, ou ainda se de fato a economia solidária é um modo alternativo de produção. Ela rompe com uma série de dispositivos capitalistas, como a hierarquia empresarial, a distribuição desigual de rendimentos conforme cargos, o lucro. Mas porém, funciona dentro do modo de produção capitalista, competindo com as empresas no mercado da reciclagem, embora que de maneira desigual, devido a falta de estruturas, políticas públicas, etc. Pereira, Carvalho & Ladeia (2008) fazem a seguinte reflexão:

A Economia Solidária nega o capitalismo então? Não. As relações econômicas dos empreendimentos solidários ainda se dão dentro do capitalismo. Porém, se busca formas alternativas e mais justas de distribuição dos rendimentos nos empreendimentos, e extingue-se funções e atribuições como as de um patrão, ou então um único proprietário dos bens e meios de produção. Muitos teóricos Marxistas travam críticas a este modo de produção pensando não ser um enfrentamento direto ao Capital. (PEREIRA, CARVALHO & LADEIA, 2008, p. 8).

Lima (2007) aponta que o norte teórico da Economia Solidária na América Latina é fortemente marxista, no sentido de reafirmar que mesmo que o capitalismo seja o modo de produção hegemônico, não é o único.

Carneiro & Corrêa (2008, p. 136) concebem que “a produção e o consumo, cada vez mais acelerados de um volume cada vez maior de mercadorias, é condição estrutural da reprodução social sob o capitalismo”. Sendo assim, o aumento da produção do lixo também é inerente a este sistema. Quanto mais avançado estiver o capitalismo, maior a produção de mercadorias que acirra a competitividade das indústrias e maior a quantidade de resíduos produzidos. Nesse sentido, a catação pode ser a atividade encontrada para subsistência (sobrevivência) mas também é dedicada à “seleção de dejetos cuja reincorporação ao processo de acumulação de capital se mostre rentável” (CARNEIRO & CORRÊA, 2008, p. 138).

Além desses dados, observamos que mesmo organizados em cooperativas, os catadores de materiais recicláveis ainda trabalham sob condições muito precárias e

ainda são explorados pelas grandes indústrias recicladoras que ficam com a maior parte do valor agregado ao material. Magera (2003, p. 41) fala que “hoje, o setor industrial é o maior beneficiado da reciclagem do lixo promovida pelos catadores e cooperativas de lixo no Brasil”.

Outro contraponto importante de ser analisado, é que nesse esquema da cadeia produtiva do reciclável, que a indústria da reciclagem fatura e lucra absurdamente em cima do trabalho dos catadores; a cooperativa, a sociedade civil, o povo, os movimentos sociais, tem que lutar para que ela não seja mais uma empresa que atue em condições precárias para com seus trabalhadores e forneça o produto barato para a indústria. Carneiro & Corrêa (2008) fazem esta análise ao dizer que:

Organizados em associações, os catadores desenvolvem um trabalho maçante e humilhante, ficando as empresas compradoras isentas de custos e preocupações com a segurança, a saúde e os direitos trabalhistas dos catadores. Organização em associações ou pequenas empresas, os catadores fornecem às indústrias compradoras o acesso a suprimentos regulares de matérias-primas, a preços mais baixos, posto que se evitam os “atravessadores”. A organização de catadores de papel constitui, nessa medida, uma forma de terceirização e institucionalização do trabalho precário (CARNEIRO & CORRÊA, 2008, p. 151).

Esta lógica perversa do capitalismo, parece não dar “trela”, permeando as relações de trabalho de forma a acentuar as desigualdades e converter uma realidade dura, de sofrimento, resistência e exploração num discurso “ecologicamente” correto e responsável. São as artimanhas do capital, e a perpetuação de processos de precarização do trabalho principalmente dos mais pobres.

Magera (2003) em seu livro “Os empresários do lixo – Um paradoxo da Modernidade ” trava uma crítica ao modo de cooptação dessas cooperativas pelo capitalismo, e principalmente as cooperativas que neste estudo ousamos chamar no termo comum “coopergatos”, que utilizam da legislação cooperativista para ficarem isentas de encargos e direitos trabalhistas, e no entanto, funcionam como empresas com patrão e empregados. Este dado será analisado posteriormente, em uma das entrevistas colhidas neste estudo.

Magera (2003) então aponta:

Assim, o catador de lixo atende a vontade do capital, ao mesmo tempo em que realiza um serviço “ecologicamente” para a sociedade, mas este serviço tem um preço alto, pois é realizado em condições subumanas, num ambiente em que a concorrência pelo produto é disputada com ratos, animais peçonhentos e urubus, sem se contar com o perigo da aquisição de uma doença. Sendo assim, os catadores, ao mesmo tempo em que são os “agentes da modernidade”, tornam-se também a escória da sociedade (MAGERA, 2003, p. 184).



O catador de material reciclável é de fato, um agente ambiental, que trabalha poupando o meio ambiente de receber toneladas de reciclável diariamente. Mas como já dissemos anteriormente, este trabalho, retarda o processo de degradação ambiental. Fazer com que este ambiente não se degrade pelo depósito abusivo de resíduos, exige uma mudança cultural na produção de mercadorias, consumo e produção de resíduos. Carneiro & Corrêa (2008) contribuem com a seguinte reflexão:

(...) no plano simbólico, procede-se à construção de um discurso, em grande parte incorporado pelos próprios catadores, segundo o qual o catador é um importante “agente ambiental”, por contribuir para a limpeza do espaço urbano, evitar a degradação dos solos e águas e reduzir a extração de matérias primas da “natureza”. Os catadores realizariam então, um trabalho que deve ser “valorizado” e respeitado. Assim, trata-se de um discurso que legitima a função da catação de material reciclável, naturalizando e institucionalizando os processos e mecanismos estruturais que produzem os crescentes volumes de lixo urbano e a própria existência de pessoas que se vêem obrigados a viver de uma função de baixa remuneração, que exige grande desgaste físico e mental (CARNEIRO & CORRÊA, 2008, p. 151).

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tem lutado por políticas públicas para esta categoria de trabalhadores, e por incentivos governamentais para equipar, estruturar as cooperativas.

O trabalho do Movimento é fundamental no resgate da luta histórica desses trabalhadores, que expulsos do mercado formal de trabalho, buscam alternativas para sobreviver e são constantemente explorados por atravessadores, pelas indústrias da reciclagem, por governos que não legitimam seu trabalho e usufruem dos resultados, além da imensa estigmatização social e exclusão de uma série de direitos, cidadania. Vale ressaltar, que estas informações foram colhidas da experiência que vivenciamos com o MNCR, durante o estágio realizado na COOCASSIS.

A luta do MNCR, como movimento social que é, é de enfrentamento do capitalismo, no sentido de que os catadores não tenham mais sua força de trabalho convertida em uma mais valia disfarçada pelas indústrias que ainda os exploram, que possam de fato ter seu trabalho reconhecido e que a venda dos recicláveis seja realizada com base em um valor justo. O MNCR luta por dignidade de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis, e ainda que a catação seja útil ao capitalismo, o MNCR trava trincheiras de resistência fazendo o debate na sociedade e com as classes populares sobre a produção social deste lixo e a marginalização dos trabalhadores que em decorrência deste modo de produção, sofrem na pele a precarização do seu trabalho.

Entre seus princípios e objetivos, encontramos no artigo 3º a independência de classe, que fala:

A independência de Classe “é o princípio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam; Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos; (MNCR, 2008, p. 2)

E também a solidariedade de classe:

A “Solidariedade de Classe” é o princípio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, Opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes Oprimidas, como um setor dentro delas, porem existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc... É importante compreendermos isso pois em nossa luta sozinhos, não venceremos, a verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a “solidariedade com todos os setores das classes Oprimidas (MNCR, 2008, p. 2).

As cooperativas e associações vinculadas ao MNCR, atuam nos princípios da Economia Solidária. Alguns autores, como Singer (2002) consideram que os empreendimentos de Economia Solidária, devem atuar nos princípios da autogestão. Como consideramos aqui este termo um tanto quanto complexo, que diz de estruturas macro políticas, e não somente no âmbito local dos empreendimentos, trabalharemos com o conceito de Gestão Democrática, ou ainda, Gestão Participativa.

O MNCR também defende a autogestão como forma de gestão das Associações e Cooperativas de Catadores, mas para este movimento, este conceito tem a seguinte definição: “Auto-gestão é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas equipamentos de produção. Auto-gestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores” (MNCR, 2008, p. 1). Nesses termos, com essa definição, somos a favor do termo auto-gestão que neste modelo é o que acontece nas cooperativas e associações de catadores vinculadas ao MNCR. Mas como dito anteriormente, usaremos a Gestão Democrática para não cometermos equívocos de ordem teórica neste estudo.

A democracia é fundamental nos empreendimentos solidários, uma vez que de fato, todos os cooperados são “donos” do seu próprio negócio, e as decisões devem

ser tomadas em espaços coletivos, reuniões gerais, ainda que exista uma Diretoria Administrativa e Fiscal.

Pereira, Carvalho & Ladeia (2008) colocam que

A Economia Solidária tem possibilitado às cooperativas populares a construção de uma outra racionalidade nas relações de trabalho. Ser solidário ao invés de competitivo. Dividir os resultados do processo de produção e comercialização de produtos ao invés de concentrar lucros nas mãos de um único dono do meio de produção, ou um corpo de acionistas. Na Economia Solidária, só é dono dos meios e bens de produção, quem neles trabalham. Essa é uma das grandes diferenças entre Economia Solidária e Cooperativismo. As relações estabelecidas entre os cooperados não são apenas econômicas, ou seja, para ser cooperado não basta ter uma quota parte, ou participação econômica dos membros na criação e controle do capital. Para ser cooperado é necessário ser trabalhador desta cooperativa. Esta nova racionalidade de trabalho, ou organização de trabalho, interfere na subjetividade dos trabalhadores desses empreendimentos. (PEREIRA, CARVALHO & LADEIA, 2008, p. 8).

Optar por este modelo de gestão e economia é tomar posição política sobre o modo de trabalhar e gerar subsistência aos trabalhadores. Para que a gestão democrática de fato aconteça é necessária a educação permanente na cooperativa, a educação popular, que trará um olhar crítico sobre a realidade destes trabalhadores e possibilitará o desenvolvimento da autonomia dos mesmos.

A educação popular é uma educação de classe, com interesses de classe. Permite contrastar os paradigmas de opressores e oprimidos no modo de produção capitalista, oferece ferramentas do povo para o próprio povo, potencializa seus saberes e cria novos significados a partir do cotidiano de trabalho e vida. Freire (1978, p. 65) concebe que “A prática de pensar a prática é a melhor maneira de aprender a pensar certo. O pensamento que ilumina a prática é por ela iluminado, tal como a prática que ilumina o pensamento, é por ele iluminada.”

Mance (2003) trata da educação nas cooperativas e empreendimentos solidários, como educação solidária. Segundo esse autor,

Em nossa concepção, a *educação solidária* não é mera transmissora de conhecimentos indispensáveis ao trabalho criativo ou agenciadora de disposições afetivas para atividades de colaboração. A educação é aqui compreendida como uma das condições necessárias ao exercício da liberdade humana, permitindo não apenas a produção e interpretação de informações e a participação ativa em processos comunicativos, mas a própria autonomia das pessoas e das coletividades, mediadas por inúmeras relações sociais (MANCE, 2003, p. 11).

É importante ressaltar também o trabalho das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), que com apoio do Ministério de Ciência e Tecnologia

do Governo Federal, através da FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos) tem colaborado na formação e desenvolvimento de empreendimentos populares que atuam nos princípios da Economia Solidária. Estas ITCPs encontram-se instaladas dentro das universidades (públicas e particulares) e tem contribuído de forma significativa para o debate da Economia Solidária em todo o Brasil, utilizando-se de ferramentas como o Ensino, a Pesquisa e a Extensão.

Sobre as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, Magera (2003) traz a definição:

As cooperativas de reciclagem de lixo são associações de pessoas que se unem, voluntariamente, para alcançar objetivos na área econômica, social e cultural. A criação desta sociedade democrática e coletiva dá-se de modo informal por parte de seus agregados e acaba recebendo o apoio das instituições sociais e governamentais. São catadores de lixo de rua que acabam sentindo a necessidade de se organizar para obterem mais força ou poder de barganha para negociar seus produtos com sucateiros e indústrias de reciclagem de lixo. A cooperativa busca satisfazer não somente a necessidade de consumo por um bem ou serviço, mas também necessidades sociais e educativas (MAGERA, 2003, p. 39).

Kemp (2008) coloca que os trabalhadores que ingressam nos empreendimentos solidários, inicialmente o fazem como “bico”, como forma de sobrevivência uma vez que foram excluídos do mercado formal de trabalho. Num momento posterior, poderão problematizar a forma de melhor organizar o trabalho, tornando-se sujeitos de um projeto de transformação. A autora cita a ASMARE dizendo:

No caso da Asmare, foi identificado um engajamento das pessoas ao empreendimento – também um projeto econômico – não apresentava como finalidade principal a criação do emprego, mas a reconstituição do pertencimento social, da possibilidade de participação efetiva, da recuperação do sentido de coletividade, da reconstrução e da constituição de novas formas de regulação social e do exercício da solidariedade pública (KEMP, 2008, p. 28).

É importante ressaltar a fundamental parceria de organizações da sociedade civil, igrejas e instituições culturais/religiosas, e poder público nas suas diversas esferas com as cooperativas e associações de catadores. Estes setores ajudam na construção de políticas públicas para esta categoria de trabalho, bem como para os empreendimentos solidários. No Brasil, a Cáritas, que é um organismo pertencente à Igreja Católica tem contribuído significativamente com o desenvolvimento destas cooperativas. A COOPAMARE teve início com os trabalhos desenvolvidos pela OAF (Organização e Auxílio Fraternal), e a ASMARE com trabalhos da Pastoral da Rua da Arquidiocese de

Belo Horizonte. A COOCASSIS, conta desde sua fundação com a Cáritas Diocesana da Diocese de Assis.

Também são parceiros destes empreendimentos solidários de Catadores, a Fundação Banco do Brasil, a Petrobrás através do Programa Fome Zero do Governo Federal e o BNDES, que tem publicado editais que contemplam linhas de crédito para cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Uma das parcerias fundamentais para garantir a auto-sustentação destes empreendimentos, é a parceria com o Poder Público Municipal, que deve reconhecer o trabalho que os catadores realizam no município de limpeza urbana e promover repasses firmados através de convênios com as associações e cooperativas, bem como garantir o espaço e a estrutura mínima para funcionamento das mesmas.

No ano de 2009, o mundo vivenciou uma das piores crises econômicas da história. O mercado da reciclagem, que é regulado principalmente pela Bolsa de Valores de Londres foi diretamente afetado. O preço do material reciclável caiu consideravelmente, afetando principalmente os catadores de materiais recicláveis. Segundo o MNCR (2009)

São vários os fatores que motivaram a queda, mas ao que tudo indica há uma tendência no mercado de cortar custos e diminuir a produção. Com isso, há também uma preferência em utilizar matérias-primas virgens em vez das recicladas. É o que está acontecendo com o papel. Durante a crise, preferiu-se utilizar, para a produção, os estoques de madeira, disponíveis a um custo menor, e cortar a produção derivada de matéria-prima reciclável. Entretanto, a indústria de modo geral efetuou cortes, transferindo-os para os preços pagos pelos recicláveis e prejudicando apenas os catadores. Durante esse período em que a indústria deixou de comprar materiais recicláveis, o mercado da reciclagem quebrou. (MNCR, 2009, p. 55).

Esta crise ocasionou o fechamento de muitas associações e cooperativas de catadores, principalmente as que contavam com pouca ou nenhuma parceria dos poderes públicos locais. Os catadores que não estão organizados, realizando a catação individual nas ruas, sofreram ainda mais por não contar com nenhuma estrutura de apoio, e deixaram de recolher material nas ruas, por não encontrar formas de viabilizar o comércio do mesmo. Nesse sentido, o MNCR tem alertado para a importância da organização destes trabalhadores e das parcerias que devem ser firmadas para que tenham sustentabilidade.

A alternativa a essa situação insustentável é o incentivo à organização autônoma dos catadores, por meio de cooperativas e associações que procuram especializar estes trabalhadores e dar regularidade à atividade de catação. Como qualquer setor produtivo que abastece a indústria brasileira, as organizações de catadores precisam de infra-estrutura para tornar o trabalho

regular e de qualidade, assim como para aumentar a capacidade de processamento de resíduos, agregando novos catadores e formalizando novos postos de trabalho no país. (MNCR, 2009, p. 57).

Estes dados evidenciam a importância da organização destes trabalhadores e os desafios impostos para que os catadores se vejam livres das formas de exploração e dominação capitalista.

Retomando a discussão sobre a cadeia produtiva dos materiais, nos referimos como recicláveis aos resíduos sólidos reaproveitáveis. É importante diferenciarmos os tipos de resíduos produzidos nas cidades e trazer uma reflexão a respeito da geração de lixo e os impactos ambientais na atualidade. Carneiro & Corrêa (2008, p. 135) descrevem que “o que, na sociedade contemporânea, chamamos de lixo, nada mais é que o conjunto de dejetos gerados pela produção e pelo consumo de mercadorias”.

O modo de produção capitalista é marcado pelo alto nível de consumo e descarte de resíduos. Com o advento de novas tecnologias, os processos de produção tornam-se mais eficazes, e a imensa oferta de produtos no mercado, faz com que muitos deles tornem-se obsoletos em tempo reduzido. Podemos observar isso no ramo dos aparelhos eletro-eletrônicos e computadores. Em um ano, um computador que era considerado “de ponta” é substituído por vários outros inovadores. Os celulares também são um exemplo real do nível de consumo e descarte de resíduos. Carneiro & Corrêa (2008) apontam:

Tem-se pois, que a produção e o consumo, cada vez mais acelerados de um volume cada vez maior de mercadorias, é condição estrutural da reprodução social sob o capitalismo. Conseqüentemente, também o é a produção acelerada de volumes cada vez maiores dos dejetos da produção/consumo de mercadorias a que chamamos “lixo”. Isso é o que necessariamente ocorre ao longo do tempo, sob o capitalismo. (CARNEIRO & CORRÊA, 2008, p. 136).

Nesse estudo, tomamos a palavra “lixo” no mesmo sentido dado à palavra “resíduo”, ou seja, o que sobra e é descartado pelas comunidades humanas, indústrias, etc. e que poderá ser reaproveitado ou não. Calderoni (1996, p. 16) coloca que “na linguagem corrente, o termo resíduo é tido praticamente como sinônimo de lixo”. Magera (2003) faz um breve histórico da história do lixo, retomando que no início o lixo gerado basicamente era composto por resíduos humanos e orgânicos, na Idade Média, com o advento da atividade agrícola e na Revolução Industrial, com produção de ferramentas e mercadorias industriais, surgiram os restos da produção os próprios produtos depois de utilizados.

O lixo (resíduos) pode ser classificado e caracterizado sob vários aspectos. Magera (2003) refere-se à caracterização do lixo de acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT, 2000) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), no sentido das várias formas possíveis de encontrá-lo, como sua natureza física, sua composição química, riscos potenciais ao meio ambiente, resíduo classe I – considerado perigoso, resíduo classe II – não inerte e resíduo classe III – inerte (MAGERA, 2003).

O autor também descreve a classificação do lixo quanto a sua origem, como lixo doméstico, lixo comercial, lixo industrial, lixo hospitalar, lixo público, lixo agrícola, nuclear e entulho (MAGERA, 2003).

A imensa quantidade de resíduos produzidos pelas comunidades humanas, indústrias, entre outros, diariamente, nos coloca diante da problemática ambiental do que fazer com estes resíduos, e até quando o planeta terá condições de metabolizar este lixo todo.

Para Magera (2003, p. 39) “só os Estados Unidos produzem atualmente mais de 700kg/hab/ano. No Brasil, o valor médio verificado nas cidades mais populosas é da ordem de 180kg/hab/ano.”

O destino ideal para o lixo orgânico é o aterro sanitário controlado, e não a incineração como ainda observamos em diversos municípios. A reciclagem é fundamental para a redução dos resíduos sólidos reaproveitáveis depositados na natureza. Porém, ainda fica a questão que depois de reciclados os produtos, eles são novamente descartados e chega ao ponto que não serão mais reaproveitáveis.

Pensar a questão ambiental do lixo é pensar no padrão de vida e consumo que a humanidade tem desenvolvido. Para fazer vale o discurso ambiental, de “desenvolvimento sustentável” é urgente a mudança cultural no padrão de consumo, o que afeta diretamente o capitalismo, e, portanto, encontra resistência dos grandes produtores de lixo, que são os capitalistas donos das indústrias.

O slogan dos 3Rs (reduzir, reutilizar e reciclar) tem um limite para sua execução, que é a capacidade da biosfera de continuar fornecendo matéria prima. A tomada de consciência de todos os atores envolvidos na questão ambiental, é fundamental bem como a mudança de hábito de consumo, e adesão à prática dos 3Rs. Carneiro & Corrêa (2008) afirmam:

Esse discurso hegemônico serve aos interesses dominantes, precisamente por elidir a consideração crítica acerca da relações de produção e formas de propriedade capitalistas (...) que constituem os mecanismos que produzem o

“problema do lixo”, isto é, a degradação ambiental por ele produzida, assim como a concentração dessa degradação sobre os territórios urbanos habitados por populações economicamente fragilizadas. (CARNEIRO & CORRÊA, 2008, p. 152).

Os catadores de materiais recicláveis trabalham durante todo o dia expostos ao sol e às intempéries. Entram em contato com os mais diversos tipos de materiais e agentes biológicos encontrados no lixo misturado aos recicláveis. Convivem no dia a dia de trabalho com os gases e fumaça emitidos pelos automóveis e poeira. Borges & Kemp (2008) relatam

(...) o catador é obrigado a separar o material reciclável em meio a todo o tipo de resíduo em decomposição. Os processos de trabalho de tais catadores diferenciam-se desde o local da execução do trabalho, até suas dinâmicas, que incluem a divisão de tarefas, os instrumentos utilizados e conseqüentemente as relações estabelecidas entre os próprios catadores. Esses trabalhadores coletam debaixo de sol e chuva e, de maneira geral, determinam seu próprio ritmo de trabalho e o seu posicionamento físico (BORGES & KEMP, 2008, p. 156).

Esta realidade compõe um quadro de condições precárias de trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Para Dejours (1992) as condições de trabalho podem ser analisadas à partir dos seguintes aspectos: ambiente físico, ambiente químico e ambiente biológico. Acrescentando também aspectos psicossociais como o resgate do histórico ocupacional, significados atribuídos ao trabalho, às pressões psicológicas bem como as defesas elaboradas pelos trabalhadores.

Dejours (1992) enfatiza as ideologias defensivas que se estabelecem na relação homem-trabalho, mostrando as atitudes de enfrentamento dos trabalhadores contra as contradições do trabalho.

Para Porto et.al (2004), algumas doenças associadas ao trabalho como dores corporais, varizes, problemas osteo-articulares, estão presentes entre os catadores de materiais recicláveis, devido ao trabalho árduo e em contato com o lixo. Sissino & Oliveira (2000) acrescentam a hipótese de distúrbios intestinais e hepatite.

Borges & Kemp (2008, p. 157) apontam “tais constatações relacionam-se com as atividades perigosas que envolvem o trabalho dos catadores, executadas na maioria das vezes, sem o devido equipamento de proteção”.

Entre as condições precárias de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, encontramos a ausência de direitos trabalhistas como Fundo de Garantia, INSS, férias, décimo terceiro entre outros. Essa ausência de direitos caracteriza todos os trabalhadores do mercado informal de trabalho. Mattoso (1999) coloca



Aumento do caráter precário das condições de trabalho (...) sem carteira e do trabalho independente (por conta própria). Esta precarização pode ser identificada pelo aumento do trabalho por tempo determinado, sem renda fixa, em tempo parcial...em geral; a precarização é identificada com a ausência de contribuição à Previdência Social e, portanto, sem direito à aposentadoria. A precarização das relações de trabalho é o processo de deterioração das relações de trabalho, com ampliação das desregulamentação, contratos temporários, falsas cooperativas de trabalho, contratos por empresa ou mesmo unilaterais.(MATTOSO, 1999, p.8).

A negação desses direitos é uma negação da cidadania destes trabalhadores, é a ausência de acesso à riqueza nacional que ajudam a produzir com o trabalho árduo de seus braços. Os catadores, em sua grande maioria, não obtém grandes quantias em dinheiro com a venda dos materiais que coletam devido à exploração dos atravessadores, e assim encontram dificuldades para contribuir com a previdência social. No entanto, contribuem com o Estado com o seu trabalho, retirando das ruas milhares de toneladas de materiais, e desse Estado, não obtém nenhum tipo de proteção pelo trabalho que realizam.

Neves (2001, p. 64) defende: “não se pode entender os direitos como privilégios. É essencial entendê-los como questão de cidadania, direito de todos os cidadãos de participarem da vida social, de se integrarem à sociedade”.

Para Galleazzi (2002), a precarização do trabalho informal está relacionada ao fato dessas ocupações “apresentarem a característica de não serem regidas por contrato de trabalho assalariado típico, e as condições de trabalho nelas encontradas, tendem a um padrão inferior vis a vis à condição assalariada”. E ainda

No exercício das ocupações do universo do chamado setor informal (...) o trabalhador, seja ele autônomo, dono ou trabalhador de negócio familiar, ou de micro unidade econômica, não usufrui nenhum dos direitos assegurados para o trabalhador assalariado: férias, remuneração em períodos de parada do trabalho por enfermidade, descanso remunerado, seguro para o caso de ficar desempregado (extinção do negócio ou atividade), aposentadoria e outros. Todo e qualquer benefício desse tipo precisa ser financiado pelo próprio trabalhador. Via de regra essas atividades apresentam rendimentos insuficientes para promover uma poupança individual capaz de permitir a esse trabalhador uma situação laboral similar à do trabalho assalariado regulamentado (GALLEAZI, 2002, p. 246).

Castel (2009) ao fazer a crítica da sociedade salarial, discorre sobre estes trabalhadores que são expulsos do mercado formal de trabalho, e reféns do desemprego, farão parte de uma categoria denominada “os inempregáveis”, ou então empregáveis de um modo precário, intermitente. A liberdade que o mercado informal aparenta trazer, na verdade vem mascarada pela ausência de direitos, pela negação de direitos. Castel

(2009, p. 45) então aponta: “descobre-se, então, que a liberdade sem proteção pode levar à pior servidão: a da necessidade”.

Uma questão pontual acerca da precarização do trabalho do catador e as conseqüências à sua saúde é a questão do acidente de trabalho para um trabalhador informal. Como não possui carteira de trabalho, ao invés de realizar o CAT (Comunicação de Acidente de Trabalho), ele realiza apenas o preenchimento do SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação, apenas para efeito de notificação de acidente, não sendo este comunicado ao INSS uma vez que o trabalhador informal não terá direito aos benefícios por não ser contribuinte deste sistema.

As doenças relacionadas ao trabalho são aquelas que são adquiridas ou desencadeadas em função das condições em que o trabalho é realizado, e os acidentes de trabalho são aqueles que ocorrem durante o exercício do trabalho, inclusive durante o percurso até o trabalho. Os catadores de materiais recicláveis, por trabalharem nas ruas, estão freqüentemente expostos a acidentes no trânsito, e por trabalharem a céu aberto, expostos à doenças na pele, como dermatites, queimaduras de sol.

Para Dias (1996):

Os trabalhadores apresentam um viver, adoecer e morrer compartilhado com o conjunto da população, em um dado tempo, lugar e inserção social, mas que é, também específico, resultante de sua inserção em um processo de trabalho particular. (DIAS, 1996, p. 28).

Gomez & Thedim-Costa (1999), relatam que em muitos atendimentos dos setores de emergência dos postos de saúde públicos no Brasil, não se registra devidamente os ATs (Acidentes de Trabalho). Se o trabalhador do setor informal, se acidentar trabalhando, dificilmente conseguirá registrar seu AT, visto que muitas vezes esse não é um contribuinte da Previdência Social, e, assim sendo, não tem como comprovar seus direitos previdenciários.

O procedimento nos serviços públicos de saúde ocorre inicialmente pelo preenchimento das fichas de identificação do paciente, se o paciente refere que o evento relaciona-se ao trabalho e tem carteira assinada, é colocado o carimbo AT, o que a priori, já exclui os trabalhadores do setor informal (GOMEZ & THEDIM-COSTA, 1999).

Este quadro no atendimento à pacientes nos serviços públicos de saúde, configura mais um processo de precarização do trabalho e exclusão a que são submetidos os trabalhadores informais, aqui, representados pelos catadores de materiais

recicláveis. Sua atividade laboral, que muitas vezes oferece graves riscos à saúde, sequer é considerada um “trabalho”, pois os acidentes não podem ser diagnosticados como acidentes de trabalho. São acidentes de que ordem então?

No entanto, a orientação do Ministério da Saúde, e SUS (Sistema Único de Saúde), é que todos os casos de acidente de trabalho, tenham eles ocorrido com trabalhadores formais ou informais, devem ser notificados. Segundo a Portaria Ministerial 777, de 28 de abril de 2004 (disponível em <http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-777.htm>), os agravos de notificação compulsória devem ser realizados em caso de Acidente de Trabalho Fatal, Acidentes de Trabalho com Mutilações, Acidente com Exposição a Material Biológicos, Acidentes do Trabalho em Crianças e Adolescentes, Dermatoses Ocupacionais, Intoxicações Exógenas (por substâncias químicas, incluindo agrotóxicos, gases tóxicos e metais pesados), Lesões por Esforços Repetitivos (LER), Distúrbios Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT), Pneumoconioses, Perda Auditiva Induzida por Ruído – PAIR, Transtornos Mentais Relacionados ao Trabalho, Câncer Relacionado ao Trabalho.

No que tange ao registro de notificação de acidentes no trabalho, junto ao Serviço Nacional de Seguridade Social (INSS), Mendes (2002) descreve:

apenas os acidentes que geram CAT são consolidados pelo INSS, e são os números desses acidentes que são levados ao Ministério do Trabalho e, daí, aos órgãos internacionais. Relacionando-se o perfil do tipo de trabalhador do mercado formal de trabalho que tem acesso ao seguro acidentário com o tamanho de nosso mercado informal de trabalho, têm-se a exata idéia do quanto que a legislação brasileira, voluntária e determinada, exclui, propiciando o encobrimento de grandes parcelas dos eventos infortuitos referentes ao trabalho. Em uma sociedade onde aumentam a flexibilização e a desregulamentação das condições de trabalho, é esperado o crescimento do mercado informal, pois se eleva o número de pessoas que buscam sua subsistência em ocupações menos estáveis (MENDES, 2002, p. 38).

Miura (2004) ressalta que a questão da subsistência é prioritária à saúde para os catadores. Também coloca que muitas vezes eles não consideram os prejuízos causados à sua saúde pelo trabalho que realizam.

Estar doente, sofrer um acidente de trabalho, para os catadores muitas vezes significa perder a saúde, e sendo assim, perder a capacidade para o trabalho. Essa percepção corresponde ao que Dejours (1992) descreve sobre “ideologia da vergonha”. A “vergonha” em estar doente, associa-se ao medo de não conseguir manter a família, ou a si próprio. Verifica-se aí não somente a angústia da dor, mas a angústia que provém

da insegurança de sobreviver, da necessidade de parar de trabalhar e ser considerado um “vagabundo”.

Na concepção de Dejours (1992), quando o indivíduo,

luta contra a dor, quando ele tenta negar seu sofrimento, o homem do subproletariado não pretende ter uma atitude terapêutica relativa ao processo patogênico. Ele sabe que procura somente fazê-lo calar. Curar é trabalho do médico ou do especialista. A angústia contra a qual é dirigida a ideologia da vergonha não é a do sofrimento, da doença ou da morte; a angústia que ele ataca é, através da doença, a destruição do corpo enquanto força capaz de produzir trabalho. (DEJOURS, 1992, p. 34).

Medeiros & Macedo (2006), ao estudar esses trabalhadores perceberam que na opinião deles os acidentes de trabalho eram aqueles que geravam situações críticas que impediam de realizar as atividades laborativas, pois as escoriações, cortes e perfurações não eram considerados como sendo acidentes relacionados ao labor cotidiano (MEDEIROS & MACEDO, 2006).

Borges & Kemp (2008, p. 164), em sua pesquisa com os catadores de materiais recicláveis da ASCAS (Associação de Catadores de Material Reciclável de São João Del-Rei) constataram também que “os trabalhadores reconheciam o risco que corriam no trabalho; eles citaram alguns, mas pareciam não pensar seriamente em ações individuais para diminuir estes riscos”.

Ainda, como condição precária de trabalho, os catadores de materiais recicláveis estão submetidos ao contato direto com resíduos orgânicos, situação pela qual passam a ser também denominados pela população em geral de catadores de lixo.

Para Oliveira (2007), a catação é uma atividade estigmatizada devido ao fato destes trabalhadores se envolverem com um material descartado, que todos querem se livrar. A imagem do catador é então associada ao lixo. Magera (2003, P. 132) coloca que “os catadores sofrem muito com a rejeição social, visto estar freqüentemente em contato com o lixo, sua matéria-prima principal, encontrada em lixões, lixeiras, nas ruas e guetos, onde negociam e são os locais em que muitos moram”.

Scarpinatti (2008, p.1) aborda que

Historicamente, habituamo-nos a classificar como “lixo” todo objeto que consideramos inservível. Os restos de alimentos, resíduos industriais e embalagens de uma infinidade de coisas consideradas inúteis são descartados como “lixo”. Assim, a palavra “lixo”, passou a ser associada à ao feio, imundo, mau-cheiroso, infectante.

A associação da imagem do catador com o lixo, revela uma série de preconceitos que mais tarde serão usados como justificativa da exclusão destes trabalhadores de espaços sociais. Vivemos em uma sociedade marcada pelo consumismo e que sustenta padrões de beleza e limpeza que nos remetem às medidas higienistas da década de XX.

Bauman (1998), traz alguns questionamentos a respeito desse higienismo que ele denomina como algo inerente à Pós-Modernidade. Para ele, em nossa sociedade, quem não consome, quem não adere aos padrões de consumo, deve ser deixado de lado como a sujeira que precisa ser removida. Freitas & Neves (2008, p. 95) dizem sobre o ideário higienista, que é “separar os corpos sociais e delimitar um lugar para cada um deles”.

Esses trabalhadores sobrevivem na sombra da sociedade moderna, perambulando com seus carrinhos nos espaços que lhes sobram nas ruas. Passo a passo, vão marcando seus caminhos por entre os automóveis e o lixo urbano. Na penumbra do dia, seu período de maior atividade por ser o período em que as lojas fecham e alocam os materiais nas calçadas, transitam invisíveis ao olhar de pressa das pessoas que voltam para suas casas após mais um dia de trabalho assalariado.

Freitas & Neves (2008, p. 94) colocam que “a experiência de viver na sombra dos outros, na penumbra e na penúria é marcante na trajetória desses homens e mulheres catadores garimpeiros do mundo urbano, desde seus tempos de meninos e meninas.” Berman (1996, p. 149) fala: “A presença dos pobres lança uma sombra inexorável sobre a cidade iluminada”.

Os catadores de materiais recicláveis frequentemente são vítimas de repressões tanto dos governos como da polícia. Recentemente, em dezembro de 2008, na cidade de Goiânia, um catador foi abordado na rua por policiais que o acusavam de ter roubado cartuchos de impressora. Ele alegou que havia recebido doação de uma gráfica, mas que não se lembrava ao certo o local da gráfica. Os policiais não acreditaram e o torturaram, ameaçando inclusive de colocar droga em seu carrinho e acusá-lo por tráfico de drogas. Este catador, militante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) hoje processa os policiais que o agrediram e inflama o movimento com gritos contra a tortura e repressão policial aos catadores de materiais recicláveis ([www.mnccr.org.br](http://www.mnccr.org.br)).

Historicamente, na cidade de São Paulo, há mais de 20 anos o Poder Público vem realizando ações de repressão aos catadores de materiais recicláveis. No Governo

Jânio Quadros, houve diversas operações de expulsão dos catadores das áreas centrais da cidade.

Segundo Scarpinatti (2008), nesse período ocorreram prisões e espancamentos além de apreensões dos carrinhos de coleta de materiais. Ele afirma sobre estes atos:

Tudo isso amparado num discurso carregado de preconceitos, que buscava caracterizar os catadores como vagabundos, arruaceiros, bêbados e mendigos que emporcalhavam a cidade. Assim a prefeitura reforçava os velhos estigmas e criminalizava o grupo e sua atividade, demonstrando, mais uma vez, a conhecida incapacidade do aparato estatal de tratar dos problemas de natureza social, já que, na ausência de instrumentos como políticas públicas, adota a repressão como forma geral de lidar com esses segmentos (SCARPINATTI, 2008, p. 26).

É surpreendente como esta racionalidade governamental reafirma padrões de consumo com incentivos fiscais e reprime os trabalhadores que sobrevivem da limpeza das cidades. Kemp & Crivellari (2008) relatam que os catadores,

muitas vezes são vistos pela população da cidade e pela própria administração pública municipal como pessoas que sujam a cidade, mexendo no lixo e espalhando-o pelas calçadas. Na mesma direção, grande parte da administração pública municipal ainda age de maneira a desconhecer a importância da atividade desenvolvida pelos catadores de material reciclável, chegando às vezes a coibir e mesmo impedir suas atividades, ao repassar para a iniciativa privada a gestão da coleta seletiva dos municípios. (KEMP & CRIVELLARI, 2008, p. 12).

Tendo como referência a concepção de Debord (1997), de que em uma sociedade na qual a aparência determina as relações, em que o “ser” perdeu espaço não só para o “ter” mas também para o “parecer”, em que se forja os vínculos humanos como se estivéssemos em um grande espetáculo, podemos aferir que os catadores de materiais recicláveis acabam sendo considerados como “o lixo”, podem ser descartados, humilhados e voltar para seus guetos, longe do centro da cidade e dos olhos da “sociedade dos automóveis”.

Freitas & Neves (2008, p. 95) apontam que “na condição de excluídos e irrelevantes, por sua aparência inadequada, os catadores tornaram-se objetos de provocações e de intervenções coercitivas por parte dos gestores da cidade e dos mantenedores da ordem”.

Os discursos higienistas de representantes do Poder Público em muitos municípios do Brasil consideram que os catadores dão o aspecto “feio”, “sujo” na cidade conforme os padrões de beleza e de estética exigidos na modernidade. Alguns

trabalham alcoolizados, outros, vestidos com roupas surradas, outros cantarolando cantigas populares e nos transeuntes, sua presença pode despertar pena ou provocar um desejo não revelado de declará-los como loucos, párias, que deveriam permanecer no devido lugar de origem, na periferia. É lá que a grande maioria deles reside, e que para o desejo de segurança das classes médias e alta, calcado no princípio da felicidade individual como objeto primordial, lá devem permanecer (SOUZA & PASSARELI, 2006).

Em nome desta ordem social perversa, que caracteriza as políticas neoliberais atuais, as pessoas que ocupam as ruas, que não pagam impostos pelo trabalho, deverão ser normatizadas e voltarem para seus guetos.

Singer (1999), ao abordar sobre esta política neoliberal, denominada por ele de política dos individualistas, pontua que na visão destes, o Estado que preza pela distribuição equitativa da renda, cria um crescente exército de pobres profissionais. Sobre isto descreve que, “eles acham que tudo deve ser feito para incentivar o pobre a ajudar a si mesmo para sair da pobreza, trabalhando duro, mantendo-se sóbrio e cultivando hábitos de autodisciplina, economia, calculismo e assim por diante” (SINGER, 1999, p.61).

Assim sendo, na perspectiva do pensamento de Foucault (2004), sob a ação dessa disciplina, estes corpos dóceis devem ser enquadrados nesta anatomia política da cidade que se assemelha a uma mecânica do poder.

Foucault (2004) versa sobre esta mecânica dizendo que

(...) ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2004, p.119).

É na cidade que os catadores de materiais recicláveis realizam seu trabalho e é neste contexto que se estabelecem enquanto sujeitos. Nela moram e constroem seus vínculos. É na cidade que compõem as trajetórias e travessias de suas vidas de catador. Pelas ruas e avenidas que percorrem com seus carrinhos, carroças, vão deixando a marca de seu trabalho, de sua luta pela sobrevivência. A cidade é descontínua, abrigando as diferenças sociais percebidas pelos catadores (FREITAS & NEVES, 2008).

Muitos deles vieram da zona rural para tentar melhores condições de vida e trabalho na cidade. E lá se depararam com a miséria, falta de oportunidades, estigmatização social. Freitas & Neves (2008) colocam que

Os pobres, condicionados pela carência, pela falta de oportunidades de trabalho e de reconhecimento, elaboram modos de vida e táticas que lhes permitem sobreviver na cidade. Por razões de sobrevivência, centenas de indivíduos tornam-se catadores de papel e de outros recicláveis em ruas e lixões e passam a definir-se por um estilo de vida citadino, que se manifesta nas diferentes formas de ocupar o espaço urbano (FREITAS & NEVES, 2008, p. 87).

A cidade enquanto espaço de convivência humana, abriga todas as formas de desigualdades e exclusões. É reflexo das relações estabelecidas entre os homens, desde sua arquitetura à distribuição espacial de bairros, até sua denominação territorial de centro e periferia. É neste espaço urbano que as normas são aplicadas a todos, e as leis redigidas pelas “elites” locais ou nacionais entram em vigor. Barros, Sales & Nogueira (2002), concebem como o lugar destinado aos excluídos, a periferia.

Bauman (1999), versa sobre o espaço processado, organizado e normalizado. Assim, considerado não apenas como um espaço físico, mas um espaço social que serve como uma arena dos processos sociais de exclusão-inclusão, alimentando processos que configuram a subjetividade de seus habitantes (SOUZA & PASSARELI, 2006). Freitas & Neves (2008) apontam:

Demarca-se claramente, o lugar dos que têm poder aquisitivo e se beneficiam dos mais diversos recursos que o ambiente de uma grande metrópole oferece; e o lugar de quem, “atrevidamente”, tenta aproximar-se para, ainda que na clandestinidade, beneficiar-se marginalmente dos insumos desses recursos. (FREITAS & NEVES, 2008, p. 86)

As desigualdades neste espaço urbano são percebidas desde o acesso das pessoas a determinados locais, como shoppings e restaurantes, aos lugares determinados para o trabalho, como por exemplo as lojas e supermercados, e as ruas, calçadas. O olhar do indivíduo moderno para estas desigualdades, é um olhar natural, como se os eventos cotidianos fossem da ordem comum do dia a dia na cidade, ao passo que o olhar do Estado se caracteriza como o olhar “panóptico”, que tudo vê, nada lhe escapa, tudo controla (FOUCAULT, 1999).

Tomando como referência o pensamento de Foucault (2004), concebemos que o sujeito moderno olha e não vê. Acostuma-se ao cinza do tráfego e aos poucos vai incorporando os catadores de materiais recicláveis neste espaço, onde eles tornam-se parte. Não há mais lugar para a alteridade, apenas seus carrinhos no trânsito. É a



naturalização da desigualdade. A ordem do natural parte do princípio de que “as coisas são assim” por si sós, desprezando os contextos sociais, econômicos, de constituição de subjetividades, etc.

De acordo com Spink (2006) a

naturalização da desigualdade enquanto processo que sustenta uma sociedade nefasta e sem solidariedade se faz pela sua materialidade (...) Não há uma discussão sobre a coletividade em termos substantivos, sobre a materialidade do público, sobre a construção de solidariedades e sobre os moradores, os condôminos, os arquitetos e os engenheiros para os quais a exclusão do outro desconhecido é algo normal. O problema maior é que este outro desconhecido não é uma pessoa, mas um coletivo – nós mesmos (SPINK, 2006, p.105).

Nessa pesquisa procuramos compreender a relação inclusão exclusão como uma relação dialética, pois ao mesmo tempo em que um catador é um indivíduo incluído no mundo do trabalho, ele é excluído pelo tipo de trabalho que realiza. Segundo Oliveira (2007), o “trabalho precário, realizado em condições inadequadas, com alto grau de periculosidade e insalubridade, sem reconhecimento social, com riscos muitas vezes irreversíveis à saúde, com a ausência total de garantias trabalhistas” (OLIVEIRA, 2007, p.66).

Sawaia (2008) refere-se à exclusão social como sendo um processo sócio-histórico e coloca em foco a dialética inclusão exclusão.

Nesse sentido, aponta que

A sociedade exclui para incluir, e esta transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica o caráter ilusório da inclusão. Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno, no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência e das privações, que se desdobram para fora do econômico (SAWAIA, 2008, p. 8).

A exclusão social, segundo Singer (1999),

pode ser vista como uma soma de várias exclusões, habitualmente muito inter-relacionadas. Aqueles que foram expulsos do mercado de trabalho formal, ou do mercado de residência formal (em contraste com o informal, formado por cortiços e favelas), ou da escola, ficam em desvantagem na competição por novas oportunidades, tornando-se candidatos prováveis a novas exclusões (SINGER, 1999, p. 61).

Para Medeiros & Macedo (2006) os catadores de materiais recicláveis são excluídos do mercado de trabalho e encontram na catação uma forma de inclusão, ainda que desprotegidos por leis trabalhistas.

Barros, Sales & Nogueira (2002), descrevem a forma de inclusão perversa, como sendo uma “adesão passiva do sujeito a um sistema sociocultural que ele não produziu e o que não se propõe a modificar ou influenciar as regras do jogo” (BARROS et. al, 2002, p. 326).

O termo “exclusão social” é bastante utilizado nos referenciais teóricos que embasaram este estudo. Por isso julgamos apropriado discutir seus desdobramentos na tentativa de traçar um olhar crítico a respeito da realidade de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Este termo é utilizado com frequência pela mídia nacional e internacional, num caráter estigmatizante e sem contexto histórico, social. Não é a nossa intenção perpetuar esta prática neste estudo, por isso também discutiremos um pouco outros termos que se referem a negação social de direitos dos pobres, como o termo “desqualificação social” (PAUGAM, 2008) e “desfiliação social” (CASTEL, 2009).

A exclusão social, em seu caráter complexo e multifacetado, tem sido base para slogans de governos na tentativa de superação da mesma. Os discursos vão de encontro ao enfrentamento desta realidade, que para estes governos, deve ser combatida. No entanto, Sawaia (2008, p. 9) coloca que o processo de exclusão, “não tem uma única forma e não é uma falha no sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema”.

Os sujeitos que estão sob este crivo, “excluídos”, são fundamentais para a manutenção da competitividade do mercado que exige cada vez mais, o trabalho sob formas precárias e de baixo custo para os capitalistas. São o “exército industrial de reserva” trabalhadores que foram condenados à ociosidade forçada enquanto os outros trabalhadores, empregados, trabalham excessivamente, enriquecendo os capitalistas e acelerando a produção deste exército de reserva, que é intrínseco à acumulação do capital (MARX, 1985). Sawaia (2008, p. 12) traz a reflexão que “o excluído não está à margem da sociedade, mas repõe e sustenta a ordem social, sofrendo muito nesse processo de inclusão social”.

Para Carneiro & Corrêa (2008)

(...) A formação de populações que não encontram emprego, ou que sobrevivem do trabalho precário, não é um dado da natureza, e sim um produto historicamente determinado. Esse “excedente” de força de trabalho disponível é condição *sine qua non* do funcionamento do capitalismo, posto que permite manter baixo o preço da força de trabalho e diminuir o poder de barganha dos trabalhadores (CARNEIRO & CORRÊA, 2008, p.138).

A questão do trabalho é central na discussão do processo dialético da inclusão X exclusão. Sawaia (2008) nos fala sobre a concepção marxista sobre o papel da miséria, da servidão e da sobrevivência no sistema capitalista e como estes processos caracterizam a dialética inclusão X exclusão, na medida em que a “sociedade inclui o trabalhador alienando-o de seu esforço vital. Nessa concepção a exclusão perde a ingenuidade e se insere nas estratégias históricas de manutenção da ordem social” (SAWAIA, 2008, p.108).

Sobre este processo, também observamos as formas de inclusão perversa dos trabalhadores no Toyotismo, e a grande parcela que permanece “desfiliada” da condição de assalariamento, permanecendo no mercado informal de trabalho com seus direitos sociais negados em decorrência da crise do Estado de Bem Estar Social. Pensando no trabalho como inscrito na estrutura social, Castel (2009) nos fala que

Existe, de fato, como se verificará a longo prazo, uma forte correlação entre o lugar ocupado na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção que “cobrem” um indivíduo diante dos acasos da existência. Donde a possibilidade de construir o que chamarei, metaforicamente, de “zonas de coesão social”. Assim, a associação trabalho estável – inserção relacional sólida caracteriza uma área de integração. Inversamente, a ausência de participação em qualquer atividade produtiva e o isolamento relacional conjugam seus efeitos negativos para produzir a exclusão, ou melhor (...) a desfiliação. A vulnerabilidade social é uma zona intermediária, instável, que conjuga a precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes de proximidade (CASTEL, 2009, p.24).

Castel (2009) faz uma crítica não só ao processo de exclusão do emprego, que caracteriza os “inempregáveis” mas também à precarização das relações contratuais. Quando se refere ao Estado, aponta

O Estado social (...) constitui-se na intersecção do mercado e do trabalho. Foi cada vez mais forte a medida que eram fortes as dinâmicas que regulava: o crescimento econômico e a estruturação da condição salarial. Se a economia se reautonomiza e se a condição salarial se desagrega, o Estado social perde seu poder integrador (CASTEL, 2009, p. 34)

Neste processo dialético de enfraquecimento do papel integrador do Estado, os níveis de exclusão social aumentam na medida em que o Estado se isenta da regulação das riquezas nacionais, e sua justa distribuição. A “zona de coesão” se apresenta fragilizada. Observamos então os movimentos de “apartação social” (BUARQUE, 1994). Este outro desigual, que padece das vicissitudes do desemprego, que não consegue se inserir no padrão de consumo da modernidade, que realiza o trabalho informal sem contribuir com impostos, que ocupa as ruas para sobreviver, vai sendo empurrado para fora dos espaços públicos de convivência, dos grande teatros,

cinemas e permanecendo da zona de isolamento social. Wanderley (2008, p. 23) acrescenta “no mundo das relações sociais a fragilização dos vínculos (família, vizinhança, comunidade, instituições) pode produzir rupturas que conduzem ao isolamento social e à solidão”.

Nas cidades vão se organizando o lugar dos pobres, as periferias. Não podem permanecer nos seus lugares identitários, de origem; vão sendo expulsos gradativamente como forma de dar invisibilidade ao processo de desigualdade social. O acesso à cidadania é negado também porque este cidadão, não desfruta das coisas que a cidade oferece. Nas periferias, observamos a falta de estrutura de moradia, de água e esgoto, de escolas, unidades de saúde. A Constituição Federal de 1988 que garante esses direitos, foi “esquecida em algum beco”, e não “atingiu” a periferia das cidades. Vêras (2008) coloca que:

O capitalismo predatório e as políticas urbanas que privilegiam interesses privados e o sistema de circulação acabaram, muitas vezes, por descaracterizar bairros, expulsar moradores como favelados (remoção por obra pública, reintegração de posse), encortiçados (despejo, remoção, demolições), moradores de loteamento irregulares, sem teto, num nomadismo sem direito à raízes. (VÉRAS, 2008, p. 33).

Estes sujeitos ficam à mercê de políticas sociais de inclusão, que cada dia estão sendo minimizadas gradativamente devido as políticas neoliberais de enxugamento do Estado. Paugam (2008) define este processo como “desqualificação social” e aponta:

(...) elaborei o conceito de desqualificação social, que caracteriza o movimento de expulsão gradativa, para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população – e as experiências vividas na relação de assistência, ocorridas durante as diferentes fases desse processo. Cumpre realçar que o conceito de desqualificação social valoriza o caráter multidimensional, dinâmico e evolutivo da pobreza e o status social dos pobres socorridos pela assistência (PAUGAM, 2008, p.68).

Todos estes conceitos; desqualificação, desfiliação e exclusão social dizem respeito à realidade de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis.

Esta realidade, exposta no referencial teórico do Capítulo I e a experiência que vivenciamos na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Assis (COOCASSIS) justificam o presente estudo na medida em que nos trouxeram muitas inquietações a respeito das formas de organização destes trabalhadores, mas principalmente sobre a realidade dos catadores denominados “catadores de rua”, que fora das organizações tradicionais, sobrevivem sendo explorados pelos atravessadores e

apresentam condições precárias de trabalho. Também nos inquietou o fato de muitos desses “catadores de rua” se recusarem a participar dos projetos como cooperativas e associações de catadores.

Outra questão que justifica nossa pesquisa é a observação de como o trabalho precário e informal agrava as condições de saúde destes trabalhadores e como permanecem “de fora”, descobertos, da seguridade social trabalhista.

E por último, apontamos a justificativa por ter mudado o projeto, que inicialmente previa a pesquisa de campo no município Assis. Quando ingressamos no curso de mestrado, após todas as inquietações das experiências vivenciadas na COOCASSIS a intenção era fazer a pesquisa de campo naquela cidade. Porém, já éramos “figuras” bastante conhecidas para os catadores do município, principalmente pelo fato de estarmos tão vinculados a Cooperativa.

Traçamos a reflexão que a intensidade das experiências acumuladas naquela cooperativa poderiam direcionar muito nosso olhar em campo, e o trabalho ficar de certa forma tendencioso. Afinal, colher os dados em Assis dizia respeito a entrevistar catadores que não estavam inseridos na Cooperativa, e grande parte deles, por opção própria mesmo. Tememos o fato de tecer a pesquisa de alguma forma engendrando estes sujeitos no discurso da Economia Solidária, que naquele momento, era a única forma que vislumbrávamos como forma de organização dos catadores, além de melhorar as condições precárias de trabalho. Não acreditamos no pesquisador neutro, positivista, mas também não acreditamos que naquelas condições emocionais de vínculo com a COOCASSIS, conseguiríamos de fato elaborar um trabalho científico com os trabalhadores catadores fora da COOCASSIS.

Dada esta realidade, já havíamos tomado contato com o município de Sumaré, na região metropolitana de Campinas, que foi então escolhido para realização da coleta de dados.

Nosso objetivo geral foi conhecer as histórias de vida e de trabalho de catadores de materiais recicláveis que atuam no município de Sumaré, localizado na região metropolitana de Campinas, Estado de São Paulo.

Nossos objetivos específicos foram:

- Resgatar as trajetórias e travessias da vida, trabalho e saúde dos catadores de materiais recicláveis;

- Compreender a realidade do cotidiano de trabalho dos catadores por meio de seus discursos;
- Identificar as condições de trabalho e vida no contexto da catação de materiais recicláveis;
- Contribuir para as discussões sobre as questões relativas à precarização do trabalho e os impactos à saúde dos trabalhadores nessa realidade.

## **CAPÍTULO II**

### **Materiais e Métodos**

“Para conhecer a realidade, é necessário ir até ela” (Moreno)

## 2.1. Método

Como método para realização desta pesquisa, escolhemos uma abordagem qualitativa com base na Pesquisa Participante.

Esta metodologia de pesquisa rompe com o modelo positivista que reduz os sujeitos a meros objetos de estudo e que prima pela neutralidade das relações, pois “é preciso aceitar que o sujeito das ciências sociais não é neutro ou então se elimina o sujeito no processo de conhecimento” (MINAYO, 1999, p. 25).

A escolha dessa abordagem se justifica na medida em que:

A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes (MINAYO, 2010, p. 21).

Ainda, segundo Rey (2002)

A pesquisa qualitativa não exige a definição de hipóteses formais, pois não se destina a provar nem a verificar, mas a construir, e não requer a explicitação do que vai ser provado, pois frequentemente isso não se conhece no começo (REY, 2002, p. 73).

Para Rey (2002) o conhecimento científico a partir desse ponto de vista qualitativo, não se legitima pela quantidade de sujeitos a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão. Para o autor, a abordagem

qualitativa enfatiza que as relações pesquisador – pesquisando são uma condição para o desenvolvimento da pesquisa nas ciências humanas e que o interativo é uma dimensão essencial do processo de produção de conhecimentos, um atributo constitutivo do processo de estudo dos fenômenos humanos (REY, 2002, p. 34).

Sato & Souza (2001) apontam que ao pesquisarmos, somos também pesquisados. A metodologia qualitativa propicia o resgate da subjetividade. Na opinião de Rey (2002)

A subjetividade é um sistema complexo de significações e sentidos subjetivos produzidos na vida cultural humana, e ela se define ontologicamente como diferente dos elementos sociais, biológicos, ecológicos e de qualquer outro tipo, relacionados entre si no complexo processo de seu desenvolvimento (REY, 2002, p. 36-37).



Ainda segundo esse autor, “a subjetividade é um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento, sensível à qualidade de seus momentos atuais, o qual tem um papel essencial nas diferentes opções do sujeito” (REY, 2002, p. 37).

Neste sentido, a metodologia qualitativa neste estudo se desenvolve também no intuito de resgatar os aspectos subjetivos relacionados ao trabalho. Para Nardi, TITTONI & Bernardes (2002, p. 302) “a relação entre subjetividade e trabalho remete à análise da maneira como os sujeitos vivenciam e dão sentido às suas experiências de trabalho”. Ainda para os autores,

(...) pensar a subjetividade nas suas conexões com o trabalho implica pensar os modos como as experiências do trabalho conformam modos de agir, pensar, sentir e trabalhar amarrados em dados momentos – mais ou menos duráveis que evocam a conexão entre diferentes elementos, valores, necessidades e projetos. Do mesmo modo, implica em diferentes possibilidades de invenção e criação de outros modos de trabalhar, na forma de transgressões ou mesmo de resistências – potências na conexão dos diversos elementos e dos modos de produzir e trabalhar (NARDI, TITTONI & BERNARDES, 2002, p. 304).

Neste estudo, o catador de materiais recicláveis é sujeito, conhece sua própria realidade, participa da produção de conhecimento na pesquisa e toma posse dele. Segundo Brandão (2006, p.11) “nenhum conhecimento é neutro”. Pesquisador e sujeito da pesquisa têm uma vontade e intencionalidade política (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006).

Compreendemos nessa pesquisa, o trabalho em sua dimensão transformadora (MARX, 1985). O ser humano é um ser político e social, e sua consciência é histórica. Minayo (1999, p. 20) defende que “o pensamento e a consciência são fruto da necessidade, eles não são um ato ou entidade, são um processo que tem como base o próprio processo histórico”.

É a partir do “conhecimento” acumulado que estes trabalhadores têm da sua própria vida e da atividade laboral que exercem, que será possível conhecê-los, descobrir seu mundo e contribuir posteriormente na apropriação de ferramentas para transformar a realidade muitas vezes marcada por injustiças e processos de estigmatização social.

Segundo Freire (2006),

Simplesmente não posso conhecer a realidade de que participam a não ser com eles como sujeitos também deste conhecimento que, sendo para eles, um conhecimento do conhecimento anterior (o que se dá ao nível de sua experiência cotidiana) se torna um novo conhecimento. Se me interessa

conhecer os modos de pensar e os níveis de percepção do real dos grupos populares estes grupos não podem ser meras incidências de meu estudo. Dizer que a participação direta, a ingerência dos grupos populares no processo da pesquisa altera a “pureza” dos resultados implica na defesa da redução daqueles grupos a puros objetos da ação pesquisadora de que, em consequência, os únicos sujeitos são os pesquisadores profissionais (FREIRE, 2006, p.35).

A Pesquisa Participante é realizada “com” os sujeitos da pesquisa, e não “para” eles ou “sobre” eles. Para Thiollent (2008, p.17), “a Pesquisa Participante é em alguns casos, um tipo de pesquisa baseado numa metodologia de observação participante na qual os pesquisadores estabelecem relações comunicativas com as pessoas ou grupos da situação investigada com o intuito de serem melhor aceitos”.

Nesta pesquisa compreendemos também que o estudo da realidade é uma necessidade para quem também quer transformá-la (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006). Este fazer pesquisa “com” estes sujeitos é compor com eles o estudo da realidade em que estão inseridos.

A relação com os sujeitos da pesquisa também se forja numa relação educativa, ambos se descobrem e se educam, constroem um novo conhecimento. Isto é pesquisa, isto é ciência. Nosso sujeito não é um ser vazio, desprovido de consciência. Não é um mero objeto que trará inspirações acadêmicas para as bibliotecas da universidade. É um sujeito concreto, um ser social e histórico, “encontra-se imerso numa rede de relações sociais e enraizado num determinado terreno histórico” (VASQUEZ, 2007, p.31). Brandão (2006) ressalta que esse sujeito reconhece a realidade e precisa

Participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele. Aprender a escrever a sua história de classe. Aprender a reescrever a História através da sua história. Ter no agente que pesquisa uma espécie de gente que serve. Uma gente aliada, armada de conhecimentos científicos que foram sempre negados ao povo, àqueles para quem a pesquisa participante – onde afinal pesquisadores e pesquisados são sujeitos de um mesmo trabalho comum, ainda que com situações e tarefas diferentes – pretende ser um instrumento a mais de reconquista popular (BRANDÃO, 2006, p.11).

A valorização deste saber popular, desse sujeito que manifesta sobre: sua vida, trabalho, percepções, crenças, valores, tabus, preconceitos, desejos, saúde, sua “leitura de mundo”; é um dos princípios da Pesquisa Participante ou Participativa.

A abordagem qualitativa é intrínseca à Pesquisa – Participante, porém, o inverso não é verdadeiro. A abordagem qualitativa, frequentemente utilizada nas

pesquisas sociais, é construída conjuntamente com o sujeito, mas não necessariamente precisa apontar para uma ação coletiva como resultado. Apesar de pesquisador e sujeito construírem um processo de transformação no decorrer do estudo, isso não exige uma continuidade do trabalho após o encerramento da pesquisa.

A pesquisa-participante, também é denominada Pesquisa-Ação, e implica em práticas coletivas no final do processo que apontem para a superação da realidade encontrada. Por isso, é com frequência denominada pesquisa engajada, ou ainda pesquisa militante. Contempla em sua formulação, o compromisso do pesquisador com as classes populares. Nesse sentido, consideramos o sujeito de nossa pesquisa histórico, como prevê a abordagem qualitativa, e nos comprometemos com a transformação da realidade após o estudo, como propõe a Pesquisa – Participante.

O pesquisador tem um compromisso com esse sujeito e com sua classe. O compromisso de ouvir, analisar com seu olhar técnico-científico, e traduzir os resultados de maneira que o sujeito se aproprie deles, e possa com eles transformar sua realidade. Senão, que finalidade teria uma pesquisa com essas camadas populares? Fomentar as discussões teóricas despregadas da realidade? Foucault & Deleuze (1974) fazem considerações importantes sobre a relação entre o saber popular e a intelectualidade. Colocam que:

As massas não têm necessidade deles (os intelectuais) para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida este discurso e este saber. Poder que não está somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente, em toda a rede da sociedade. Eles próprios, os intelectuais, fazem parte desse sistema de poder, a idéia de que eles são os agentes da “consciência” e do discurso, ela própria faz parte deste sistema. O papel do intelectual não é mais se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a verdade muda de todos; é antes lutar contra as formas de poder onde ele é ao mesmo tempo o objeto e o instrumento: na ordem do “saber”, da “verdade”, da “consciência”, do “discurso” (FOUCAULT & DELEUZE, 1974, p. 149).

Borda (2006) descreve os mecanismos de restituição sistemática da Pesquisa Participante e coloca sobre a necessidade de uma comunicação diferencial, cuja regra “é restituir os materiais históricos (e outros) de forma adequada e adaptados de acordo com o nível de desenvolvimento político e educacional dos grupos de base que forneceram a informação ou com quem o estudo foi realizado” (BORDA, 2006, p.51).

O pesquisador deve ter clareza que seu lugar é diferente do lugar do sujeito. Caso contrário, a pesquisa se reduz a ativismo, perdendo o compromisso científico. Deve ganhar o respeito e confiança dos sujeitos do estudo e não impor seus

conhecimentos, suas idéias com atitudes muitas vezes paternalistas para com os grupos populares. Oliveira & Oliveira (2006) pontuam:

É, sem dúvida, necessário que o pesquisador não seja visto como um intruso, ou um corpo estranho, o que desperta, de imediato, a desconfiança e a reticência de gente que tem toda uma experiência penosa de ser manipulada de fora para dentro. O pesquisador deve esforçar-se para ir sendo, pouco a pouco, aceito pelo grupo. Mas ele precisa ser aceito como realmente é, ou seja, como alguém que vem de fora, que se dispõe a realizar, com o grupo, um estudo que pode lhe ser útil, mas que, num determinado momento, irá embora (OLIVEIRA & OLIVEIRA, 2006, p.27).

A Psicodinâmica do Trabalho, na proposta de Dejours (1994), foi o referencial escolhido para análise do material colhido nessa pesquisa pois essa abordagem aprofunda o papel do trabalho na relação saúde-adoecimento apreendendo aspectos das condições e da organização do trabalho, da dinâmica do cotidiano laboral, abarcando processos de subjetivação do indivíduo trabalhador.

Nas últimas décadas do século XX, os debates de Dejours com cientistas da saúde, cientistas do trabalho e ergonomistas, consolidaram a visão de que a organização real do trabalho não correspondia exatamente à organização prescrita, havendo assim a diferenciação entre o trabalho prescrito e trabalho real.

Sob esse prisma, o trabalho prescrito passou a ser compreendido como o pré-escrito para ser executado pelos trabalhadores, e o real definido como o realmente executado (OLIVEIRA, 2002).

A abordagem da Psicodinâmica do Trabalho, na proposta de Dejours, compreende também que o trabalho, para exercer essa função de prazer deve ser caracterizado por estruturas organizacionais que permitam a expressão da subjetividade do trabalhador, ampliando assim o enfoque eminentemente econômico e técnico das relações estabelecidas entre o trabalhador e o trabalho.

Nesse sentido, a articulação entre subjetividade e trabalho, necessita ser considerada quando se analisa a relação homem-trabalho, pois sob essa ótica o pesquisador se orienta pela busca das experiências dos sujeitos e apreendendo os modos de pensar, agir, sentir e trabalhar abstrai os modos de subjetivação relacionados ao trabalho, permitindo assim, analisar os significados atribuídos ao trabalho bem como as estratégias de defesa adotadas pelos trabalhadores para mediar as suas necessidades e desejos e enfrentar as contradições presentes na organização do trabalho.

Ressalta-se que, o a psicodinâmica do trabalho tem subsidiado pesquisadores na condução de estudos sobre doenças relacionadas ao trabalho, patologias sociais e

ainda no estabelecimento de novas concepções para a gestão de pessoas, consolidando-se como uma abordagem crítica sobre os processos de construção e reconstrução das relações entre os sujeitos trabalhadores e a realidade laboral.

Para Dejours (1992) o trabalho exerce a função de mediador estruturante do psiquismo humano, à medida que propicia ao trabalhador meio para consolidação da sua identidade, a qual é determinada na relação homem- trabalho pelo reconhecimento social e pela retribuição simbólica do engajamento no trabalho.

Dejours (1994), embasado no arcabouço teórico da psicopatologia do trabalho, concebe a organização do trabalho como o conjunto de constrangimentos preexistentes ao encontro do homem com seu trabalho e discorre sobre o processo de saúde-adoecimento no trabalho – manifestado por vivências de prazer ou de sofrimento – assim como as patologias relacionadas ao trabalho.

Na sua concepção, esse constructo dialético marcado pela dinâmica de evitar o sofrimento e de busca de prazer é mediado pelo uso de estratégias defensivas, que visam a negação ou o controle do sofrimento, bem como pelas estratégias de mobilização coletiva, que auxiliam na resignificação do sofrimento e possibilitam transformar as situações geradoras de sofrimento em situações geradoras de prazer. Por conseguinte na sua opinião, o adoecimento do indivíduo no trabalho está intimamente ligado ao fracasso na utilização dessas estratégias.

Ainda para Dejours, as vivências de sofrimento psíquico se manifestam primeiramente no corpo, por meio de um processo de subjetivação desencadeado mediante a íntima relação com o conteúdo do trabalho, com os objetos técnicos e com as dimensões do aspecto social no trabalho.

De acordo com Mendes, Costa & Barros (2003)

O sofrimento é definido como uma vivência individual ou coletiva, frequente e permanente, muitas vezes inconsciente, de experiências dolorosas como angústia, medo e insegurança provenientes do conflito entre as necessidades de gratificação do binômio corpo-mente e a restrição de satisfazê-las, pelas imposições das situações de trabalho. Ocupa posição central na abordagem da psicodinâmica do trabalho, visto que é inevitável em função das contradições e pressões do sistema de produção vigente. Por um lado, o trabalho pode exercer efeitos poderosos sobre o sofrimento psíquico, levando o trabalhador progressivamente a alterações psicossomáticas e psíquicas; por outro, pode contribuir para subverter o sofrimento, resignificando-o e transformando as situações que o geraram (MENDES, COSTA & BARROS, 2003, p. 1).

Ressalta-se que sob a ótica da Psicodinâmica do Trabalho,

o sofrimento no trabalho não é patológico, possui um papel no aumento da resistência e no fortalecimento da identidade pessoal, significando, assim, que ele pode ser uma possibilidade de fazer o trabalhador encontrar estratégias para enfrentá-lo de forma criativa e mudar as situações que o provocaram (MENDES,COSTA & BARROS, 2003, p. 1).

Para que isso se efetive torna-se relevante a construção de

um espaço para discussão, participação, cooperação e solidariedade dos trabalhadores, especialmente uma crença nas mudanças e nas suas contribuições efetivas para as modificações das situações cotidianas do trabalho, geradoras de sofrimento (MENDES,COSTA & BARROS, 2003, p.1).

O espaço de trabalho dos catadores de materiais recicláveis possui especificidades próprias, permeadas muitas vezes pelo desprestígio social, assim sendo, consideramos de extrema relevância a compreensão dessa articulação entre identidade e trabalho nessa categoria profissional, com base na vertente dejouriana avaliamos os aspectos relacionados as questões psicossociais do trabalho.

Por meio da análise desses aspectos, foi possível observar as condições laborais, as diversas formas de precarização do trabalho informal, bem como os possíveis agravos à saúde dos trabalhadores neste contexto.

## **2.2.Sujeitos**

Os sujeitos dessa pesquisa foram os trabalhadores catadores de materiais recicláveis, que circulam pelas principais ruas, avenidas e condomínios de Sumaré.

Foram entrevistados cinco catadores que não participam de cooperativas e quatro cooperativados. A escolha dessa amostra permitiu conhecer a realidade de uma maneira geral dos catadores de materiais recicláveis de Sumaré.

As identidades dos sujeitos permaneceram em anonimato respeitando-se assim, os aspectos éticos de pesquisa com Seres Humanos.

Vale ressaltar que o Ministério da Saúde define como trabalhadores “todos homens e mulheres que exercem atividades para o sustento próprio e/ou de seus dependentes, qualquer que seja sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos setores formais ou informais da economia” (BRASIL, 2001, p. 17).

## **2.3. Local de Coleta de Dados**

A pesquisa foi realizada em Sumaré, uma cidade que compõe a Região Metropolitana de Campinas, interior do Estado de São Paulo.

Este município possui aproximadamente 250 mil habitantes e é dividido geograficamente em seis regiões/territórios, denominadas Centro, Picerno, Nova Veneza, Maria Antônia, Área Cura e Matão.

Apresenta uma grande atividade econômica predominantemente industrial, tendo como principais setores automotivo, metal-mecânica, plásticos, borracha, e químico. Como características do setor agrícola, conta com a cana-de-açúcar, produção de tomates sendo o segundo produtor nacional e batata inglesa (<http://www.achetudoeregiao.com.br/SP/Sumare/localizacao.htm>).

Faz ligações com as rodovias Anhanguera, Bandeirantes, D. Pedro I, Luiz De Queiroz, Santos Dumont e Washington Luiz.

Segundo dados do MTE (Ministério do Trabalho e do Emprego) no período compreendido de março de 2008 à fevereiro de 2010 (período de execução do presente estudo), foram realizadas cerca de 36 mil admissões, 32 mil desligamentos, e o número de empregos formais corresponde em 1º de janeiro de 2010 à 41.608 ([www.mte.gov.br/perfildomunicipio](http://www.mte.gov.br/perfildomunicipio)).

Quanto às questões relativas às condições de vida, os dados referentes ao ano 2000 mostram que os responsáveis pelos domicílios auferiam, em média, R\$668, sendo que 48,6% ganhavam no máximo três salários mínimos. Esses responsáveis tinham, em média, 5,8 anos de estudo, 35,5% deles completaram o ensino fundamental, e 9,2% eram analfabetos. (<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/sumare.pdf>).

Este município nos chamou a atenção por uma série de fatores, entre eles a própria constituição, formação da cidade. Sumaré, que já foi um distrito de Campinas, perdeu uma parte significativa de seu território fabril, que hoje é Hortolândia, que se emancipou. Sumaré tem em sua história a trajetória de na década de 70, ter presenciado um crescimento demográfico de 400% com a vinda de indústrias multinacionais. Este crescimento expressivo provocou uma série de problemas no município que não conseguiu garantir estrutura básica para o desenvolvimento da cidade, como água e esgoto, asfalto. Sumaré possui hoje um número exorbitante de “ocupações em áreas verdes” que são as áreas ainda irregulares de moradia. Sua economia está centrada principalmente nas indústrias.

Devido às questões estruturais do crescimento demográfico vertiginoso, o município se divide em seis regiões distritos que aparentemente tomam a feição de seis pequenas cidades, em torno de uma região central que ainda tem características de cidades pequenas interioranas, embora conte com 240 mil habitantes e esteja localizado na grande região metropolitana de Campinas. Estas regiões apresentam uma série de problemas estruturais acumulados ao longo das décadas.

Como sua economia está direcionada para as indústrias, crises econômicas como a vivenciada no ano de 2009 abalaram muito o mercado de trabalho formal no município, o que aumenta significativamente o número de atividades laborais exercidas nas ruas, no mercado informal de trabalho.

Essas regiões em que a cidade se subdivide, apresenta muitas áreas de ocupação “áreas verdes” perto do Rio Quilombo que atravessa a cidade, e tem uma característica de poluição, mau cheiro, degradação ambiental. Muitos catadores de materiais recicláveis moram nestas áreas.

Nesses últimos seis anos, o município investiu massivamente em reformas de base, investindo muito em saúde, educação e assistência social. O município conta hoje com cerca de 33 unidades de saúde, sendo 22 equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF), um CAPS e uma rede descentralizada em Saúde Mental. Sumaré conta também com 38 escolas municipais e 13 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo na verdade denominados CRASS com dois SS pelo fato do município custear com recursos do Governo Federal dois CRAS, e com recursos próprios 11 CRAS. Então o nome foi adequado para Centro de Referência de Assistência Social de Sumaré. Conta também com um CREAS (Centro e Referência Especializada em Assistência Social) ([www.sumare.sp.gov.br](http://www.sumare.sp.gov.br)).

#### **2.4. Procedimentos para Coleta de Dados**

A coleta de dados foi realizada por meio de três instrumentos à saber: o contato com a realidade pesquisada, o estar em campo, a segunda foram as entrevistas semi estruturadas (roteiro em anexo) e o terceiro instrumento foi o registro fotográfico. Na primeira etapa, conhecemos o local de trabalho desses catadores. Neste primeiro contato com a realidade, mapeamos os nomes das ruas e avenidas que foram percorridas juntamente com os trabalhadores e visitamos uma cooperativa de catadores do município.



Para Minayo (2010, p. 61), “o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer uma interação com os atores que conformam a realidade”.

Minayo (1999) também coloca que dentre os instrumentos da pesquisa qualitativa, de trabalho de campo, estão o roteiro da entrevista, os critérios para observação participante, como procedimentos importantes para a apreensão de dados da realidade.

Assim sendo, a investigação ocorre de maneira flexível, pois para a autora

A investigação qualitativa requer como atitudes fundamentais a abertura, a flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de investigadores e com os atores sociais envolvidos. Seus instrumentos costumam ser facilmente corrigidos e readaptados durante o processo de trabalho de campo, visando às finalidades da investigação (MINAYO, 1999, p. 101).

As entrevistas foram realizadas no formato semi-estruturado e foram sendo gravadas com o consentimento dos entrevistados. Minayo (2010) define as entrevistas semi-estruturadas, no sentido que combinam perguntas fechadas e abertas, e que “o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (MINAYO, 2010, p. 64).

Outro procedimento utilizado foram as fotografias dos locais e instrumentos de trabalho desses catadores, com a devida autorização dos mesmos. Sato (2009) concebe que

A fotografia pode ter múltiplos usos na pesquisa social: como documento, como uma citação, como dado que possibilita esquadrihar uma situação de trabalho, como uma das visadas possíveis sobre os acontecimentos, e como fonte de inspiração para os relatos apresentados (SATO, 2009, p.222).

Durante a coleta de dados, também elaboramos o Diário de Campo, que tem auxiliado no registro das informações.

Minayo (1999) ao descrever acerca dos procedimentos de metodologia qualitativa aponta que:

(...) toda a observação deve ser registrada num instrumento que convencionamos chamar de Diário de Campo. Desse caderno constam todas as informações que não sejam o registro das entrevistas formais. Ou seja, observações sobre conversas informais, comportamentos, cerimoniais, festas, instituições, gestos, expressões que digam respeito ao tema da pesquisa (MINAYO, 1999, p. 100).

O trabalho em campo acontece com uma intervenção dialógica. Lima (2001) pontua que “o psicólogo deve abordar da forma mais direta possível as situações de trabalho, buscando desvendá-las e compreendê-las para, só então, agir sobre elas” (LIMA, 2001, 126).

O discurso destes trabalhadores é fundamental para a compreensão da realidade. Freire (2005, p. 19), descreve que: “A palavra instaura o mundo do homem. A palavra, como comportamento humano, significante do mundo, não designa apenas as coisas, transforma-as, não é só pensamento, é práxis”.

As palavras destes trabalhadores dirão de suas percepções, suas dores, seus sonhos, sua luta. A importância do diálogo se dá justamente no espaço em que o pesquisador reconhece a ciência não como uma entidade neutra, e sim política, e vai a campo conhecendo e sendo conhecido.

Ainda, sobre isto, esse autor considera que “dizer a sua palavra equivale a assumir conscientemente, como trabalhador, a função de sujeito de sua história, em colaboração com os demais trabalhadores – o povo” (FREIRE, 2005, p. 19).

Para Dejours (1992),

(...) devemos entender a fala, não com uma série de palavras, mas como um ato. Ato que implica um ato de pensar, que é preciso distinguir da atividade de pensar, no sentido que lhe dão os cognitivistas. O que visamos, através de uma pesquisa em psicopatologia do trabalho, é a possibilidade dos autores da mesma pensarem sua situação em relação ao trabalho, as conseqüências dessa relação na vida fora do trabalho e na vida em geral, ou seja, mergulhar na dialética ator-sujeito (Dejours, 1992, p.158).

## **2.5 Aspectos Éticos**

Essa pesquisa foi realizada após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciência e Letras – UNESP/Assis/SP, processo N° 1804/2008 e Registro CEP N° 036/2008.

## CAPÍTULO III

### Resultados e Discussão

Tudo que serve para o lixo  
Serve para a poesia  
Cato no lixo o que já não serve pra vida  
A vida que eu levo pesada nos ombros!  
Cato num silêncio perdido o que é resto deixado na rua  
Como um grito em forma de gente  
O grito de assombro da gente  
Que leva de forma indecente  
A indecência da vida que transforma em lixo  
A vida da gente.

(João Paulo Vensel)

### III – Resultados e Discussão

Como forma de apresentar e discutir os encaminhamentos desse projeto realizamos nove entrevistas. Para maior visualização subdividimos em dois momentos:

- A) entrevista com os catadores não cooperativados
- B) entrevista com os catadores cooperativados.

Para garantia da eticidade desta pesquisa, os sujeitos foram identificados por nomes fictícios.

#### A) ENTREVISTAS COM OS CATADORES NÃO COOPERATIVADOS

##### 3.1. As trajetórias e travessias de Joana

Nossa primeira entrevistada foi Joana. Ao contar sobre suas trajetórias e travessias, ela nos disse que nasceu no Estado de Minas Gerais e veio para o interior de São Paulo ainda criança. Hoje, com 38 anos, é casada com seu Joaquim, que também é catador de materiais recicláveis e tem quatro filhos. Cursou até a quinta série do ensino fundamental e depois parou de estudar porque tinha que trabalhar muito.

Relatou que seu primeiro trabalho foi como salgadeira, mas teve muita dificuldade para se estabelecer nesta profissão. Foi então que começou a juntar latinhas de alumínio para depois comercializá-las no ferro velho, tornando-se uma catadora de materiais recicláveis.

Quando perguntamos por que se tornou catadora, Joana não hesitou em responder:

*“o desemprego né. Não tem serviço pra todo mundo. Catando eu comprava um leite, um pão. Tudo isso aqui ó que ocê ta veno...é a recicragem. As veiz as criança que uma coca cola, ta aí ó. O dinheiro da recicrage. As pessoa num pensa que dá dinheiro. Disvaloriza a gente. Mas é o meu pão do dia a dia né. A minha água, a minha luz, tudo vem da recicragem”.*

Seu discurso exemplifica como a catação de materiais recicláveis é uma alternativa de sobrevivência e que geralmente tem início com o desemprego.

Scarpinatti (2008) discute como esses trabalhadores criam meios de sobrevivência a partir dos restos descartados pela cidade. Joana estabelece uma relação direta entre trabalho e comida, dinheiro e sobrevivência.

Medeiros & Macedo (2006) apontam que:

A situação do desemprego aparece como elemento fundamental para o direcionamento para a atividade de catação, tendo em vista que essa se constitui em uma atividade alternativa para a obtenção de renda que garanta a sobrevivência do catador e de seus familiares (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p. 68).

Joana não se recorda há quanto tempo está na catação de materiais recicláveis. Relatou que acredita estar a mais de vinte anos catando materiais nas ruas, mas não sabe o tempo certo. A sensação de atemporalidade permeia o trabalho de Joana na medida também em que não conseguiu dizer com exatidão a duração de sua jornada de trabalho.

Ao relatar sobre isso, evidencia que se levanta com o sol, e com o sol começa a trabalhar. Segundo ela :”*A hora de parar é a hora que o corpo dói*”.

Depois relacionou o início da jornada de trabalho com a hora que leva os filhos ao PETI (Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil) que é às 7 horas e só para de trabalhar quando vai buscá-los, às 13 horas. Depois retomou, “*aí vou até agüentar, porque eu canso muito*”. Dispõe os materiais recolhidos no final do dia em “bags” no quintal de sua casa, para depois comercializá-los, como demonstra as figura 1 e 2.

Figura 1: “bags” (sacos para armazenar a reciclagem) dispostos no quintal da casa de Joana.



Figura 2: o cachorro de Joana, repousando sobre o material coletado por ela.



Joana teve um acidente não relacionado ao trabalho há cerca de cinco anos, e uma lesão na perna direita como consequência. Não recebeu nenhum tipo de socorro e nem ressarcimento de nenhuma forma. Foi atropelada na calçada por um veículo que vinha em alta velocidade e ao perder o controle, saiu da rua. Desde então, segundo ela, diminuiu seu tempo de serviço porque sente dores nas pernas. Atribui estas dores ao trabalho e também ao acidente que sofreu. Eis seu discurso:

*“Eu também não me agüento de dor nas costas. Carrego muito peso. Vai doendo tudo, tudo. Na época do acidente, eu tive até depressão. Ficava muito triste, tinha ataque epilético e tomar muitos remédio. Não conseguia sair pra trabalhar direito.”*

Analisando seu discurso sob a ótica dejouriana verificamos que “A vivência depressiva condensa de alguma maneira os sentimentos de indignidade, de inutilidade e de desqualificação, ampliando-os. Esta depressão é dominada pelo cansaço” (DEJOURS, 1992, p.42).

Percebemos que mesmo cansada e com dores, Joana não parou de trabalhar. Seu trabalho não é somente a catação de materiais recicláveis, é também o trabalho doméstico. É responsável por cuidar dos filhos e da casa enquanto o marido está na catação. Ela tem que conciliar tudo, mesmo com dor.

Dejours (1992) ao relacionar a paralisação do trabalho como consequência de estar doente descreve que:

Para a mulher a doença não pode autorizar a paralisação do trabalho. Não só porque os filhos não podem ficar sem os cuidados de suas mães, mas também

porque, como se diz nesses lugares, para as mulheres não há “paralisação do trabalho, não há medicina do trabalho” (DEJOURS, 1992, p.32).

Mediante esta situação vivenciada por Joana, Joaquim seu esposo, trouxe-lhe de presente um carrinho, conforme apresentado na Figura 3:

Figura 3: Demonstrativo do Carrinho de Trabalho de Joana



Vale considerar a adaptação da ferramenta de trabalho realizada por Joaquim, sua vivência cotidiana o fez compreender e criar uma nova maneira para que sua esposa continuasse catando.

É um carrinho de supermercado, pequeno, que comporta apenas o peso que Joana consegue carregar. A princípio, esta adaptação foi positiva e Joana conseguiu voltar a trabalhar (o outro carrinho era muito pesado e grande). Em seguida, as dores voltaram e ela continua a trabalhar mesmo assim. Essa situação evidencia o que Dejours (1992) aponta

é bastante freqüente que, num primeiro momento, os operários experimentem um benefício real da intervenção ergonômica: melhoria da postura de trabalho, diminuição das lombalgias, facilitação de um trabalho de precisão através de uma iluminação mais racional etc. (...) Entretanto, o mais freqüente é que o sentimento de melhoria e de alívio desfaz-se bastante rapidamente, às vezes em alguns dias, mas mais frequentemente em algumas semanas. Esta erosão do poder benéfico da “melhoria das condições de trabalho” resulta na verdade, de várias causas concorrentes: - a habitação – a revelação de outros prejuízos mascarados – o fato de que, no fundo, nada mudou (DEJOURS, 1992, p. 55).

A questão na realidade é que mesmo com o carrinho adaptado, Joana sente dores e tem dificuldade de executar seu trabalho. Pensamos na vivência subjetiva desta trabalhadora, e inicialmente detectamos o bem estar por ter sido “socorrida” pelo esposo e ter a possibilidade de trabalhar com um carrinho adaptado a sua realidade. No entanto, ainda sente dores pelas condições de trabalho que continuam insalubres e prejudiciais à sua saúde. Joana relatou que entra em contato direto com o lixo com frequência e que imagina que isso há longo prazo possa afetar seu estado de saúde.

Enquanto conversávamos sobre doenças e acidentes de trabalho, Joana nos relatou um período em que teve muitas manchas brancas na pele devido à exposição ao sol. Quando perguntamos: seu trabalho traz riscos à sua saúde? Ela nos respondeu:

*“Ah traz! A gente não sai do sol. Eu tive que ir no doutor e falei: Oh Doutor, tem umas mancha branca ni mim. Aí ele falo que era micose do sol e pediu pra eu ficá em casa por uns dia e passá uma pomada. Num posso mais tomá tanto sol. Eu ponho boné. Sinto saudade do jeito que era. O sol ce já viu né...óia só minha pele, é moreninha, tostadinha”.*

Perguntamos a respeito do uso de protetor solar e Joana nos disse: *“meu protetor solar é a minha pele!”*.

Comentou que melhorou dos problemas de pele, relatou-nos que já não observa mais as manchas, não sente dor na região da face, considera que sarou. Porém, apesar dessas concepções foi possível observarmos que sua pele aparentemente está bem agredida.

Segundo Dejours (1992),

Sarar, no subúrbio, é antes de tudo um problema de ânimo. Aliás, a cura não deve ser compreendida como desaparecimento do processo patogênico. Sarar é somente não sofrer. Seja que o sintoma de enfermidade desapareça ou que se consiga domesticar a dor, pode-se considerar como sarado (DEJOURS, 1992, p. 30)

A entrevistada nos disse com bastante ênfase que gosta do que faz e tem orgulho de ser catadora, não sente vergonha. Colocou que um de seus filhos aparentava ter vergonha quando ela estava na rua catando, e que não a ajudava. Dizia ter vergonha das pessoas verem eles catando lixo.

Oliveira (2007) coloca que “o termo lixo é largamente utilizado para se referir à sujeira, as coisas sem utilidade ou sem qualquer importância, da qual muitas vezes as pessoas sentem nojo e até repugnância” (OLIVEIRA, 2007, p. 16).



Joana, no entanto, falou que não aceita os filhos terem vergonha do trabalho que ela realiza, pois é este trabalho que permite o sustento deles. Colocou que se sente reconhecida em seu trabalho pela comunidade, que às vezes, devido às muitas casas que visita, esquece de uma ou de outra, e que logo lhe perguntam por que faltou. Então ela vai a estas casas nem que seja no período da noite.

A dinâmica do reconhecimento é importante para que o trabalhador construa sua identidade no trabalho. Sobre isto, Dejours (1999), considera que:

Quando a qualidade de meu trabalho é reconhecida, também meus esforços, minhas angústias, minhas dúvidas, minhas decepções, meus desânimos adquirem sentido. Todo esse sofrimento, portanto, não foi em vão; não somente prestou uma contribuição à organização do trabalho, mas fez de mim, em compensação, um sujeito diferente daquele que eu era antes do reconhecimento (DEJOURS, 1999, p. 34).

Quando perguntamos sobre os materiais que cata, o que pensa sobre eles, Joana fala que mesmo que as pessoas não valorizem, a reciclagem faz muitas coisas bonitas. Falou das painéis de pressão em miniatura feitas com latinhas de refrigerante que são vendidas no “balão” perto da sua casa e dos carrinhos feitos com Pet (garrafa de plástico) que seu esposo fez para os filhos. Nos disse que:

*“Esse negócio de catá vicia a gente! A gente vai andando e percebendo os material em tudo. E não pára de catá!”.*

Esse olhar de ver o material em tudo, mostra um pouco do que este símbolo, o material reciclável, representa para Joana. Vê seu trabalho nas ruas que percorre, nas festas que frequenta. Como dizia o poeta Vinícius de Moraes, “o operário faz a coisa e a coisa faz o operário” ([www.viniciusdemoraes.com.br](http://www.viniciusdemoraes.com.br)). Os materiais estão presentes no seu dia a dia e Joana de alguma forma elabora o processo de transformação desse material, em painéis de pressão e carrinhos por exemplo.

Dejours (1992) concebe que:

A atividade do trabalho, pelos gestos que ela implica, pelos instrumentos que ela movimenta, pelo material tratado, pela atmosfera na qual ela opera, veicula um certo número de símbolos. A natureza e o encadeamento destes símbolos, dependem, ao mesmo tempo, da vida interior do sujeito, isto é, do que ele põe, do que ele introduz de sentido simbólico no que o rodeia e no que ele faz. Todas estas significações concretas e abstratas organizam-se na dialética com o objeto. (...) A significação em relação ao Objeto põe em questão a vida passada e presente do sujeito, sua vida íntima e sua história pessoal. De maneira que, para cada trabalhador, esta dialética do Objeto é específica e única (DEJOURS, 1992, p.50).

Outro aspecto relevante desta entrevista, é quando Joana ainda dizendo sobre o reconhecimento de seu trabalho, nos contou que o dono do bar junta latinhas para ela. Ela fala de como é importante que as pessoas tenham “consciência” de que esta é sua única fonte de renda, e que se as pessoas já têm seu trabalho, não há porque querer ganhar em cima do trabalho do outro. Faz uma diferenciação das donas de casa que separam o material reciclável do lixo e das que misturam. Os sentimentos da entrevistada sobre isto podem ser exemplificados no discurso subsequente:

*“Elas não tem dó da gente, quer ver a gente abrindo lixo. Elas já tem o serviço delas e o dinheiro delas”.*

Essa indignação de Joana nos remeteu a um trecho do livro Quarto de Despejo: diário de uma favelada, que foi escrito por uma catadora chamada Carolina de Jesus. E ela diz:

Na Rua Paulino Guimarães tem um depósito de ferro. Todos os dias eles põe o lixo na rua, e lixo tem muito ferro. Agora o carro que faz a coleta, antes de iniciar a coleta vem na Rua Paulino Guimarães e pega o lixo e põe no carro. Nogentos. Egoístas. Eles já tem emprego, tem hospital, farmácia, médicos. E ainda vende no ferro velho tudo que encontra no lixo. Podia deixar os ferros para mim (JESUS, 2007, p.120).

No seu jeito simples de falar de sua vida de catadora, Joana faz uma leitura social das relações que estabelece em seu trabalho. E conclui nossa entrevista dizendo:

*“Eu sou muito honesta. Honesta e trabalhadora! E muitos pensa que catar recicragem, é coisa indigna pra pessoa, não é lixo não viu. É que muitos se confundiram. É bom, é gostoso, é bonito trabalhar.”*

### **3.2. As trajetórias e travessias de José**

Esta entrevista inicialmente foi pensada para ser realizada com um catador que tivemos contato através da indicação de uma amiga psicóloga que atendia a família dele em um Centro de Referência de Assistência Social. Vamos denominá-lo aqui de seu José da Silva. Porém, quando chegamos em sua casa, onde fomos convidados por ele para realizar a entrevista, visto que teríamos mais tempo e espaço mais apropriado pra “falá da vida”, acabamos descobrindo que a esposa, Dona Maria da Silva, o filho Messias da Silva e a filha Marta da Silva também eram catadores. Além do filho caçula, o Isaías, que, às vezes, ajudava fazendo a catação nos dias de sábado na feira livre.

Realizamos primeiramente a entrevista com seu José e, em seguida com Marta e depois, ouvimos os depoimentos de Dona Maria.

Durante sua entrevista, seu José nos contou que nasceu em uma fazenda chamada Oriente na cidade de Marília, no Oeste do Estado de São Paulo. Veio pra essa região de Campinas com oito anos de idade, e nessa época foi preciso pedir esmolas para ter o que comer juntamente com sua família.

Oliveira (2007) fala que “a pobreza, a miséria, e a falta de perspectiva de meios que vislumbrem a melhoria da qualidade de vida, impõe às pessoas uma luta desigual e desumana pela sobrevivência” (OLIVEIRA, 2007, p.21).

Seu José tem hoje cinqüenta anos, e é casado com Dona Maria, que tem trinta e sete. O casal tem quatro filhos, que são Marta, com vinte anos, Messias com dezessete, Isaiás com treze e a pequena Ana com onze anos. Seu José já foi mecânico, pedreiro, ajudante de serviços gerais e trabalhou um tempo de sua vida registrado.

Falou que depois que ficou desempregado já por volta de seus trinta anos não conseguiu mais serviço no mercado formal de trabalho. Seu José nos falou que o que “deu para fazer” foi migrar para o mercado informal de trabalho, sem remuneração fixa, sem carteira de trabalho, sem direitos trabalhistas.

Antunes (2007) ao pensar sobre as dimensões da precarização estrutural do trabalho, aborda que:

Dentro desta contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada (ANTUNES, 2007, p. 16).

Foi então que um amigo de Seu José lhe sugeriu a catação e ele começou a catar. É catador há mais de 20 anos. Seu primeiro carrinho foi feito por ele mesmo. Utilizou lata de geladeira e soldou as rodas. Depois, o mesmo amigo que havia lhe falado da catação contou que era possível catar material nos prédios com um veículo tipo perua.

Seu José tinha muitas dores nas costas, e achou que a perua iria ajudar a resolver um pouco o problema.

Assim sendo, Seu José comprou sua primeira perua à prestação, “fiado” e esta foi roubada. Hoje ele tem outra que falta um pouco ainda para pagar. Sobre isso ele relatou:

*“Então, essa farta 200 reais sabe, pra terminá de pagá. Mais eu num tenho carta e os documento tá tudo atrasado, se a polícia pará, parou. Não tem jeito de andá mais.”*

Compreendemos a decisão de trabalhar com a perua como sendo também uma adaptação do próprio sujeito que lhe proporciona o que Dejours (1992) denomina de “satisfação concreta”. Segundo esse autor,

*As satisfações concretas dizem respeito à proteção da vida, ao bem-estar físico, biológico e nervoso, isto é, à saúde do corpo. Estas satisfações concretas analisam-se em termos de economia psicossomática, segundo duas linhas diretrizes: subtrair o corpo à nocividade do trabalho e permitir ao corpo entregar-se à atividade capaz de oferecer as vias melhor adaptadas à descarga de energia. Isto é: fornecer atividades físicas, sensoriais e intelectuais segundo proporções que estejam em concordância com a economia psicossomática individual (DEJOURS, 1992, p.62).*

Seu José fez uma comparação do seu trabalho com a perua e com o carrinho. Avaliou que com a perua, o retorno financeiro é menor, porque gasta combustível. Relatou que algumas vezes abastece trinta reais, e quando vende o material do dia todo de trabalho, não chega a dar isso.

Percorre cerca de 70 quilômetros com a perua e quando andava com o carrinho, avaliou que percorria bem mais. Essa foi a interpretação de seu José, mas na verdade, é que gastava mais tempo trabalhando com o carrinho, passando mais tempo na rua, o que não quer dizer que percorria mais que setenta quilômetros a pé. Essa fala ilustra a percepção de Seu José em relação à dimensão da quantidade e tempo de trabalho que realiza.

Com o carrinho, saía de casa às 6 horas da manhã e só voltava depois das 22 horas, que era a hora que o último caminhão de lixo passava, trabalhando cerca de 16 horas por dia. Com a perua, continua saindo de casa às 6 horas da manhã, mas retorna por volta das 16 ou 17 horas, trabalhando cerca de 10 horas. Seu José tem a compreensão de que trabalha horas a mais do que grande parte dos trabalhadores, que geralmente fazem uma carga horária diária de 8 horas.

Relatou que a necessidade de trabalhar tantas horas, bem como as condições do seu trabalho, que acarreta em “coceiras” devido ao contato com lixo, e calor excessivo que lhe “esquenta os pés” é para ele uma condição muito “ruim” de trabalho. Entendemos aqui a percepção que Seu José tem do que denominamos condições precárias de trabalho. Com o carrinho seu José andava todos os dias, com a perua anda alguns dias da semana porque não consegue manter os gastos com ela.

Seu José também considerou uma condição “ruim” de trabalho o peso que carrega todos os dias, e como consequência, sente muitas dores na coluna. Relatou que

já cortou a mão com cacos de vidro trabalhando e que como foi um corte profundo, ficou sem trabalhar por alguns dias. Perguntamos sobre a Comunicação de Acidente de Trabalho e Seu José relatou que não fez porque não tem carteira assinada. E manifestou seu entendimento de que,

*“A prefeitura devia de repará isso daí né, pra gente. A gente é catador. A gente tá limpando a cidade pra eles. É o meio ambiente. Já pensou largar tudo isso aí pro rio né. Que poluição que vai ficá?! Então nós ta ajudando. Então eles tinha que cooperá também né. Nós trabaia de graça pra prefeitura. O prefeito devia vê isso aí, ele num vê?”*

Gomez & Thedim-Costa (1999) descrevem sobre a exclusão vivenciada pelos trabalhadores informais que não têm direito de realizar sua Comunicação de Acidente de Trabalho. Essa indignação de Seu José quanto ao papel realizado pelo Poder Público, que não reconhece seu trabalho, e a função ambiental da atividade que exerce, revela a consciência que este trabalhador adquiriu olhando criticamente para sua realidade e aponta algumas perspectivas de transformação da mesma.

A respeito disso, Santos (2002), pontua a responsabilidade do Poder Público para com a gestão dos resíduos sólidos.

Refletimos que se faz necessário, ao olhar para a gestão dos resíduos sólidos, que o Poder Público também olhe para os trabalhadores que sustentam esta gestão, neste caso, os catadores de materiais recicláveis.

Ferreira (2006) coloca como a atividade da catação de materiais recicláveis reduz a contaminação do solo, das nascentes dos rios e dos lençóis freáticos. A pergunta de Seu José é pertinente: se os catadores de materiais recicláveis não retirassem da rua todo o material que coletam, o que seria feito com este material? O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) tem promovido uma série de debates e organizado ações para que seja possível conscientizar estes trabalhadores a respeito do seu papel na preservação do meio ambiente ([www.mnocr.org.br](http://www.mnocr.org.br)).

Na entrevista abordamos com Seu José a maneira como ele organiza o seu trabalho, os dias que vai trabalhar, os lugares que percorre. Seu José falou com orgulho *“eu guardo tudo na minha cabeça”*, os lugares que deve percorrer e qual o horário. Relatou que alguns prédios têm horário fixo, então ele vai *“passando”* conforme se lembra e que sempre dá certo. Esta é sua *“rota mental”*.

Dejours (1992) coloca:

A organização temporal do trabalho, a escolha das técnicas operatórias, os instrumentos e os materiais empregados permitem ao trabalhador, dentro de certos limites é claro, adaptar o trabalho às suas aspirações e às suas competências. Em termos de economia psíquica, esta adaptação espontânea do trabalho ao homem corresponde à procura, à descoberta, ao emprego e à experimentação de um compromisso entre os desejos e a realidade (DEJOURS, 1992, p.52).

Seu José falou sobre a liberdade que tem de organizar seu trabalho e escolher qual instrumento utilizar. Por exemplo, o carrinho que criou com lata de geladeira, e foi seu primeiro instrumento de trabalho, o qual exibiu orgulhoso em seu quintal e permitiu que fotografássemos indicando vários ângulos para a fotografia. Conforme registro na Figura 4 e Figura 5.

Figura 4: Demonstrativo da Imagem Frontal do Carrinho de Lata de Geladeira



Figura 5: Demonstrativo da imagem lateral do Carrinho de Lata de Geladeira de Seu José



Além de mostrar o carrinho, Seu José nos mostrou sua perua e pediu para que observássemos a maneira como amarra os materiais e os dispõe no interior dela. Observamos e fotografamos cuja imagem encontra-se na Figura 6.

Figura 6: Demonstrativo do Veículo Utilizado na Catação de Materiais por Seu José



Marx (1985) reflete

O que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade (MARX, 1985, p. 149-150).

Perguntamos a Seu José se ele gostaria de acrescentar mais alguma coisa à entrevista, e ele frisou sobre a responsabilidade que o Poder Público deve ter com o trabalho dos catadores de materiais recicláveis. Iniciamos então nossa conversa com Marta, filha de seu José.

### 3.3. As trajetórias e travessias de Marta

Marta nos contou que começou a atividade da catação com doze anos de idade, para ajudar seu pai. Trabalhava em um shopping como empacotadora de roupas, foi então demitida. Iniciou assim um trabalho como faxineira de um prédio, e relatou que era bastante elogiada, sendo para sua surpresa, demitida também. Colocaram outra pessoa em seu lugar, o que ela considerou uma injustiça devido ao bom trabalho que vinha realizando e a forma como todos reconheciam seu trabalho tecendo elogios. Marta não foi registrada em nenhum dos dois trabalhos citados acima.

Druck & Franco (2007), ressaltam a irresponsabilidade das empresas nesta nova configuração do mundo do trabalho para com seus funcionários. Colocam que as empresas transferem as responsabilidades de gestão para terceiros.

Marta relatou que no shopping trabalhava “por dia” e no prédio também, porém, lá havia promessas de “fichá-la”.

Quando perguntamos a ela se gostava da atividade da catação, ela teceu uma fala muito interessante, dizendo:

*“Eu gosto do que eu faço. Às vez as pessoa fala assim: uma moça tão bonita dessas pegando, relando a mão no lixo assim. Eu falo: eu não tenho vergonha. Eu posso sê a pessoa mais linda do mundo. Eu não to nem aí. Eu to fazendo o que eu gosto. Eu não to robando, não to matando ninguém né. Todo mundo é bonito hoje em dia. Não é só uma pessoa que é né. Tem gente que fala: ah você, bonita, pegando lixo desse jeito. Nem sei o que...Aí eu digo: qualquer pessoa fareria o que eu tô fazendo né”.*



Em seu discurso, a entrevistada nos revelou o tipo de associação que as pessoas estabelecem com o lixo e os materiais recicláveis, e o padrão de beleza que consideram como algo associado à limpeza, a pureza. Como pode uma moça bonita trabalhar com algo sujo?

Freud (1976, p.112) reflete “de imediato, constatamos que essa coisa não lucrativa que esperamos que a civilização valorize, é a beleza” e ainda que “a sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização. Da mesma forma, estendemos nossa exigência de limpeza ao corpo humano” (FREUD, 1976, p. 113).

Debord (1997) e Lasch (1983), trazem reflexões acerca da sociedade do espetáculo e cultura do narcisismo, onde este “eu” é valorizado em demasia associado aos padrões de beleza da modernidade. Não deve ter conexão com o sujo, com a impureza.

Birman (2001), ao fazer conexão entre o pensamento desses dois autores, concebeu que:

a exigência de transformar os incertos percalços de uma vida em obra de arte evidencia o narcisismo que o indivíduo deve cultivar na sociedade do espetáculo. Nessa medida, o sujeito é regulado pela performatividade mediante a qual compõe os gestos voltados para a sedução do outro. (...) As individualidades se transformam, pois, tendencialmente, em objetos descartáveis, como qualquer objeto vendido nos supermercados e cantado em prosa e verso pela retórica da publicidade. Pode-se desprender, com facilidade, que a alteridade e a intersubjetividade são modalidades de existência que tendem ao silêncio e ao esvaziamento (BIRMAN, 2001, p. 188).

Marta em sua fala simples e direta revelou sua indignação com a associação de sua beleza a algo incapacitante para o tipo de trabalho que realiza. Sua alteridade é negada, afinal de contas ela estará fora da “norma”. Percebemos por meio de sua fala, que a sociedade espera que pessoas bonitas como ela, realizem atividades de trabalho não com o que é descartado e sujo, mas com o que é limpo e agrega *status* e imagem.

A entrevistada nos contou também como iniciou a atividade da catação:

*“Eu comecei a ajudá meu pai num momento que tava difícil né..aí apareceu nesse dia um amigo do meu pai...que falo que catava nos prédio a recicragem, com a pirua..aí foi através dele que a gente começou a catar com a pirua. E a gente pensava: será que vai dá dinheiro isso? Aí eu falava pro meu pai: vamo tentá. A gente não tinha um grão de comida pra gente fazê em casa. Aí foi Deus mesmo que abençoou este serviço que a gente faz até hoje, catar a recicragem. Aí ganhomo duas cestas básica. Aí eu fiquei muito feliz e comecei a valorizá o que eu tava fazeno. Aí hoje eu falo pra mim mesma assim sabe: Meu Deus, tanto serviço por aí ninguém dá, então o melhor jeito é*

*trabalhar nisso, então seja o que Deus quiser. Até hoje eu ajudo meu pai, ele me ajuda..eu agradeço por ele me ajudar e eu ajudo ele”.*

A religiosidade e crença em Deus foi marcante nos discursos de Marta. A cultura do seu povo, sua forma de ser e se perceber no mundo também foi manifesto, bem como sua leitura da realidade em que está inserida, e a busca do trabalho como forma de enfrentar às situações de dificuldades.

De acordo com Freud (1976), “nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto à ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana” (FREUD,1976, p.99).

Conversamos sobre os materiais coletados por Marta. O que ela pensa e sente em relação a estes materiais. Marta falou sobre as etiquetas de roupa que, às vezes, vêm na reciclagem. Expressou o desejo de ter algumas dessas roupas que são “roupas diferentes” de “lojas diferentes”. Comentou sobre o preço dessas roupas, que para ela é algo inimaginável, e que ela não tem condição de adquirir. Eis seu relato:

*“Às vezes, a gente vê uma etiqueta de uma roupa cara, qualquer pessoa né, vê uma etiqueta de uma roupa cara, uma sacola de uma loja diferente né..eu trabalhei numa loja diferente só via coisa cara né...e eu não podia comprá né..aí eu pegava falando assim: um dia Deus pode me abençoá né, eu comprá isso um dia né. Aí eu penso assim: um dia quem sabe eu posso comprá isso mas é muito caro...As veiz as pessoas dá pra gente assim, tipo tudo que eu tenho hoje eu ganhei, essa roupa, esse sapato..o que eu visto hoje, tudo que eu ganho”.*

Analizamos a relação subjetiva entre estes objetos com os quais ela trabalha porém não pode ter, consumir. Esta parte da entrevista nos remeteu à música Cidadão, de autoria de Zé Geraldo que fala de um sujeito que constrói prédios nos quais ele não pode entrar depois de acabados, constrói escolas nas quais sua filha não poderá estudar, e constrói uma Igreja, na qual ele entra e é advertido por Cristo que lhe diz: meu pai fez tudo isso, e em muitos lugares, eu também não posso entrar. Marta toca, olha, avalia mas não pode ter. O desejo do consumo é incentivado o tempo todo pela mídia, e o não acesso a alguns produtos é mais uma forma de exclusão a que estes trabalhadores são submetidos.

O que ela ganha como roupas, sapatos, é denominado muitas vezes pelos catadores como garimpo. Segundo Dias (2002), este processo,

Na grande maioria dos casos, este trabalho com a coleta e venda de materiais recicláveis lhes possibilita apenas a subsistência. Todavia, esta subsistência

conta também com a ajuda de terceiros, pessoas que eventualmente doam coisas aos catadores de papel, em alguns casos, esporadicamente. Sobre estes últimos, podemos supor que se estabelece algum tipo de relação que pode ir além de um ato filantrópico (DIAS, 2002, P.60).

Começamos a falar sobre saúde, os impactos do trabalho na saúde de Marta. Ela relatou dores de cabeça com frequência devido a usar boné para proteger do sol e “esquentar” muito. Também já se cortou com cacos de vidro, e relatou que uma vez o corte foi tão profundo que quase chegou a “relar no osso”. Ela e o pai utilizam, porém sem saber da denominação correta, como Equipamento de Proteção Individual (EPI), luvas e boné. Mas mesmo utilizando luvas sofreram lesões como cortes e perfurações.

Marta e Seu José depois de realizarem a catação, separam os materiais coletados em uma mesa para triagem, conforme as figuras 7 e 8. Para tal, montaram uma “bancada” de madeira.

Figura 7 - “Bancada” para triagem de recicláveis no quintal da casa da família Silva – parte coberta por telha.



Figura 8: “Bancada” para triagem de recicláveis no quintal da casa da família Silva – parte sem cobertura.



No decorrer da entrevista Marta relatou que já teve queimaduras na pele por causa da exposição ao sol, e que não pode usar nenhum tipo de protetor solar devido à suas espinhas. Essa é uma dedução dela mesma, pois quando foi marcar consulta com o Dermatologista, disse-nos que a fila de espera era muito grande, e que ela quase não tem tempo, pois vivem na “correria”. Como observamos na figura 8, quando Marta realiza a triagem nesta “bancada”, também permanece exposta ao sol.

Ao finalizar a entrevista, Marta reforçou o orgulho que tem de ser catadora, e contou sobre um dia em que estavam trabalhando ela e o pai e um senhor parou perto e ficou impressionado com a força de Seu José. Perguntou a ele a idade, e quando seu José disse que tinha cinquenta anos, o senhor disse a ele que também tinha a mesma idade e que jamais conseguiria fazer o que ele faz.

Ao fazer esses comentários, Marta olhava para o pai com admiração. Quando lhe perguntei se queria acrescentar mais alguma coisa na entrevista, ela disse sobre a catação como alternativa de sobrevivência e concluiu dizendo:

*“Que tem muitas pessoas, as veiz pai de família que prefere robá do que pegá uma garrafa, pega um papelão, faze esse serviço que nós faiz porque num deve tê vergonha né. Eu acho que devia assim, cada um repará que é um dinherim que pode conquistá, mesmo sendo poco, pode ajudá a família né...porque eu já vi caso que um pai de família prefiriu robá que pegá reciclagem, então eu acho que as pessoas não deveriam ter vergonha”.*

### 3.4. As trajetórias e travessias de Dona Maria

Quando finalizamos a entrevista de Marta, sua mãe Dona Maria, se aproximou e iniciamos a entrevista com ela. Logo verbalizou:

*“Hoje eu tô com as pernas tudo moída. Catava com chuva, com sol, um dia escorreguei e quebrei a bacia. O vento vinha forte, quase carregava a gente. Às vezes dava tontura, e um dia eu caí. Minha pressão escureceu as vista. É que eu tinha tomado só um golinho de café. Comecei a tremer, a bater as mão, os braço.”*

Dona Maria também compreende que o trabalho da catação traz riscos à sua saúde, e atribui os acidentes como cair e quebrar a bacia ao tipo de trabalho que realiza. Percebe também a condição precária de vida, e más condições de trabalho, como sair para catar sem comer, tendo tomado apenas um “golinho” de café.

Medeiros & Macedo (2006) apontam que,

o trabalhador catador é exposto à riscos de saúde, a preconceitos sociais e à desregulamentação dos direitos trabalhistas, condições que são extremamente precárias, tanto na informalidade de trabalho quanto na remuneração. Além disso, os catadores não têm acesso à educação e ao aprimoramento técnico (MEDEIROS & MACEDO, 2006, p.66).

Dona Maria, depois de falar de sua saúde fez uma consideração, que quando começou a catar materiais para ajudar seu marido, tinha vergonha. Que um dia, lhe chamaram de “lixreira” e de “gente que cata as coisas do lixo para comer”.

Dejours (1992), ao discorrer sobre o valor significativo do trabalho, concebe que as tarefas consideradas sem significação humana, pela sociedade, afloram o sentimento da “indignidade operária”. Assim sendo, o discurso de Dona Maria, evidencia essa concepção dejouriana.

Para Dias (2002),

O estigma com o qual estes trabalhadores são rotulados em função da atividade que exercem, tem em si uma ambigüidade, pois, se por um lado, é uma atividade extremamente desvalorizada, por outro lado, trata-se de um trabalho como outro qualquer, principalmente por ser uma atividade que lhes garante o sustento de modo lícito (DIAS, 2002, p.11).

No que tange ao nível de escolaridade, na casa da família Silva, todos os membros possuem o ensino fundamental incompleto. Apenas os dois filhos menores continuam estudando, ambos cursando a 5ª série.

### 3.5 – As trajetórias e travessias de Pedro

Ao perambular pela cidade nas periferias, nos deparamos em uma esquina, na beira do Córrego do Rio Quilombo, com a casa do Sr. Pedro. O que nos chamou a atenção de início foram as paredes estruturadas com lata e os recicláveis alocados diante da porta de sua cozinha, a entrada de sua casa. Observamos na figura 9 a casa construída com recicláveis por Pedro e na figura 10 os materiais alocados na porta de sua cozinha.

Figura 9: A casa de Pedro





Figura 10: os recicláveis alocados na porta da cozinha de Pedro



Pedro estava na porta, varrendo a frente de sua casa. Nos apresentamos, perguntando inicialmente se era catador de materiais recicláveis. Ele respondeu que sim, que aquele material era o resultado do trabalho dele. Em seu discurso, logo de início ficou evidente a relação entre trabalho e identidade (JACQUES, 2002). Observamos na figura 11 o “resultado” do trabalho de Pedro.

Figura 11: o “resultado” do trabalho de Pedro – os materiais recicláveis coletados por ele



Naquele momento, não tínhamos em mãos nenhum tipo de instrumento de pesquisa, então fizemos o convite para que pudesse nos conceder uma entrevista em outro dia que achasse apropriado. Apontamos de forma breve o trabalho que vinha sendo desenvolvido no município de Sumaré, e pactuamos um novo encontro para o sábado, que seria o dia seguinte e um dia em que Pedro não trabalharia, o que facilitaria a coleta de dados segundo ele. Apontou que a entrevista poderia ser colhida ali mesmo, em sua casa.

Esta casa, construída com recicláveis evidencia a relação entre identidade e trabalho, trabalho cujo resultado, compõe a morada do sujeito. Na criação deste espaço “o mundo concreto do trabalho, constitui-se como um lócus por excelência” (JACQUES, 2002, p. 163).

Pedro é um senhor de 54 anos, solteiro e que vive sozinho em sua casa em um bairro na periferia de Sumaré. Sua casa é toda montada com recicláveis, e fica a beira de um Córrego que tem como origem o Rio Quilombo. As condições de moradia são insalubres, visto o esgoto que é despejado neste córrego além de outros resíduos poluentes. Além do córrego, observamos um “mato” e vários resíduos depositados pela própria comunidade do local. Estes aspectos caracterizam as agressões ambientais vivenciadas pelo entrevistado.

A rua, ainda de terra, se constitui em um espaço com muitos casebres, revelando a miséria daquele povo que sobrevive na cidade. Nesta periferia da estrutura social “encontra-se grande parte das dificuldades sociais que vêm se apresentando cada vez mais como fenômenos inelutáveis das sociedades contemporâneas” (BARROS, SALES & NOGUEIRA, 2002, p.328). Freitas & Neves (2008, p. 88) relatam que “a cidade se transforma em palco onde acontece, de diferentes maneiras, a exibição do espetáculo da miséria”.

A casa de Pedro revela seu trabalho. Trabalha e mora, cria com seu trabalho o seu teto, o seu canto na cidade. Cria para sobreviver, para ter seu lugar na cidade. Freitas & Neves (2008, p. 88) observam que “o contexto em que se vive nas cidades modernas contemporâneas, tem despertado obrigatoriamente, em indivíduos e grupos, a criatividade como condição fundamental de sobrevivência.”

O acesso à casa de Pedro não é um acesso fácil. É necessário descer por várias ruas sem asfalto, em vielas e becos e no final encontramos em uma “possível” esquina, sua casa. Aquele território é marcado como ponto de tráfico no município,



apresentando uma constituição geográfica que camufla as casas. Para Borges & Kemp (2008, p. 163) os catadores “residem em locais perigosos e de difícil acesso”.

Pedro estudou até o terceiro colegial e sempre trabalhou enquanto estudava. Quando perguntamos sobre as profissões que havia exercido, nos contou que tinha sido enfermeiro, trabalhador rural no corte de cana, no café, no amendoim, caseiro e jardineiro, tornando-se há cerca de dois anos catador de materiais recicláveis.

Foi interessante quando nos contou que foi enfermeiro, uma vez que não cursou o nível superior de ensino. Na verdade, Pedro é técnico de enfermagem, mas compreendia seu trabalho dentro dos hospitais que trabalhou como trabalho de enfermeiro. Pensamos enquanto Pedro contava das atividades exercidas nos hospitais, na diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real (OLIVEIRA, 2002) que davam a sensação a este trabalhador de ocupar uma função que de fato, não era a sua.

Quando trabalhava em um hospital, na cidade de Campinas, sua mãe caiu no quintal de sua casa e tornou-se inválida. O hospital seria vendido e havia proposta de acordo com os trabalhadores, de cumprirem o aviso prévio, receberem os direitos trabalhistas que lhes cabiam e num próximo momento, poderiam ser recontratados pela empresa. Pedro decidiu não trabalhar mais no hospital para cuidar de sua mãe, seu pai já havia falecido a algum tempo depois de ficar inválido por 10 anos.

Pedro conta que quando sua mãe faleceu, ele encontrou dificuldades para se inserir novamente no mercado formal de trabalho. Nos contou: “*Aí eu já tinha os problemas de saúde né. Ninguém me pegou mais*”.

Perguntamos a respeito destes problemas de saúde e ele relatou ter “*colesterol, ácido úrico, veia do coração entupida e problema na válvula, esgotamento físico dos nervos*”.

Para Dejours (1999)

Quem perdeu o emprego, quem não consegue empregar-se (desempregado primário) ou reempregar-se (desemprego crônico) e passa pelo processo de dessocialização progressiva, sofre. É sabido que esse processo leva à doença mental ou física pois ataca os alicerces da identidade (DEJOURS, 1999, p.19).

Pedro então bradou: “*não trabalha quem não quer. Decidi então trabalhar um pouco, arrumar um carrinho e catar a reciclagem*”. Em seu discurso, o entrevistado nos revelou a vergonha instituída em não poder trabalhar em função de seu adoecimento. Utiliza-se de uma ideologia defensiva para negar a não condição de

trabalho, atribuindo a capacidade de trabalhar apenas ao desejo do indivíduo. Como se somente o corpo que trabalha, o corpo produtivo do homem, tem valor conforme descreveu Dejours (1992). Assim sendo, a ideologia defensiva emerge da ansiedade “de estar doente ou, mais exatamente, de estar num corpo incapacitado” (DEJOURS, 1992, p. 33).

A associação trabalho-sobrevivência é bem marcante nas falas de Pedro. Considera trabalho, toda a atividade laboral que lhe proporcione sustento, e mesmo identificando a falta de condições adequadas e precarização do seu trabalho, compreende como responsabilidade individual das pessoas o fato de trabalhar ou não. A catação é frequentemente apontada como alternativa ao desemprego para diversos trabalhadores. Silva (2008) relata que

(...) nos centros urbanos, as possibilidades de geração de trabalho e renda por iniciativa própria ou por meio de grupos organizados, cooperativas, associações ou outros, são maiores. Um bom exemplo é o material reciclável descartado diariamente, como lixo urbano, que está sendo reaproveitado pelos catadores de material reciclável (SILVA, 2008, p. 209).

No momento em que Pedro percebeu que “doente” seria muito difícil a sua contratação assalariada, optou por catar materiais recicláveis para garantir suas necessidades básicas para viver. Para Dejours (1992, p.34), “Doença e trabalho! Este par indissolúvelmente ligado guarda um conteúdo específico: a ideologia da vergonha erigida pelo subproletariado não visa a doença como tal, mas a doença enquanto impedimento ao trabalho.”

Nesse contexto, este trabalhador ocupa a cidade com o seu trabalho não assalariado, informal, precário, tornando-se catador (FREITAS & NEVES, 2008). É assim que reconhece sua contribuição de sujeito à sociedade, por meio da qual se caracteriza também sua evolução por intermédio do trabalho, bem como encontra a possibilidade de reapropriação (DEJOURS, 1999).

Para Dejours (1999, p. 97) “quando a dinâmica do reconhecimento funciona, o sujeito se beneficia de uma retribuição simbólica que pode inscrever-se no âmbito da realização do ego, no campo social.”

Pedro nos contou que quando decidiu catar recicláveis pensou: “*os outros catam. Ninguém morreu ainda. Ao invés de caminhar à toa, vou caminhar com meu carrinho. Brincando vai um dia, outro dia, faz dois anos.*”

Conversamos sobre as suas condições de trabalho e como percebe os agravos à sua saúde em decorrência do mesmo. Quando perguntamos se seu trabalho trazia riscos à sua saúde, ele relatou que sim dizendo que muitas vezes se deparava com material contaminado, e assinala como percebe-se exposto aos riscos relacionados à sua integridade física na relação com o trabalho. É o caso por exemplo, das carniças (restos de animais mortos) encontradas dentro das caixas. Pontuou a sua indignação com a falta de consciência das pessoas que ao invés de enterrarem os animais, os depositam no lixo e que isso pode contaminar o catador, bem como o lixeiro.

Apesar de se constituir um risco coletivo para Pedro, a forma de enfrentamento desse risco é assumida individualmente, combatido por medidas e regras de segurança (DEJOURS, 1992).

Relatou que quando percebe que há este tipo de carniça nos recicláveis, ele não cata e que usa como equipamentos de proteção (EPI) sua luva, um boné, botas ou botinas, tênis. Nos contou que nunca vai trabalhar de “chinelo”. Essa percepção dos cuidados que deve ter com seu próprio corpo, demonstram a visão que Pedro tem de sua saúde enquanto trabalhador, e assim trabalha com prevenção, com promoção à saúde. Mendes (2002) afirma que

A Saúde do Trabalhador entende o social como o determinante das condições de saúde e, sem negar que os doentes devam ser tratados e que seja necessário prevenirem-se de novas doenças, privilegia ações de promoção da saúde (MENDES, 2002, p. 32).

Outro aspecto importante da entrevista em relação à saúde de Pedro, é quando ele nos relata que prefere trabalhar no período da manhã por conta da exposição ao sol. Nos contou que foi ao médico, que denomina “*meu médico*” e que este não lhe receitou remédios, dizendo que seu estado é atribuído a intensa exposição ao sol. Relatou: “*Eu vou ao meu médico. Ele não passa remédio. Fala: é o sol que ta te acabano. Então ce evita de tomar sol. Isso foi recomendado pelo médico. Mas a gente precisa trabalhar também, não é só ficar em casa*”.

Pedro, do seu jeito, adapta o seu trabalho para evitar o adoecimento, dores, desprazer intenso. É o trabalhador adaptando as condições de trabalho para o cuidado com o próprio corpo. Mendes (2002) aponta que

A saúde se define como um processo dinâmico, expresso no corpo, na pessoa, no trabalho, nas condições de vida, as dores, o prazer e o sofrimento, enfim, tudo o que compõe uma história, individual em sua singularidade, mas coletiva pela influência das múltiplas lógicas inscritas no processo (MENDES, 2002, p. 40).

Ao perguntarmos sobre os caminhos percorridos, Pedro contou que durante sua jornada de trabalho, chega a descarregar três vezes o carrinho em sua casa. Já chegou a carregar em seu carrinho 180 kg e vai ao centro de Sumaré e volta. Este percurso de ida e volta conta com aproximadamente 24 km. Além das intensas jornadas de trabalho, peso do material carregado e quilometragem percorrida diariamente, os catadores de materiais recicláveis são submetidos a outras condições de trabalho precárias e prejudiciais à sua saúde, como a exposição ao sol e a chuva.

A relação estabelecida com o atravessador (sucateiro) é notadamente perversa e revela o processo de exploração a que Pedro está submetido. O carrinho com o qual trabalha, pertence ao atravessador e nesse sentido, Pedro só pode vender o material para ele. Pedro percebe esta relação como uma relação injusta, e contou que recebe o valor de seu material em parcelas de até três vezes. Relatou que se o carrinho fosse só seu, poderia escolher para quem vender, e venderia para quem pagasse mais. No entanto, o custo de um carrinho é muito caro. Ainda que faça a doação da geladeira, para retirar a caixa, o soldador cobra em torno de 100 reais para soldar as peças. Nas figuras 12 e 13 observamos o carrinho com o qual Pedro realiza a atividade da catação.

Figura 12 – Carrinho utilizado por Pedro para coletar recicláveis.



Figura 13 – Carrinho utilizado por Pedro para coletar recicláveis ao lado da janela de sua casa



Pedro refere-se ao atravessador dizendo: “*é uma pessoa muito boa, mas para pagar ele demora. Paga o dia que ele quer. A gente trabalha porque precisa, ninguém, trabalha por esporte*”. Em seu discurso, Pedro revela a consciência dolorosa da cumplicidade, da colaboração e da responsabilidade associada ao agravamento da adversidade social (DEJOURS, 1999), uma vez que para esse autor “a adesão à causa economicista, que separa a adversidade da injustiça, não resultaria como se costuma crer, da mera resignação ou da constatação de impotência diante de um processo que nos transcende” (DEJOURS,1999, p. 21).

Observa-se também por meio de seu discurso a pressão psicológica que perpassa a relação entre catador-atravessador, que se evidencia como mecanismo de poder engendrado pela dominação.

Pedro também demonstra conhecer de alguma forma a cadeia produtiva do material reciclável, e conta que o depósito vende o material comprado do catador para depósitos maiores, e quando vende os fardos, diretamente para a indústria, recebe mais por isso. No entanto, ele e outros colegas catadores não têm condições de avançar nesta cadeia, pois ainda são dependentes do básico que é o carrinho, não possuindo prensas, nem local adequado de trabalho.

Magera (2003) descreve que

O sucateiro, por possuir toda a infra-estrutura necessária para trabalhar com o lixo (balança, prensa, triturador, caminhões, galpão, telefone, capital), leva vantagens nas negociações com as cooperativas e as indústrias consumidoras do material reciclado. O sucateiro passa recolhendo e comprando de catadores e cooperativas pequenas quantidades de materiais reciclados, leva para seu galpão, lá enfarda adequadamente os resíduos (agregando mais valor aos mesmos) e oferece em grandes volumes às indústrias (MAGERA, 2003, p. 133).

Pedro nos informou sobre os valores que recebe referente ao quilo de material coletado, e comparando com a tabela no anexo II que é o valor de venda alcançado pela COOCASSIS (que atua nos princípios da Economia Solidária e conta com diversas parcerias), observamos a exploração do trabalho deste catador e o quanto perde nesta relação perversa estabelecida com os atravessadores, verdadeiros sanguessugas dos catadores de materiais recicláveis. Pedro relatou que vende o quilo de papelão à 10 centavos, o de ferro (panelas de alumínio na verdade) à 15 centavos, a PET (garrafa plástica) em torno de 40 centavos. A COOCASSIS vende o quilo de papelão à 26 centavos, o quilo de alumínio (panelas) à 3 reais e o quilo de PET à um real e dez centavos..

Quando damos visibilidade às formas de dominação exercidas sobre os catadores pelos sucateiros, e aos processos de enfrentamento coletivo vivenciados pelas Cooperativas Populares, observamos a importância da organização destes trabalhadores para enfrentamento de uma série de injustiças sociais. No entanto, o processo de mobilização coletiva contra o sofrimento ou a exploração acontece ainda de forma não expressiva em relação a quantidade de catadores de materiais recicláveis que trabalham por exemplo no município de Sumaré. Dejours (1999, p. 24) observa que “o problema passa a ser então o de desenvolvimento da tolerância à injustiça” o que segundo ele decorre da “falta de reações coletivas de mobilização que possibilita o aumento progressivo do desemprego e de seus estragos psicológicos e sociais nos níveis que atualmente conhecemos” (DEJOURS, 1999, p. 24).

Quando abordamos a questão de trabalhar com os resíduos, muitas vezes denominados lixo, Pedro apontou que trabalha com recicláveis, e não com lixo. Se o chamam de lixeiro na rua, ele “xinga” quem o chamou. Nos contou:

*“quando eu vejo uma pessoa catando na rua, eu não falo nada porque eu to no mesmo ramo que ele e não considero catano lixo, porque eu não cato lixo realmente. Pego o plástico que ta lá, tem gente, tem catador que desamarra o saco pra ver se tem latinha, se tem alguma coisa. Eu já não faço isso. Um saco amarrado é lixo. A pessoa põe o reciclável lá porque ela sabe que tem o catador. O lixo é para o lixeiro, a reciclagem é*

*para nós. Tem gente que diz que nós cata lixo, mas eu não sou lixeiro. Lixeiro é a pessoa que passa no caminhão. Lixeiro é mais chique do que eu, porque não anda a pé. Eles têm salário, férias, tem de tudo”.*

Nesta fala de Pedro ao mesmo tempo que percebemos a resistência em associar seu trabalho ao lixo, valoriza o trabalho do lixeiro e constata que este apresenta melhores condições de trabalho, trabalhando no caminhão e tendo os direitos trabalhistas garantidos. À medida que revela os vários elementos atribuídos ao trabalho, denota a imagem que tem do catador. Se por um lado, para a sociedade a tarefa da catação pode ser percebida como desinteressante, na fala de Pedro, ela vem repleta de significação.

Quanto aos significados atribuídos ao seu trabalho, Pedro indagou sobre o que é feito com o material que cata. Relatou que às vezes fica pensando em sua casa, aonde vai parar tudo que recolheu e vendeu. Contou que já viu algumas cortinas feitas de PET, carrinhos de criança e que fica pensando sempre se o papel e papelão que recolhe, são capazes de serem transformados em jornal. Muitos dos materiais que recolhe, ele não produz, não consome. Magera (2003, p. 14) fala que os catadores “reciclam o lixo que eles não geraram, porque não têm condições econômicas de consumir. Esses trabalhadores fazem o que as classes média e alta jamais fariam: trabalham no lixo, tornando-o sua fonte de renda e sobrevivência.”

Na entrevista, Pedro falou bastante sobre sua crença religiosa, a Umbanda e relatou que é “Pai de Santo”, realizando trabalhos em sua casa e fora dela e que possui muitos “filhos de santo” que o ajudam. Entre todos os aspectos observados em sua fala, foi marcante a sua indignação perante a intolerância religiosa sofrida principalmente nas falas muitas vezes agressivas de “evangélicos” contra ele e pontuou o caráter de resistência de sua religião, que vem desde a época da escravidão no Brasil e era uma forma dos negros legitimarem sua cultura.

Observamos nesse sentido, que a cultura desse catador também toma o aspecto de uma cultura oprimida, uma vez que não é legitimada perante a sociedade, e é alvo de estigmatizações que muitas vezes não têm relação com a realidade das celebrações religiosas que executa. A cultura popular configura a cultura religiosa denominada Umbanda. Brandão (1980) descreve esta cultura do povo, apontando que

Esta cultura que à noite engana o povo, não é “alienada”. Ela é a cultura possível, a que reflete o limite da vida e, se a ilusão das falas do folclore são as fugas do real, o ato de força do povo de recriar alguma coisa sua, própria, e no meio da praça esgrimi-la contra todos os fantasmas “globais” da cultura de massa é um sinal do trabalho popular de resistência, na aurora da luta que

afinal apressa aquele alvorecer. Pois quando um povo cria, resiste, e a Cultura Popular inventa as suas armas: as rezas do sertão contra as orações da Igreja antiga (BRANDÃO, 1980, p.125).

## **B) ENTREVISTAS COM OS CATADORES COOPERATIVADOS**

Em uma de nossas andanças pela cidade de Sumaré, no intuito de observar a realidade dos catadores de materiais recicláveis do município, passamos em frente a um galpão que continha uma quantidade significativa de recicláveis. Não havia nenhuma identificação na frente do imóvel, portanto não era possível distinguir se aquele espaço era um Ferro Velho (comércio destinado a compra e venda de sucatas), um depósito de recicláveis ou ainda uma cooperativa ou associação de catadores.

Alguns dias depois, quando estávamos preparando para retomar o trabalho de campo, encontramos em um Condomínio tradicional da cidade, alguns catadores realizando coleta seletiva naquele espaço. Prontamente nos apresentamos e indagamos para onde iria todo aquele material, e as duas catadoras que ali realizavam o trabalho, nos disseram que aquele material era apanhado pela Cooperativa, que realizava coleta seletiva na cidade. Não souberam dizer o nome certo desta cooperativa, então disseram que era a Cooperativa de Reciclagem de Sumaré.

As duas trabalhadoras nos explicaram onde ficava localizada, e prontamente associamos o espaço citado ao local observado alguns dias antes. E de fato o era, aquele galpão que havia despertado o nosso olhar para aquela montanha de fardos de material reciclável, era uma Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis em Sumaré. A figura 14 ilustra o barracão da Cooperativa.



Figura 14 – barracão da cooperativa de catadores de materiais recicláveis – Sumaré - SP



Em nosso primeiro contato com a Cooperativa, não levamos nenhum instrumento para coleta de dados, na intenção de fazer uma apresentação informal e sondar sobre a possibilidade de realizar uma parte do trabalho da pesquisa de campo ali, naquele estabelecimento com seus trabalhadores.

### **3.6 - As trajetórias e travessias de Mateus**

Fomos recebidos prontamente pelo Senhor Mateus, um homem de 51 anos, que no momento em chegamos dispensava alguns empresários que desejavam fornecer um material para a cooperativa que não oferecia uma rentabilidade significativa. Mateus nos recebeu com prontidão, e nos apresentamos como pesquisadores, fazendo um breve relato do estudo que estávamos realizando no município de Sumaré. Mateus então, espontaneamente, começou a contar um pouco de sua trajetória de vida, e da história daquela cooperativa, na qual já estava inserido à cerca de dez anos.

Mateus contou que a cooperativa passou por muitos processos de transformação. Que quando ingressou naquele projeto, o projeto era de certa forma tutelado por entidades assistenciais do município que cobravam uma taxa da cooperativa pela assessoria prestada.

Paugam (2008) traça uma reflexão interessante sobre os modelos assistenciais, e pontua:

Num contexto econômico marcado por uma forte degradação do mercado de trabalho, o recurso à assistência se traduz por uma crescente diversificação de pobres já que estes são numerosos e oriundos de diversas categorias sociais. Neste particular convém frisar que todos passam invariavelmente pelo processo de desqualificação social – que os empurra para a esfera da inatividade – e de dependência dos serviços sociais – o que os torna comparáveis a outros pobres, cujas trajetórias são, entretanto, diferentes (PAUGAM, 2008, p. 67).

Segundo Mateus, estas entidades, na verdade Organizações Não Governamentais (ONGs) recebiam trabalhadores que estavam desempregados, e os encaminhavam para a cooperativa como forma de obterem trabalho e não permanecerem na inatividade. No entanto, as ONGs determinavam o funcionamento da cooperativa e a taxa de assessoria correspondia a cerca de 15% do valor vendido em material reciclável.

Mateus relata que considerava abusiva a forma de ingerência destas ONGs na cooperativa, e que quando tomou consciência de que estavam sendo na realidade explorados por aquelas ONGs, decidiu reunir os trabalhadores em assembleia, e solicitaram a saída das ONGs daquele espaço, sendo eleito posteriormente Presidente da Cooperativa. Esta realidade social atrelada à ONGs, é problematizada no filme “Quanto Vale ou é Por Quilo” do diretor de cinema Sérgio Bianchi.

Quando as ONGs se retiraram do projeto da Cooperativa, segundo Mateus, ele mesmo reorganizou administrativamente a cooperativa, bem como o trabalho a ser realizado por todos. Paraguay (2002, P. 812) pontua que “todo trabalho tem e revela uma organização, pois mostra as idéias que nortearam o porque e o como deveria ser feito”. Este porque e como, sempre foram coordenados por Mateus na Cooperativa. Ele atribui a si próprio, a responsabilidade de ter alterado a forma de trabalho após a saída das ONGs, a criação de férias, caixa para arrecadar fundos para o décimo terceiro dos cooperados, entre todas as outras iniciativas. Observamos na figura 15 o escritório onde Mateus realiza a parte administrativa da Cooperativa.

Figura 15 – o escritório da Cooperativa



Esta fala de Mateus, nos despertou a reflexão de como aquele coletivo denominado Cooperativa, de fato se estrutura, se organiza. Quando apenas um de seus membros idealiza ou ainda determina os modos operatórios de trabalho e esta organização não contempla as opiniões dos demais trabalhadores, este empreendimento traz fortes características dos modelos empresariais e das relações patronais. As cooperativas populares, segundo Pereira & Carvalho (2008) organizam o trabalho e promovem as tomadas de decisões em espaços coletivos. Sobre isso, apontam:

As assembléias são o órgão máximo deliberativo e a cooperativa é constituída também por Conselhos de Administração e Fiscal e reuniões periódicas do grupo. Todos estes espaços democráticos são ocupados pelos próprios cooperados, ou seja, catadores. Essa forma de organização permite que se apropriem das decisões que devem ser tomadas coletivamente, e compreendam todo o processo que é o ciclo da cadeia produtiva dos materiais recicláveis (PEREIRA & CARVALHO, 2008, p.5),

Mateus concluiu dizendo:

*“ Eu que inventei o trabalho com bags, as férias, o caixa para pagamento do décimo terceiro dos catadores da cooperativa, a escala pra cozinha. Tudo o que fazemos aqui, sou eu que penso e organizo, antes, com as ONGs, o pessoal tirava fixo, quatrocentos e cinqüenta reais e eu inventei o pagamento por produção. Então cada um recebe por kg de material separado, e tudo o que a cooperativa vende, nós pagamos as dívidas, e o que sobre fica para eles, tem gente aqui que tira setecentos reais”.*

O funcionamento da cooperativa acontece da seguinte forma, segundo Mateus: os cooperados realizam a coleta seletiva com o caminhão e carrinhos. O motorista e mais três trabalhadores, entre eles o próprio Mateus, possuem um rendimento fixo, no valor de R\$ 500,00. Mateus nos contou que na medida em que o preço do material melhorar, esta retirada deve ficar na faixa de R\$ 600,00. Os outros trabalhadores separam o material coletado (triagem) por tipo de reciclável (PET, latinha, plástico duro, papelão, etc.). Depois de realizada a triagem, eles mesmos pesam junto com outro trabalhador, e recebem no final do mês o valor referente à quantidade de material triado, retirando o valor equivalente à R\$ 0,12 por Kg de material coletado. Observamos na figura 16 a balança para pesagem do material e os fardos de materiais que serão vendidos posteriormente.

Figura 16 – Balança para pesagem do material e fardos para comercialização



Este valor é pago independente do tipo material, seja ele latinhas de alumínio ou papelão. Mateus contou então que vendem o material, e que sempre tem uma sobra após o pagamento dos trabalhadores. Com estas sobras, ele nos contou que paga as dívidas da cooperativa, que são muitas e estão acumuladas desde o período que trabalhavam com as ONGs. Após o pagamento das dívidas, segundo Mateus ainda resta uma “sobra”, que geralmente gira no valor de R\$ 200,00 e este valor é então repartido com todos os trabalhadores, ou investido em seu Fundo de Férias e Décimo Terceiro, criado por Mateus.



Esta realidade nos despertou muitas reflexões. A princípio, caracteriza uma realidade de exploração dos trabalhadores catadores por Mateus, visto o preço do material vendido aos depósitos e aparistas, e o valor pago aos cooperados. No entanto, Mateus aponta que tem pago muitas dívidas da cooperativa, e que inclusive ele mesmo está endividado com sua esposa. Nos contou: *“Tenho uma dívida com minha mulher, peguei três mil reais para pagar o conserto do caminhão e quinhentos reais para pagar o radiador”*.

Entre os bens que a cooperativa possui, há um caminhão adquirido na época em que as ONGs ainda atuavam lá. Observamos o caminhão na figura 17 que segue:

Figura 17: caminhão carregado com bags da coleta seletiva



As coisas e as contas se misturam na vida pessoal e profissional de Mateus. De fato estes trabalhadores são explorados? Esta cooperativa, que aparenta ter patrão, é uma cooperativa popular de catadores, ou mais uma das famosas “coopergatos”? Magera (2003) traz a seguinte reflexão acerca de algumas cooperativas do interior do Estado de São Paulo:

A proposta pretende sustentar que os “empresários do lixo” vivem um paradoxo da modernidade, visto, que, sendo cooperativados, são – ou deveriam ser – seus próprios patrões. Ao mesmo tempo, os cooperativados encontram-se em um ambiente de precariedade das relações e condições de trabalho, explorados pela própria cooperativa, que os coloca a serviço de outrem. Esse cenário, muitas vezes, serve para acobertar uma terceirização ou contratação sem registro e sem pagamento dos encargos sociais devidos (MAGERA, 2003, p 14).

Estas reflexões, inquietações, indagações emergiram em todas as entrevistas realizadas na cooperativa. Um aspecto interessante da entrevista de Mateus, é quando ele no conta sobre a experiência de organizar um espaço de alfabetização dentro da cooperativa, na intenção de que os cooperados se apropriassem de ferramentas para de fato gerir o negócio junto com ele. Nos contou:

*“tem dia que tenho que sair daqui pra ir no banco, aí vem alguém querendo comprar material, ou perguntar alguma coisa e ninguém sabe responder. Quase ninguém lê aqui. Aí um dia eu precisei ligar e perguntar de uma nota, e eles não sabiam achar o que eu precisava. Aí pensei que era importante aprender a ler, pra me ajudar e ajudar eles mesmos não é? Mas muitos deles aqui acham que tão velho já, e não deu certo. Eles tinha que se interessar né?”.*

Esta reflexão de Mateus, nos trouxe a idéia de que de repente, ele está tentando de fato construir uma cooperativa popular, e que os sujeitos daquele espaço possam tomar decisões. Quando estes sujeitos não se interessam na apropriação de ferramentas como a alfabetização, acabam delegando funções à Mateus. No entanto, segundo Pereira & Carvalho (2008, p. 8) “Esta delegação de decisões à Diretoria, (...) diz respeito à uma inércia, passividade dos cooperados, mas também advém de todo um modo de subjetivação desses indivíduos que pouco tiveram voz na sociedade”.

Romper com a barreira criada por uma educação formal que estigmatizava estes trabalhadores, e despertar a consciência de que são sujeitos históricos, que são capazes de aprender e decidir sobre o próprio trabalho é um dos grandes desafios dos empreendimentos populares de catadores. Criar este espaço dentro da cooperativa, é valorizar o saber popular destes catadores, ajudá-los a tomar posse de sua história, permitir o desenvolvimento da autonomia de cada cooperado. Garcia (1980, p. 109) concebe que “o saber popular é fruto das experiências de vida (trabalho, vivência afetiva, religiosidade, etc.) É a partir deste saber que o grupo se identifica como tal, troca informações entre si, interpreta a realidade em que vive”.

Para Singer (2002), uma das grandes dificuldades encontradas nas cooperativas e que impõe desafios à autogestão é “

o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral, não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles (2002, p.19)

Ao falar sobre suas trajetórias e travessias profissionais, Mateus relatou que já trabalhou como feirante, segurança, ajudante de pedreiro, ajudante geral em depósito

de gás, e que também já foi proprietário de uma empresa de segurança. Sua experiência enquanto proprietário não decolou, nessa mesma época conheceu a cooperativa e visualizou a possibilidade de realizar um nova atividade profissional. Inscreveu-se na ONG responsável pela cooperativa e foi recrutado para exercer as atividades junto à ela.

Quando indagado sobre sua saúde comentou:

*“ Eu tenho depressão, sabe.Tenho crise de choro e ontem mesmo eu tive que entrar dentro do escritório para ninguém me ver chorando.Eu tomava medicação controlada mas ficava sem procurar minha mulher, só de quinze em quinze dias e ela não entendia.Então tive quem passar no psicólogo e parei de tomar os remédios, também fiz acupuntura mas ainda continuo chorando bastante, e nem sei porque.Tem hora que me dá um aperto no peito e aí eu saio pra chorar escondido”.*

Por meio desta fala de Mateus, relacionamos este quadro “deprimido” ao que Dejours (1992) denomina de insatisfação e ansiedade no trabalho. O autor aponta

É do contato forçado com uma tarefa desinteressante que nasce uma imagem de indignidade. A falta de significação, a frustração narcísica, a inutilidade de gestos, formam, ciclo por ciclo, uma imagem narcísica pálida, feia, miserável. Outra vivência, não menos presente do que a da indignidade, o sentimento de inutilidade remete, primeiramente, à falta de qualificação e de finalidade do trabalho (...) sua tarefa não tem significação humana (DEJOURS, 1992, p. 49).

Mateus relata que a depressão, o deixa sem vontade de trabalhar, e traz um sofrimento constante por ter que se “esconder” para poder chorar, traz o sentimento de inadequação à situação de trabalho, uma vez que ele é o presidente, não pode mostrar-se frágil e no entanto, esta situação acaba sendo inevitável. Enquanto realizávamos a entrevista com Mateus, uma catadora passou e falou brincando “*ele já chorou pra você? Você já chorou hoje?*” Notamos o quanto estas brincadeiras constroem Mateus, que mudou de assunto imediatamente.

Dejours (1992, p.49) declara que “a vivência depressiva alimenta-se da sensação de adormecimento intelectual, da anquilose mental, da paralisia da imaginação e marca o triunfo do condicionamento ao comportamento produtivo”.

Ainda sobre sua saúde, Mateus falou da importância dos equipamentos de proteção individual e perigos ocasionados pelo trabalho com os materiais recicláveis que podem estar contaminados. Nos contou:

*“ Tem empresa que mandava produto químico, isso contamina a gente, fica empolado, eu falo pro povo usar luva mas olha só, hoje mesmo eu to sem luva.Tem hora que esqueço.Falo pro pessoal trabalhar de luva e sapato, não gosto de ninguém com sandália aqui dentro”.*

Na figura 18 observamos os materiais doados pelas indústrias, neste caso, a borracha.

Figura 18: borracha doada por indústrias



Esta colocação de Mateus nos remete às diferenciações entre o trabalho prescrito e o trabalho real (PARAGUAY, 2002). O que ele prescreve como regra na cooperativa (o uso de luvas), ele mesmo não consegue cumprir, “esquece”.

Nesse sentido, Paraguay (2002, p. 813) define que “o trabalho real, aquele que é feito pelos trabalhadores, em uma determinada situação, é que traduz de maneira inequívoca tais concepções e aponta para os impactos nocivos”. Ainda que o uso de luvas seja o comando inicial, seu uso na prática é traz desconforto, a ponto de ser esquecido. A condição real de trabalho é a condição precária de exposição aos objetos contaminados, perfurantes.

Quando abordávamos a questão da valorização de seu trabalho, Mateus disse se sentir valorizado pelo que faz. Relatou que para ele, 50% da sociedade valoriza o trabalho deles, e 50% não. Observou que muitos catadores que estão nas ruas no entanto, não querem compor a cooperativa. Sobre isso, concluiu:

*“ Tem catador na rua que trabalha pra manter a família, mas tem uns que cata só pra beber. Os que tã na rua falam que ganham muito mais do que a gente aqui. Eu já fiz uma pesquisa pra saber se os catadores da rua tinham interesse de vir trabalhar aqui, fizemos cadastro de trinta e não veio ninguém. Eles falaram que gostam de trabalhar*



*na hora que querem e aqui tem hora pra entrar e sair. Eles também falaram que não querem ser mandados por ninguém.”*

Nesta fala de Mateus, observamos a questão de “não ser mandado por ninguém” que revela como de fato aquela cooperativa é caracterizada por relações patronais. A fala sobre o uso de bebidas alcoólicas é frequentemente utilizada para fazer referência aos catadores de materiais recicláveis não cooperativados. Para Dejours (1992)

A principal saída frente à ansiedade concreta de morte é o alcoolismo, que atinge um certo número de indivíduos. Mas o alcoolismo não reveste jamais uma forma nem coletiva nem epidêmica. O alcoolismo é uma saída individual e gravemente condenada pelo grupo social. O alcoolismo nesta situação corresponde a uma fuga em direção a uma decadência mais rápida e a um destino mental e somático particularmente grave, em razão da utilização rápida do dinheiro que não permite mais assegurar uma alimentação conveniente (DEJOURS, 1992, p. 34-35).

### **3.7 - As trajetórias e travessias de Ester**

Ester é uma das catadoras cooperadas que entrevistamos. Tem 41 anos e segundo ela, estudou muito pouco durante sua vida. Trouxe-nos um relato interessante de que quando era criança, e morava no Estado do Paraná, seu pai guardava seu registro de nascimento do bolso, e assim o registro estragou e ela nunca pode ser matriculada em uma escola. Contou que certa vez, sua tia foi levar a prima para a escola e ela foi junto com elas, e ao chegar lá, lhe avisaram que não poderia estudar por não ter registro.

Esta fala de Ester nos remeteu à reflexão sobre as condições de vida na zona rural onde morava, e a dificuldade de acesso à serviços como Cartório e Serviço Social. Qual era o lugar social de Ester naquela realidade? Para Castel (2009)

existir socialmente equivaleria a ter, efetivamente, um lugar na sociedade.(...) Nisso há uma profunda “metamorfose” relativa à questão anterior que era saber como um ator social subordinado e dependente poderia tornar-se um sujeito social pleno. A questão, agora, sobretudo, é amenizar essa presença, torná-la discreta a ponto de apagá-la (CASTEL, 2009, p. 33)

E nesse sentido, Ester não foi à escola, e não foi a muitos outros espaços sociais que a escola poderia ter lhe apresentado. Assim, Ester não lê, não lê as palavras escritas que fazem leis, normas e livros. Ester tem em sua trajetória de vida, uma outra

leitura, que Freire (2005) denomina de “leitura de mundo” que é inerente à sua história de sujeito e que faz poesia sem precisar escrever. Tentou três vezes estudar, mas está “cansada” porque o trabalho na cooperativa é exaustivo, e aí não tem mais “paciência” para estudar. Paciência aqui aparece como cansaço latente, que só pede ao corpo descanso no final da jornada de trabalho.

Ester, por não ter ido à escola e não ter sido alfabetizada, sofre com muitos estigmas sociais e com a impossibilidade de realizar outras profissões, que exigiriam conhecimentos específicos que ela não teve acesso. Assim, o sujeito permanece na posição de isolamento social, cabendo-lhe carreiras determinadas, dedicadas aos pobres. Necessita para tomar sua posição de cidadão, da assistente social que lhe confira o direito de ter acesso ao registro perdido. Paugam (2008) observa que

O apelo permanente à assistência social condena as massas de pobres para carreiras específicas, alterando sua identidade e transformando suas relações com os outros num estigma. Ao ser considerada intolerável pelo conjunto da sociedade, a pobreza assume um status social desvalorizado. Os pobres são obrigados a viver numa situação de isolamento, procurando dissimular a inferioridade de seus status no meio em que vivem e mantendo relações distantes com todos os que se encontram na mesma situação. A humilhação os impede de aprofundar, desse modo, qualquer sentimento de pertinência a uma classe social (PAUGAM, 2008, p. 69).

Ester hoje tem seu novo registro bem guardado que conseguiu procurando uma assistente social do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social).

Contou que disse para “a menina” (sua filha) “*ocê estuda menina. Porque não faz nada, não trabalha, se não estudá, mais para frente será difícil*”. Essa dificuldade, diz da trajetória de vida de Ester.

Ester teve seu primeiro filho aos dezesseis anos, e hoje é separada, tem quatro filhos sendo três deles casados e apenas um mora com ela. Durante sua vida, trabalhou muito tempo no corte da cana, na região de Bauru e Marília, além de outros trabalhos na zona rural como “carpir” e plantar. Trabalhou como doméstica, e sobre esta ocupação, pontuou: “*doméstica não é comigo não. Eu odeio isso, não é fácil viu. Pra trabalhar de doméstica, eu prefiro ficar aqui.*”

Ester tem histórias acumuladas das humilhações sofridas enquanto trabalhava como doméstica. No entanto, esta fala também revela ao dizer “pra trabalhar de doméstica, prefiro ficar aqui” o olhar de desqualificação que Ester tem para com seu trabalho, e de certa forma, como este trabalho vem atrelado à um tipo de sofrimento. Segundo Dejours (1999)

É por intermédio do sofrimento no trabalho que se forma o consentimento para participar no sistema. E quando funciona, o sistema gera, por sua vez, um sofrimento crescente entre os que trabalham. O sofrimento aumenta porque os que trabalham vão perdendo gradualmente a esperança de que a condição que hoje lhes é dada possa amanhã melhorar (DEJOURS, 1999, p. 17).

Ester está na cooperativa há cerca de dez anos, e nunca havia trabalhado como catadora antes disso. Quando estava desempregada, procurou uma das ONGs que apoiavam a cooperativa, e foi recrutada para trabalhar. Relatou que gosta do que faz, porque tem muitas amigas no espaço de trabalho. Segundo Ester, lá ela conversa e dá risada. A cooperativa se constitui também na criação de novas sociabilidades entre aqueles trabalhadores. Observamos na figura 19 a mesa para triagem de materiais. Ester permanece nessa mesa separando os materiais da coleta, e ao lado há as mesas de mais duas outras colegas.

Figura 19: mesa para triagem de materiais



Quando perguntamos sobre os sentidos atribuídos ao seu trabalho, e o que pensa sobre todo o processo de execução, Ester pontuou:

*“quando ce ta pegano os material, ce não pode ficar pensano. Tem que ficar concentrado no que ta fazeno ali, senão ce já erra. Se a cabeça um pouquinho, ce põe as coisa no cesto errado. Tem que ficar concentrado, por o sentido ali, mas as vezes o sentido sai sabe...”*

O fato de não poder refletir sobre a atividade realizada, a atenção centrada, trazem características das relações de alienação do trabalhador em seu trabalho. Ester

descreve seu trabalho como uma atividade mecânica em que as peças devem permanecer no lugar correto, sem desvios, sem erros. Sobre isto, Antunes (2004) aponta que

O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada (ANTUNES, 2004, p. 9).

Observamos na figura 20 a separação do material realizado por Ester em bags.

Figura 20: bags com material triado



Quando perguntamos à Ester se seu trabalho trazia riscos à sua saúde, ela defende: *“Não traz riscos não. Nunca machuquei trabaiano, graças à Deus. Só cortei com um caquinho assim sabe”*. A negação dos riscos é evidente nas falas de Ester. Dejours (1992) coloca que:

O silêncio que envolve as questões de saúde, doença, vida sexual, gravidez e medicina conduz esta população a agravar mais ainda os efeitos do precário sistema médico-sanitário. Calar sobre a doença e o sofrimento leva, de maneira coerente, a recusar os cuidados, a evitar consultas médicas, a temer as hospitalizações (DEJOURS, 1992, p. 35).

Quando perguntamos se estava bem de saúde, Ester respondeu:

*“bem, bem, eu não to né. To ino sabe, empurrano. Eu tenho muitas dor nos braço assim sabe. Parece que ta cheio de pus. Lateja. Já fiz uns exames mas não deu nada. O*

*médico disse que eu tenho dor muscular. Imagina, não é dor muscular não. Deve ser o desgaste mesmo. O médico não passa remédio, eu é que tomo por conta anti-inflamatório, sabe, quando eu vejo assim que ta bem inflamado, aí eu tomo. Eu to trabaiano aqui, o sangue fica quente, ele não dói. Todos os dias, fazeno a mesma coisa, não dá tempo do sangue esfriar. Mas quando chega no fim de semana, eu to em casa, aí que dor. Na segunda fica vermelho, tende a doer bastante sabe, inchar.”*

Ester tem as explicações próprias para a dor amenizar durante o trabalho, e no final de semana ficar acentuada. Não atribui credibilidade à fala médica, e nem aos exames. Por alguns momentos, enquanto Ester falava, associamos que o fato de “não doer no trabalho” permite que ela continue trabalhando, o que de fato pode ser caracterizado com uma estratégia defensiva. Dejours (1992, p. 34) coloca que “além da doença, como nós vimos, a ideologia da vergonha consiste em manter à distância o risco de afastamento do corpo ao trabalho e, conseqüentemente, à miséria, à subalimentação e à morte”.

Quando solicitamos que explicasse melhor, como administrava os medicamentos, Ester contou:

*“eu tomo assim, uns tempo sabe. Aí quando ele pára de latejá, é porque ele deu uma miorada, aí eu paro. Eu não gosto de ficar tomano remédio. Eu uso mais é tipo pomada sabe, Diclofenaco, Cataflan para não tê que tomá remédio pela boca. Eu faço massagem assim ó (...) sabe, à noite. Mas isso aqui não sara não.”*

As medicações vão sendo utilizadas conforme o julgamento do alívio ou não da dor. Dejours (1992) relata que muitas mulheres, oferecem um medicamento para um filho, que já tenha sido utilizado por outro, ou ainda, decidem com as vizinhas o tratamento a ser realizado. Ester, convive com a dor, como se fizesse parte do seu dia a dia. “Isso aqui não sara não” implica em conviver por toda a vida com o sofrimento, e que ainda que ela negue os riscos que o trabalho traz a sua saúde, este sofrimento vem da relação direta com os esforços repetitivos. Ela se contradiz sem perceber. Dejours (1992, p.30) conclui: “Finalmente, não se trata de evitar a doença, o problema é domesticá-la, contê-la, controlá-la, viver com ela.”

Ester também nos contou do processo de mudança nos pagamentos dos cooperados, e disse que quando todos recebiam o mesmo valor fixo, alguns trabalhavam muito, e outros não. Foi nesse sentido que Mateus propôs a mudança de trabalhar por produção, segundo Ester.

Quando indagamos se queria acrescentar mais alguma coisa, Ester falou “Ai, eu já conversei muito, achei que ia conversá mais pouco”.

### 3.8 – As trajetórias e travessias de Rute

Rute tem 27 anos, e nasceu em Juazeiro – SE. Mora com seu esposo (relatou que é “amasiada” na verdade) e com seus dois filhos. Trabalhou anteriormente na cooperativa. Como havia conseguido um trabalho com registro, deixou sua função, e quando a empresa fechou, migrando para outra cidade, ela retomou seu trabalho e está há um mês na cooperativa agora. Crivellari, Dias & Pena (2008) apontam que devido à condição de desemprego, muitos trabalhadores ingressam no ramo da reciclagem de materiais.

Rute também informou que já trabalhou como doméstica. Disse que se sente muito valorizada no seu trabalho e pontuou: *“você cata, você limpa a cidade. Que nem diz o dizer: se você leva para o aterro, leva muito tempo para desfazer o material. A gente separano, vai só os lixo”*. A fala de Rute, revela como compreende as agressões ambientais, e como se sente responsável pela redução de danos à natureza.

Sua entrevista, foi breve, na medida em que ela respondia pontualmente às questões que tratávamos, como por exemplo, questionamos se o trabalho trazia riscos à sua saúde, ela disse *“não”*. Se sofreu acidentes, respondeu *“não, nunca me machuquei”*.

Observamos na entrevista de Rute não só a prerrogativa de negar riscos no trabalho, mas a persecutoriedade de dizer qualquer aspecto negativo relacionado à cooperativa. Optamos por encerrar a entrevista, na medida em que sentimos a apreensão da entrevistada e no momento em que encerramos, ela se despediu rapidamente e retomou o posto de trabalho. Nesta atitude, também observamos a angústia de “parar de trabalhar” e consequentemente isso acarretar em diminuição de rendimento.

### 3.9 - As trajetórias e travessias de Madalena

Madalena é uma mulher de 37 anos, casada, com três filhos e um neto de 4 anos de idade. Quando perguntamos se já havia estudado, riu bastante e nos contou que na verdade, havia sido expulsa da escola.

Nos disse então:

*“Eu estudei, mas nunca saí da primeira série! Eu só sei assinar meu nome. Depois de velha, fica difícil pra gente aprendê né...eu nem quis continuar. Mas deixa eu contar, cê sabe que quando eu era criança, eu gostava muito de brincar. E aí ficava brincando na*

*escola..a professora, queria que ficasse quetinha, paradinha, muda sabe...aí não teve jeito, ela me expulsô da escola. Aí hoje é essa dificuldade ó...se eu quero alguma coisa, tenho que ficar dependeno dos outro porque não sei ler. ”*

O relato de Madalena, nos remeteu mais uma vez aos modelos formais de educação e os dispositivos disciplinares de submissão dos corpos das crianças (FOUCAULT, 2004). A aplicação de limites, que deveria fornecer ferramentas para o desenvolvimento do sujeito posteriormente no mundo adulto, na escola de Madalena serviu para estigmatizá-la e excluí-la do processo de aprendizagem. Singer (2002, p.21 ) aponta que esta escola, em relação à curiosidade e espontaneidade das crianças “*reprime estes impulsos e as obriga a obedecer horários, a ficar quietas, imóveis durante a aula, a decorar coisas que nada lhes dizem e a renunciar a satisfazer boa parte de sua curiosidade*”.

Madalena veio de São Paulo, capital, e tem em sua trajetória profissional, a experiência de trabalhar em “*casas de família*”. Nos contou que quando começou a trabalhar como catadora, tinha vergonha das pessoas conhecidas que encontrava na rua, pois ficava muito suja arrastando os bags.

Hoje, tem orgulho de seu trabalho e se sente valorizada, reconhecida pela atividade que realiza. As pessoas, em cujas casas ela realiza a coleta, a conhecem, e ela tem a sensação de que trabalhando, está fazendo algo bom. Dejours (1999, p. 34) aponta que “o reconhecimento não é uma reivindicação secundária dos que trabalham. Muito pelo contrário, mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho. ”

Madalena valoriza o fato de ser catadora de materiais recicláveis. Freitas & Neves (2008, p. 102) relatam que a “a construção da identidade de trabalhador, constitui, portanto, o eixo fundamental para os catadores de papel tecerem uma rede de interesses e práticas coletivas essenciais à sua inclusão e auto representação social. ”

Madalena nos contou que ganha diversos objetos nos locais onde realiza coleta, e que quando ganha panela de ferro por exemplo, deve pedir autorização para Mateus para levar para sua casa. Mais uma vez, observamos as relações patronais presentes na cooperativa. Ela nos contou: “*eu tenho que falar com ele sabe, senão dá até reunião isso*”.

O valor atribuído aos recicláveis que coleta é muito significativo e observamos o que Magera (2003, p. 14) aponta ao dizer que os catadores “reciclam o

lixo que eles não geraram, porque não têm condições econômicas de consumir ”. Observamos este contexto quando Madalena relata as coisas “boas” que ganha trabalhando e que lhe são muito úteis.

Quanto aos aspectos relacionados à sua saúde, Madalena falou que tem muitas dores nas pernas porque anda muito e permanece bastante tempo de pé. Contou que sofre de varizes, que tem muitos “vazinhos” o que lhe dá uma sensação de formigamento nas pernas às vezes.

Quando indagamos sobre acidente de trabalho, ela contou que uma vez estava distraída e caiu uma garrafa de vidro em sua cabeça, despencou do bag que estava em cima do caminhão. Disse que não se machucou muito, só fez um pequeno corte e que a levaram para o Hospital para ver se estava tudo bem com ela. Então nos disse: “*se machucar aqui não tem nem como afastar, não paga NPS.*” Como dito anteriormente em nosso estudo, uma das precarizações a que os trabalhadores informais estão submetidos, é a ausência de seguridade social em caso de acidentes de trabalho (MENDES, 2002).



**CAPÍTULO IV**  
**Considerações Finais**

E a música ia colorindo os caminhos  
E fazendo uma arte  
Das mãos que com calos  
Calavam a fome  
E tocavam a paz  
As palavras tinham cheirinho de sorrisos  
E transpiravam no suor dessa vida de catador  
As palavras nos permitiam  
Nos descobrir  
E ir desenhando esse caminho  
Onde as pedras nos olhavam de cantinho  
E transformavam-se em luta  
Resistir para catar  
Resistir para cantar  
Resistir para viver

(Ana Carolina Lemos Pereira)

Este estudo nos possibilitou conhecer as diversas realidades vivenciadas pelos catadores de materiais recicláveis de Sumaré. No entanto, a experiência acumulada com o estágio realizado na COOCASSIS (Assis-SP) também contribuiu muito com nossa reflexão, no sentido que pudemos pensar sobre três realidades distintas de uma maneira geral: os catadores organizados em cooperativas populares que atuam nos princípios da economia solidária, os catadores organizados em cooperativas que atuam sob relações do tipo patronais, e os catadores que não estão organizados em cooperativas, que perambulam pelas ruas sobrevivendo com a venda super-explorada dos materiais que recolhem.

A economia solidária, também denominada economia social por Kemp (2008) requer que a democracia seja palavra determinante das relações estabelecidas nas cooperativas. A autora afirma:

As iniciativas da economia social caracterizam-se basicamente pelo desenvolvimento de mecanismos de solidariedade interna, voltados à democratização das formas de organização do trabalho e da redistribuição da renda, por meio da coletivização do lucro (KEMP, 2008, p. 26)

Na cooperativa onde realizamos nosso estudo no município de Sumaré, esta realidade apontada por Kemp (2008) não foi encontrada. A organização do trabalho, é basicamente centrada em Mateus, que decide quem deve trabalhar, que dias trabalhar, como trabalhar, o valor do quilo do material, entre muitas outras coisas. Madalena teve uma fala sobre o ingresso de novos cooperados que dizia “*agora, depois da crise, ele não tá chamando ninguém*”. De fato, a relação estabelecida com Mateus é como se de fato ele fosse o patrão, o dono do empreendimento, e os cooperados, trabalhadores daquele empreendimento, e não cooperados.

A coletivização do lucro não está presente nesta cooperativa, pois o valor recebido por cada cooperado corresponde à sua produção e não à produção da cooperativa, ainda que Mateus tenha referido que usa os valores restantes para pagar dívidas e dividir com os outros cooperados.

Magera (2003) faz uma reflexão interessante sobre as cooperativas que na realidade disfarçam os “empresários do lixo”. E aponta:

Uma das alternativas apresentadas para fortalecer os catadores e deixá-los mais independentes é a formação das Cooperativas de Reciclagem de Lixo, vem apoiada por Organizações Não Governamentais, Igrejas e Instituições Sociais e também pelo governo estadual em conjunto com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (...) nas observações primárias, a constatação é de

que os catadores, estes “agentes ambientais”, apenas estão trocando de “senhor”, continuam agora travestidos de “ambientalistas da modernidade”, vivendo no mesmo “feudo” da exploração do ecocapitalismo (MAGERA, 2003, p. 35).

É de fato um paradoxo a comparação das cooperativas que atuam nos princípios da Economia Solidária como a COOCASSIS, a ASMARE e as cooperativas que funcionam como empresas e que precarizam ainda mais o trabalho dos catadores, uma vez que submetidos a relações patronais, não possuem nenhum direito social trabalhista garantido. Essas cooperativas, muitas vezes denominadas “coopergatos” legitimam a opressão de mais de cinquenta anos a que estes trabalhadores catadores estão submetidos.

A condição de desemprego empurra estes trabalhadores para um abismo de trabalho precário, mal remunerado, sem proteção social e trabalhista. A crise do Estado de Bem Estar Social está estabelecida, os trabalhadores permanecem “desfiliados” dos trabalhos assalariados (CASTEL, 2009), se deparam cotidianamente com a negação de direitos como o trabalho, a saúde, a educação e cultura. Nesse sentido, “as organizações de economia solidária ocorrem a partir dessas lacunas deixadas pelo Estado e pelo mercado” (KEMP, 2008, p. 26).

Ser solidário ao invés de competitivo (SINGER, 2002). Para Kemp (2008), quando se refere à ASMARE, o ingresso das pessoas nos projetos de economia solidária objetivava principalmente “a reconstituição do pertencimento social, da possibilidade de participação efetiva, da recuperação do sentido da coletividade, da reconstrução e da constituição de novas formas de regulação do laço social” (KEMP, 2008, p. 28).

A realidade dos catadores de materiais recicláveis que não estão cooperativados, como é o caso de Joana, José, Marta, Maria e Pedro parece- nos ainda mais predatória, marcada por injustiças sociais e estigmatizações das mais diversas ordens. O rendimento de Pedro por exemplo, é inferior ao dos catadores da Cooperativa de Sumaré, ainda que esta atue de certa forma, explorando seus cooperados.

Embora a catação signifique sobrevivência para todos os catadores, sejam eles cooperativados ou não (FREITAS & NEVES, 2008) para os catadores não organizados essa sobrevivência vem até em parcelas, como relatou Pedro dizendo do pagamento em três vezes do material vendido. Estes trabalhadores, literalmente “matam um leão por dia” como diz o dito popular. Saiu para catar, comeu, não saiu, não tem

jeito. Pedro fez uma fala nesse sentido, “*quando eu saio pra catar, eu ganho e como, quando não saio, não tem, então tenho que me virar*”.

Percebemos nessa pesquisa que o fato dos catadores permanecerem em cooperativas, ou não, não está vinculado a acharem que um modelo é melhor ou pior que o outro. Não possuem conhecimentos técnicos sobre a economia solidária, sobre a forma de avançar na cadeia produtiva dos materiais o que nos leva a pensar nos obstáculos para a organização destes trabalhadores.. No entanto, possuem o conhecimento de vida, e com base nesse conhecimento vão resistindo às adversidades e buscando formas de subsistir e sobreviver na cidade.

É evidente que a organização em grupo, fortalece estes trabalhadores para lutarem por políticas públicas, como percebemos na trajetória do MNCR. Fortalece também para sobreviver no mercado predatório da reciclagem, uma vez que obtendo uma maior quantidade de materiais, podem barganhar melhores preços, enquanto os catadores que trabalham sozinhos acabam se tornando presas fáceis dos atravessadores, como é o caso de Pedro que só pode vender para um atravessador específico.

A organização em grupo resgata laços sociais destes trabalhadores e dá maior visibilidade ao trabalho realizado por eles. Sozinhos, não poderiam entrar, por exemplo, no condomínio onde a cooperativa realiza a coleta, para catar os recicláveis. No entanto, esta organização não pode mascarar às injustiças à que estes trabalhadores estão submetidos, numa “banalização da injustiça social” (DEJOURS, 1999).

É preciso que estas cooperativas avancem na cadeia produtiva dos materiais recicláveis e atuem em princípios solidários, democráticos, para que de fato estes trabalhadores tenham acesso aos direitos que vem lhes sendo negados e possam se constituir em sujeitos cidadãos.

Compreendemos que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, à medida em que foi possível conhecer as histórias de vida e de trabalho de catadores de materiais recicláveis que atuam no município de Sumaré.

Foi no contato com essa realidade destes catadores no município de Sumaré, que observamos as agressões ambientais, que estes sofrem para realizar as atividades de catação; nos deparamos com as habilidades necessárias para o exercício dessa profissão como a percepção para reconhecer o valor de uso do material descartado e percebido como lixo e transformá-lo em algo útil.

Isso demonstra a criatividade que se aflora na relação com o trabalho. Criatividade que instrumentaliza os modos operatórios por meio da reciclagem da matéria prima, essa, muitas vezes se transforma em meio de transporte e em instrumento de trabalho. O uso e a criação de instrumentos de trabalho, são características especificamente humanas (MARX, 1985).

Os significados atribuídos ao trabalho foram permeados pelo sentimento de orgulho e dignidade pelo que fazem. As pressões psicológicas decorrentes da situação de desemprego, bem como da exploração pelos atravessadores, permitem o entendimento do espaço social onde o trabalho se exterioriza.

Tomamos o cuidado de não cair no psicologismo nem ficarmos restritos a uma ordem imediata de situações.

Mediante os discursos dos entrevistados foi possível apreendermos aspectos relativos às condições de trabalho e vivências cotidianas desses trabalhadores que retratam a realidade da precarização do trabalho bem como os impactos à saúde decorrentes do contato com os materiais manuseados durante a catação.

As dúvidas suscitadas em campo, as angústias em relação à uma cooperativa que na realidade funciona como empresa, que precariza ainda mais o trabalho dos catadores e no entanto, tem na figura de sua liderança, um homem que parece sensível à organização e luta daquele povo, acrescentaram muito neste trabalho que inicialmente seria realizado apenas com catadores não cooperativados.

Constatamos em nosso estudo, que independente de estarem organizados, as condições de trabalho ainda se mostram muito precárias e a exploração destes catadores pelas indústrias recicladoras, é marcante ainda que estejam fortalecidos em cooperativas.

Torna-se evidente que as trajetórias e travessias pessoais e profissionais dessas pessoas foram marcadas pela contextualização da sociedade vigente bem como pelas escolhas direcionadas pela vida.

Esse sujeito histórico que tomamos contato neste estudo, ao falar de seu trabalho, fala de sua vida. Sua vida de trabalhador. Seu trabalho que lhe traz vida e muitas vezes, que lhe mata, que lhe corta, que lhe fere. Dor e gratificação vão seguindo junto com seus carrinhos e até sua “perua”.

Tomamos as palavras de Freitas & Neves (2008) para historicizar a palavra desses sujeitos. As autoras declaram:

Referimo-nos a esses destituídos que, há pouco mais de 50 anos, vêm aprendendo com o árduo trabalho de catar papel e outros recicláveis, a reinventar a vida pelas ruas da cidade, e assim se organizam em um movimento coletivo, para resgatar sua dignidade e tentar suprir perdas irreparáveis. Esses fatos não pertencem a historiografia oficial. Não fossem suas histórias de vida, a “cidade” dos catadores nem sequer seria lembrada. Daí ser importante criar oportunidade para que esses sujeitos narrem suas vivências, deixem aflorar suas lembranças e registrem suas memórias na tentativa de evitar que elas caiam terminantemente no esquecimento (FREITAS & NEVES, 2008, p.91).

A subjetividade das relações de trabalho na catação revela a dignidade do ser humano preservada mediante um mundo do trabalho que discrimina e exclui. A inclusão neste mundo, por vezes também é perversa. Mas estes trabalhadores resistem diariamente e vão tecendo histórias de uma sobrevivência que traz sorrisos, que traz amizades, que lhes dá potência para se assumirem enquanto sujeitos que exigem respeito e políticas públicas para sua categoria.

Percebemos que os riscos à saúde no cotidiano laboral são reais mas, às vezes, pouco percebidos não geram temor e sim mecanismos de enfrentamento.

Entrar em contato com esses trabalhadores foi extremamente gratificante, na medida em que construímos com eles um olhar sobre seu trabalho de modo a reconhecer nele seu valor de sujeito e de ser humano.

Com eles aprendemos a realidade e aprendemos a refletir sobre ela trazendo contribuições significativas para as pesquisas que se dedicam a estudar o mundo do trabalho, neste caso, o trabalho informal dos catadores de materiais recicláveis.

Realizamos a devolutiva da pesquisa com os trabalhadores e conseguimos planificar ações com o grupo, como prevê a Pesquisa Participante. A devolutiva aos participantes foi realizada em dois grupos, um composto pelos catadores não cooperativados, e o outro, composto pelos catadores cooperativados devido aos horários diferenciados de trabalho desses catadores.

A primeira ação proposta é a visita de Mateus à COOCASSIS e posteriormente a organização de reuniões deste grupo de trabalhadores para discutir o Cooperativismo e a Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho – Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

ANANIAS, P. Prefácio. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (org.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p. 7 -10.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. Campinas: Cortez, 2007.

\_. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, G; GRANCO. T. (org.). **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.p.13-22.

\_. **Os Sentidos do Trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

BARROS, V. A; SALES, M. M; NOGUEIRA, M. L. M. Exclusão, favela e vergonha: uma interrogação ao trabalho. In: GOULART, I. B (org). **Psicologia Organizacional e do Trabalho – Teoria, pesquisa e temas correlatos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 323-335.

BAUMAN, Z. **O mal estar da pós modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

\_. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade – A psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da Pesquisa Participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C.R (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.p. 42-62.

BORGES, J. O; KEMP, V. H. A clínica da atividade como alternativa à saúde e à segurança no trabalho informal. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.155-172.

BRANDÃO, C.R. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, C.R (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.p.9-16.

\_. A cultura do povo e a educação popular: sete canções de militância pedagógica. In: BRANDÃO, C. R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p.122-135.

BRASIL. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Ministério da Saúde: Brasília, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria N°777/GM Em 28 de abril de 2004**. Disponível em: <<http://dtr2001.saude.gov.br/sas/PORTARIAS/Port2004/GM/GM-777.htm>>. Acesso em 10 de março de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/busca.asp>>. Acesso em 7 de março de 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Perfil do Município**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/perfildomunicipio>>. Acesso em 8 de março de 2010.

BUARQUE, C. **A revolução nas prioridades**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

CALDERONI, S. **Perspectivas econômicas da reciclagem do lixo no município de São Paulo**. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Universidade de São Paulo: 1996.

CARNEIRO, E. J; CORRÊA, P. A. A produção social da catação de lixo. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.133-154.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CRIVELLARI, H. M. T; DIAS, S. M; PENA, A. S. Informação e trabalho: uma leitura sobre os catadores de material reciclável a partir das bases públicas de dados. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.299-324.

COOPAMARE. **Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Recicláveis**. Disponível em: <<http://www.coopamare.org.br>>. Acesso em 10 de fevereiro de 2010.

COOPCICLA. **Cooperativa de Reciclagem de Santo André**. Disponível em: <[http://www.olharverde.com.br/TCC\\_cooperativas\\_catadores.pdf](http://www.olharverde.com.br/TCC_cooperativas_catadores.pdf)>. Acesso em 10 de março de 2010.

DIAS, A. R. **Condições de vida, trajetórias e modos de “estar” e “ser” catador: Estudo de trabalhadores que exercem atividade de coleta e venda de materiais recicláveis na cidade de Curitiba (PR)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), São Paulo: Universidade de São Paulo: 2002.

DIAS, E. C. Saúde do Trabalhador. In: TODESCHINI, R. (Org.). **Saúde, Meio Ambiente e Condições de Trabalho: Conteúdos Básicos para uma Ação Sindical**. São Paulo: FUNDACENTRO/CUT, 1996.



- DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- DEJOURS, C. **A loucura do trabalho – estudo de psicopatologia do trabalho**. Oboré Editorial: São Paulo, 1992.
- \_A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- DEJOURS,C; ABOUCHELLE,E; JAYET,C. **Psicodinâmica do Trabalho-contribuição da Escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**.Coord. Maria Irene Stocco Betiol. São Paulo: Atlas, 1994.
- DRUCK, G; FRANCO, T. Apresentação. In: DRUCK, G; FRANCO, T. (org.). **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p.7-9.
- FERREIRA, S. L. Os “catadores de lixo” na construção de uma nova cultura: a de separar o lixo e da consciência ambiental. In: **Revista Urutágua**. Disponível em: < TTP://www.uem.br/urutagua/007/07ferreira.htm>. Acesso em: 20 maio de 2009.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução: Raquel Ramalhte. 28.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- \_ A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999.
- FOUCAULT, M; DELEUZE, G. Os intelectuais e o poder. In: ESCOBAR, C. H. (org.). **Psicanálise e ciência da história**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2005.
- \_ Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação**. In: BRANDÃO, C.R (org.). **Pesquisa Participante**. Brasiliense: São Paulo, 2006. p.34-41.
- \_ A alfabetização de Adultos: É ela um Quefazer Neutro? Educação e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/Cortez & Moraes, Ano I – N.1. Setembro de 1978. p. 64-70.
- FEITAS, M. V. O; NEVES, M. A. Cidade e trabalho: as experiências dos catadores de papel em Belo Horizonte. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.p.83-108.
- FREUD. S. **O Mal- Estar na Civilização**. Tradução: Jaime Salomão. (**Obras Completas de Sigmund Freud – vol. 21**) Rio de Janeiro: Imago, 1976b.
- GALEAZZI, I. Precarização do Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.242-247.
- GARCIA, P. B. Educação Popular: algumas reflexões em torno do saber. In: BRANDÃO, C. R. **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 88-121.

GOMEZ, C. M; THEDIM-COSTA, S. M. F. Precarização do trabalho e desproteção social: desafios para a saúde coletiva. In: **Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro: 1999, Vol. 4, nº 2.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 2004.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Manual de gerenciamento integrado (do lixo)**. São Paulo: IPT, 2000.

JACQUES, M. G. Identidade e Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.161-165..

JESUS, C. M. **Quarto de Despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2007.

KEMP, V. H. Empreendimentos solidários: desafios para enfrentar a naturalização das desigualdades sociais. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.p.23-48..

KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T. Apresentação. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.p.11-20.

LASCH. C. **A Cultura do Narcisismo – a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Tradução de Ernani Pavareli. Rio de Janeiro: Imago, 1983.

LIMA, J. C. O trabalho em cooperativas: dilemas e perspectivas. In: DRUCK, G; GRANCO. T. (org.). **A perda da razão social do trabalho – terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. p.69-80..

LIMA, M. E. A. A questão do Método em Psicologia do Trabalho. In: GOULART, I. B (org). **Psicologia Organizacional e do Trabalho; Teoria, Pesquisa e Temas Correlatos**.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p.123-132.

MAGERA, M. **Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas: Átomo, 2003.

MANCE, E. A. Educação Popular Libertadora. In: MANCE, E. A. (Org.). **Como Organizar Redes Solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFiL, 2003. p. 11-28.

MARX. K. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro Primeiro: **O processo de Produção do Capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Vol. I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MATTOSO, J. **O Brasil desempregado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.

MEDEIROS, L. F. R ; MACÊDO, K. B. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência? In: **Psicologia e Sociedade** – maio/agosto – 2006, vol. 18, nº2, p.62-71.

MENDES, A. M., COSTA, V. P., & BARROS, P. C. (2003). Estratégias de enfrentamento do sofrimento psíquico no trabalho bancário. In: **Estudos e Pesquisa em Psicologia**. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v3n1/artigos/Artigo%204%20-%20V3N1.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2010.

MENDES, J. M. R. Acidente de Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.31-40..

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento – Pesquisa Qualitativa em Saúde**. Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco, 1999.

\_. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 9-30.

\_. Trabalho de Campo: Contexto de Observação, Interação e Descoberta. In: MINAYO, M. C. S; DESLANDES, S. F; GOMES, R. **Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010. p.61-78.

MIURA, P. C. O. **Tornar-se catador: uma análise psicossocial**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2004.

MNCR **Princípios e Objetivos do MNCR**. Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis: São Paulo, 2008. Disponível em: <[http://www.mnrc.org.br/box\\_1/principios-e-objetivos](http://www.mnrc.org.br/box_1/principios-e-objetivos)>. Acesso em 10 de março de 2010.

\_. A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. In: BRASIL. **Mercado e Trabalho – conjuntura e análise**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009. Disponível em: <<http://www.mnrc.org.br/artigos/a-crise-financeira-e-os-catadores-de-materiais-recicláveis>>. Acesso em 10 de março de 2010.

MORAES, V. **Vinícius de Moraes**. Disponível em: <<http://www.viniciusdemoraes.com.br>>. Acesso em 10 de março de 2009.

NARDI, H. C; TITTONI, J. BERNARDES, J. S. Subjetividade e Trabalho. In: CATTANI, A. D. (org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.302-308..

NEVES, A. M. Trabalho, exclusão social e direitos. In: HORTA, C.R; CARVALHO, R. A. (Orgs.) **Globalização, trabalho e desemprego: um enfoque internacional**. Belo Horizonte: NESTH/UFMG e Ed.C/Arte, 2001.p.58-66.

OHMAE, K. **Triad Power**. Nova York: The Free Press, 1985.

OLIVEIRA, M. M. **Vulnerabilidade e Exclusão Social: Uma Abordagem sobre Representações Sociais de Catadores de Materiais Recicláveis em Ipatinga – MG**. Dissertação (Mestrado em Economia Doméstica), Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2007.

OLIVEIRA, R. D; OLIVEIRA, M. D. Pesquisa Social e Ação Educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C.R (org.). **Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006. p.17-33.

OMAN, C. Globalização e Regionalização nas Décadas de 1980 e 1990. In: VELLOSO, J. P. R et al. **Fórum Nacional: a nova ordem internacional e a terceira revolução industrial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculos sociais - uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org.): Petrópolis: Vozes, 2008. p.67-86.

PARAGUAY, A. I. B. B. Da Organização do Trabalho e seus Impactos sobre a Saúde dos Trabalhadores. In: MENDES, R. **Patologia do Trabalho**. São Paulo: Atheneu, 2002.

PEREIRA, A. C. L; CARVALHO, A. M. R; LADEIA, C. R. Círculo de Cultura: um Espaço de Educação na Cooperativa. In: **Psicologia e Economia Solidária: Interfaces e Perspectivas**. CORTEGOSO, A.L; LUCAS, M. G. (Org.): São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 137-149.

PEREIRA, A. C. L; CARVALHO, A. M. R. Educação Popular na Cooperativa: Contribuições para o Exercício da Economia Solidária. In: **Anais do VI Encontro Internacional de Economia Solidária – Economia Solidária e Modelo de Desenvolvimento**. Nesol: São Paulo, 2008.

PEREIRA, A. C. L; CARVALHO, A. M. R; LADEIA, C. R. Entre os princípios da Economia Solidária e sua aplicação em uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis: contradições e desafios. In: **Anais do VI Seminário do Trabalho: Trabalho, Educação e Economia no Século XXI**. Marília, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/anacarolinapereiraanacarvalhoCarlosRodrigues.pdf>>

POCHMANN, M. **O emprego na Globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

PORTO et al. Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores em um aterro metropolitano do Rio no Janeiro, Brasil. In: **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2004. Vol. 20, nº 6, p. 1503-1514.

REY, G. F. **Pesquisa Qualitativa em Psicologia: Caminhos e Desafios**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Município de Sumaré**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/analises/sumare.pdf>>. Acesso em 15 de março de 2010.

SANTOS et al. Meio ambiente urbano. In: CAMARGO,A. et al (org.). **Meio ambiente Brasil – avanços e obstáculos pós Rio 92**. : São Paulo: Estação Liberdade, Instituto Sócio Ambiental, 2002.

SATO, L. Olhar, ser olhado e olhar-se: notas sobre o uso da fotografia na pesquisa em psicologia social do trabalho. In: **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. V.12. n.2. São Paulo, dez. 2009.

SATO, L & SOUZA, M. P. R. Contribuindo para desvelar a complexidade do cotidiano através da pesquisa etnográfica em psicologia. **Psicologia USP**. V. 12, Nº 2. 2001, p. 29-47.

SAWAIA, B. Introdução: Exclusão ou Inclusão perversa? In: **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org.): Petrópolis: Vozes, 2008. p. 7-13.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org.): Petrópolis: Vozes, 2008. p.97-118..

SCARPINATTI, M. **Trabalhadores do “Lixo”: A organização das cooperativas de catadores de materiais recicláveis em São Paulo 2000/2005**. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2008.

SCHERER, A. L. F. Globalização. In: CATTANI, A. D. (org.). **Dicionário Crítico sobre Trabalho e Tecnologia**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002. p.147-152.

SILVA, M. L. L; A condição do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil – 1995 a 2005. In: KEMP, V. H; CRIVELLARI, H. M. T (Orgs.). **Catadores na cena urbana: construção de políticas sociambientais**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008. p.201-223.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego – Diagnóstico e Alternativas**. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISSINO, C. L. S; OLIVEIRA, R. M. **Resíduos sólidos, ambiente e saúde: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

SOUZA, S. J; PASSARELI, C. A. F. Espaço urbano e constituição subjetiva da desigualdade social: uma possível leitura das políticas da diferença. In: SPINK, M. J; SPINK, P.(org.). **Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade – Uma semana de notícias nos jornais**. São Paulo: Cortez, 2006. p.109-125.

SPINK, P. A desigualdade cotidiana – a naturalização das materialidades territoriais. In: SPINK, M. J; SPINK, P. (org.). **Práticas Cotidianas e a Naturalização da Desigualdade – Uma semana de notícias nos jornais**. São Paulo: Cortez, 2006. p.88-108.

SUMARE. **Prefeitura Municipal de Sumaré**. Disponível em: <<http://www.sumare.sp.gov.br>>.

\_. **Secretaria de Saúde de Sumaré**. Disponível em: <<http://www.saudesumare.com.br>>

Acesso em 15 de fevereiro de 2010.

\_.**Sumaré.** Disponível em:  
<<http://www.achetudoeregiao.com.br/SP/Sumare/localizacao.htm>>. Acesso em 05 de março de 2010.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2008.

VASQUEZ. A. S. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VÉRAS, M. P. B. Exclusão social – um problema de 500 anos – notas preliminares. In: **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org).: Petrópolis: Vozes, 2008. p.27-50.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. SAWAIA, B. (Org).: Petrópolis: Vozes, 2008. p.16-26..

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### Sugestão de Roteiro de Entrevista (Dados Qualitativos)

#### 1. Identificação dos Sujeitos

Nome: (INICIAIS)

Sexo:

Idade:

Escolaridade:

Estado Civil:

#### 2. Histórico Pessoal e Ocupacional

- 1) Quais os empregos que teve, ou atividades de trabalho que já exerceu?
- 2) Há quanto tempo você cata materiais recicláveis? Porque começou a catar material?

#### 3. Aspectos subjetivos do trabalho

- 3) Gosta do que faz? Como se sente neste trabalho?
- 4) Como percebe seu trabalho? Que imagem de catador você tem de si mesmo?
- 5) Como se relaciona com as pessoas durante seu trabalho de abordagem da população?
- 6) O que você pensa a respeito dos materiais que recolhe? Eles despertam alguma sensação ou idéia?

#### 4. Condições e Organização do Trabalho

- 7) Você considera que seu trabalho traz riscos à sua saúde? Comente.
- 8) Quais os instrumentos de trabalho que você usa? Você tem instrumentos de trabalho? Como é a qualidade desses instrumentos? São suficientes? Comente.
- 9) Qual é o seu período de trabalho? Quantas horas e quais dias da semana? Em que horários trabalha? Quantos Quilômetros percorre?
- 10) Qual o peso médio de material carregado todos os dias?
- 11) Já se machucou trabalhando? Como foi? Ficou afastado? Quanto tempo? Conseguiu registrar seu acidente de trabalho? Teve seqüelas?
- 12) Você se sente valorizado por seu trabalho?
- 13) O que você acha importante na organização do seu trabalho?

#### 5. Saúde

- 14) Como está sua saúde?
- 15) Quando está doente, ou sentindo dor, atribui ao seu trabalho?
- 16) Toma algum tipo de medicamento? Qual ou quais? Por quê? Foi médico que receitou?
- 17) Gostaria de acrescentar alguma informação nesta entrevista?



## ANEXO 2

Lista de preços dos materiais vendidos pela COOCASSIS em abril de 2010.

Tabela de Preços – ABRIL/2010

PRODUTOS	EXEMPLOS	PREÇOS
PAPELÃO	Ondulado marrom (sem terra, óleo, graxa, cimento ou tinta.)	<b>0,26</b>
PAPELÃO COLORIDO	caixa de remédio, sapato, sabão em pó	<b>0,12</b>
TRETA PAK	caixinhas do tipo de leite e de molho	<b>0,18</b>
PAPEL BRANCO DE 1ª	branco sem escrito nenhum, lateral de formulário	–
PAPEL BRANCO DE 2ª	folha de xerox, papel branco escrito preto ou azul, caderno (sem capa e arame)	<b>0,38</b>
PAPEL GRÁFICO	Rebarba gráfica	<b>0,12</b>
JORNAL	Em fardo	<b>0,30</b>
DIÁRIO OFICIAL	Em fardo e/ou avulso	<b>0,12</b>
REVISTA / LISTA TELEFÔNICA	Em fardo e/ou avulso	<b>0,12</b>
PET	garrafas de refrigerante, água, suco (soltar tampa, separar verdes e brancas)	<b>1,10</b>
PET ÓLEO	Garrafa de óleo	<b>0,40</b>
GARRAFINHA	detergente, desinfetante, Q'Boa, amaciante, shampoo (sem separação)	<b>0,90</b>
GARRAFINHA INCOLOR	frascos de álcool	<b>1,15</b>
GARRAFINHA LEITOSA	amaciante de roupa	<b>1,15</b>
GARRAFINHA COLORIDA	shampoo	<b>0,90</b>
GARRAFINHA DE ÁGUA MINERAL	garrafinhas e copos água mineral	<b>1,00</b>

MINERAL		
SACOLINHA PLÁSTICA	tipo de supermercado	<b>0,40</b>
PLÁSTICO DURO	balde, bacia, engradado, tanquinho (sem nada de ferro, cimento ou tinta)	<b>0,65</b>
PVC	tubos e canos	<b>0,65</b>
PLÁSTICO FINO BRANCO	apenas branco e/ou transparente	<b>1,20</b>
PLÁSTICO FINO COLORIDO	todos misturados	<b>1,00</b>
PLÁSTICO FINO PRETO	sacos preto de lixo	<b>0,45</b>
ALUMÍNIO	panelas, chapa, chaleiras	<b>3,00</b>
POTES PP	Margarinas Sorvetes Temperos	-
METAL	torneiras, registros e válvulas Hidra	<b>5,00</b>
ANTIMÔNIO	registro de botijão de gás, pistão	<b>3,00</b>
SUCATA	geladeira, fogão, aro de bicicleta, latas, ferro	<b>0,20</b>
LATINHA EM FARDO	latinha de alumínio	<b>2,10</b>
CACO DE VIDRO	Vidro de maionese, <i>long neck</i> , garrafão 2 litros (ensacado)	<b>0,06</b>
GARRAFA DE CERVEJA	(*) Se vendida avulsa, caso contrário vai para o CACO DE VIDRO	<b>0,40 * / 0,06</b>

### **ANEXO 3**

Grupo de Atividades (GACS) dos Catadores de Materiais Recicláveis segundo Ministério do Trabalho e do Emprego – Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – ([www.mtecbo.gov.br](http://www.mtecbo.gov.br)).

#### **A - COLETAR MATERIAL RECICLÁVEL E REAPROVEITÁVEL**

- A.1 - Puxar carroça, carrinho
- A.2 - Conduzir carroça de tração animal
- A.3 - Conduzir veículo (perua, caminhão)
- A.4 - Estabelecer roteiro de coleta
- A.5 - Pedir material nas residências
- A.6 - Procurar material nas caçambas de rua
- A.7 - Verificar pontos de coleta
- A.8 - Coletar material nas residências
- A.9 - Coletar material junto às comunidades
- A.10 - Coletar material nos pontos de coleta
- A.11 - Coletar material nos estabelecimentos comerciais
- A.12 - Coletar material nos condomínios
- A.13 - Coletar material em empresas (indústrias)
- A.14 - Carregar carrinho, carroça, caminhão, perua
- A.15 - Percorrer os pontos de coleta
- A.16 - Procurar novos pontos de coleta

#### **B - DAR ENTRADA NO MATERIAL**

- B.1 - Conferir a balança
- B.2 - Descarregar caminhão, perua, carrinho, carroça
- B.3 - Conferir material
- B.4 - Pesar material reciclável separado
- B.5 - Contar vasilhames retornáveis
- B.6 - Colocar material na caçamba
- B.7 - Pesar caminhão
- B.8 - Pesar o lixo não reciclável

#### **C - SEPARAR MATERIAL COLETADO**

- C.1 - Triar material reciclável e não reciclável
- C.2 - Triar material reciclável por tipo (papel, vidro, ferroso, não-ferroso, plástico)
- C.3 - Triar material por qualidade (papel branco, papel arquivo, plástico mole, material fino não ferroso)
- C.4 - Colocar material não reciclável em contêineres, latões, sacos etc
- C.5 - Anotar material separado
- C.6 - Separar doações
- C.7 - Encaminhar o lixo para o transbordo

#### **D - PREPARAR O MATERIAL PARA EXPEDIÇÃO**

- D.1 - Prensar o alumínio
- D.2 - Prensar o plástico
- D.3 - Amarrar os fardos

- D.4 - Tirar grampos de papel
- D.5 - Tirar espiral de caderno
- D.6 - Tirar rótulos das embalagens plásticas
- D.7 - Ensacar material (alumínio, plásticos)

#### E - REALIZAR MANUTENÇÃO DO AMBIENTE E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO

- E.1 - Fabricar carrinhos, carroça
- E.2 - Pintar carrinho, carroça
- E.3 - Fazer manutenção do carrinho, carroça
- E.4 - Varrer o chão das instalações da cooperativa
- E.5 - Lavar banheiros das instalações da cooperativa
- E.6 - Lavar quintal da cooperativa
- E.7 - Trocar pneu de carrinho
- E.8 - Limpar o carrinho, carroça
- E.9 - Arrumar material nas caçambas
- E.10 - Recolher material do chão
- E.11 - Limpar pátio da cooperativa (galpão)
- E.12 - Limpar a prensa
- E.13 - Limpar a balança
- E.14 - Retirar água de recipientes
- E.15 - Tratar animais
- E.16 - Realizar manutenção de veículos

#### F - DIVULGAR O TRABALHO DE RECICLAGEM

- F.1 - Conversar com a população de porta em porta
- F.2 - Prestar informações sobre coleta seletiva e materiais recicláveis
- F.3 - Divulgar o trabalho da cooperativa
- F.4 - Entregar folhetos
- F.5 - Divulgar eventos
- F.6 - Orientar sobre preservação do meio ambiente

#### G - ADMINISTRAR O TRABALHO

- G.1 - Vender material
- G.2 - Comprar material
- G.3 - Negociar preços
- G.4 - Coordenar o trabalho dos cooperados
- G.5 - Controlar gastos
- G.6 - Prestar contas
- G.7 - Definir escalas
- G.8 - Fazer lista de material
- G.9 - Participar de reuniões administrativas
- G.10 - Participar de reuniões para tomada de decisões (assembléias geral, ordinária e extraordinárias)
- G.11 - Participar de comissões, comitês
- G.12 - Organizar assembléias gerais com cooperados
- G.13 - Organizar cursos de capacitação para cooperados e familiares
- G.14 - Promover ajuda aos cooperados mais necessitados
- G.15 - Organizar eventos sociais da cooperativa

- G.16 - Estabelecer parcerias com empresas, órgãos governamentais, ONG
- G.17 - Organizar campanhas de esclarecimento
- G.18 - Contratar serviços de calibração de balanças

#### H - TRABALHAR COM SEGURANÇA

- H.1 - Vestir equipamento de proteção individual
- H.2 - Vacinar-se
- H.3 - Realizar exames de saúde periódicos
- H.4 - Desinfetar ferimentos
- H.5 - Vestir faixa de sinalização cintilante (colete)
- H.6 - Vestir proteção contra chuva, sol (capas, bonés, sapatos, etc)
- H.7 - Vestir uniforme da cooperativa

#### Z - DEMONSTRAR COMPETÊNCIAS PESSOAIS

- Z.1 - Demonstrar prudência
- Z.2 - Demonstrar paciência
- Z.3 - Organizar-se (associações, cooperativas)
- Z.4 - Valorizar-se como profissional
- Z.5 - Demonstrar espírito de prosperidade
- Z.6 - Demonstrar educação
- Z.7 - Demonstrar eficiência
- Z.8 - Demonstrar agilidade (esperteza)
- Z.9 - Demonstrar sinceridade
- Z.10 - Demonstrar honestidade
- Z.11 - Auto-organizar-se
- Z.12 - Demonstrar criatividade
- Z.13 - Demonstrar perseverança
- Z.14 - Demonstrar jogo de cintura
- Z.15 - Demonstrar capacidade de atenção constante
- Z.16 - Demonstrar habilidade de puxar carroça
- Z.17 - Proteger-se contra a violência da rua.

## ANEXO 4

### Modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)  
(Capítulo IV, itens 1 a 3 da Resolução 196/96 – Conselho Nacional de Saúde)**

Prezado(a) participante:

Eu, Ana Carolina Lemos Pereira, mestranda do curso de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras UNESP/ASSIS/SP, pesquisadora responsável pelo projeto de pesquisa intitulado “*Os catadores de Materiais Recicláveis: trajetórias e travessias*”, cujo objetivo é conhecer o cotidiano de trabalho dos catadores de materiais recicláveis que atuam em um município no interior do Estado de São Paulo, convido o (a) Sr (a) a participar desta pesquisa durante a fase de coleta de dados, por meio do acompanhamento do seu cotidiano de trabalho e também aplicação de uma entrevista, se assim permitir, comprometendo-me a não divulgar seu nome. Caso permita, também utilizaremos recursos fotográficos e gravação das entrevistas, garantindo seu anonimato.

A participação nesse estudo é voluntária e, não haverá custos . Mesmo tendo aceito participar deste estudo terá liberdade de desistir de sua decisão a qualquer momento e abandonar a pesquisa, sem que isso lhe traga prejuízo.

Os resultados obtidos na pesquisa serão públicos, porém, será garantido o anonimato, a confidencialidade, o sigilo, a privacidade das informações e da identificação. Realizaremos um encontro logo após a conclusão desse trabalho e defesa da dissertação, e convidaremos todos participantes da pesquisa, para participarem desta reunião de devolução dos resultados obtidos.

Sua participação nesta pesquisa poderá contribuir para o mapeamento das condições de trabalho dos catadores de materiais recicláveis, bem como a precarização deste trabalho interfere na saúde destes trabalhadores.

Essa pesquisa está sendo orientada pela professora Dra. Maria Luiza Gava Schmidt, do Departamento de Psicologia Experimental e do Trabalho da Faculdade de Ciências e Letras- UNESP/ASSIS.

Dúvidas ou informações com relação aos aspectos éticos desta pesquisa poderão ser encaminhadas ao Comitê de Ética de Assis ( AV. Dom Antonio, 2100, Assis/SP -

(18) 3302-5740). Caso seja necessário entrar em contato comigo, deixo meu telefone e email à disposição.

Ana Carolina Lemos Pereira

TEL: (19) 8186-3401 / (19) 3803-3023

e-mail: [capsicobr@yahoo.com.br](mailto:capsicobr@yahoo.com.br)

Declaro que, convenientemente esclarecido pela pesquisadora e ter entendido o que me foi explicado, consinto em participar da presente pesquisa.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de 200\_.

Assinatura do sujeito da Pesquisa:

\_\_\_\_\_

Assinatura do pesquisador:

\_\_\_\_\_

Ana Carolina Lemos Pereira, RG 11884823.